



## **Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC)**

### **- Relatório de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação**

Ano Letivo 2020/2021

Dezembro de 2021



## **Ficha Técnica**

Equipa Técnica da Autonomia e Flexibilidade Curricular

# Índice

Sumário executivo .....	8
1. Enquadramento .....	10
2. Caracterização do universo das escolas abrangidas .....	12
3. Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação .....	13
3.1. Constituição e competências das diferentes equipas .....	13
3.2. Ações de acompanhamento, monitorização e avaliação .....	16
3.2.1. Organização e Gestão .....	18
3.2.2. Encontros Regionais   Seminários Temáticos .....	21
3.2.3. Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade .....	24
3.2.3.1. Reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização dos Planos de Inovação ..	24
3.2.3.1.1. - Acompanhamento e monitorização dos Percursos Curriculares Alternativos .....	25
3.2.3.2. Reuniões de rede .....	39
3.2.3.3. Apoio a distância .....	45
3.2.4. Produção de Recursos .....	45
3.2.5. Capacitação e Formação .....	46
3.2.5.1. Capacitação de Líderes Pedagógicos .....	47
3.2.6. Divulgação .....	57
3.2.7. Monitorização e avaliação .....	59
3.3. Planos de Inovação .....	61
4. Balanço do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação .....	74
5. Conclusões e recomendações .....	79
Anexos .....	81

## Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de acompanhamento e Monitorização AFC .....	13
Figura 2 - Dinâmicas de Acompanhamento e de Monitorização AFC.....	17
Figura 3 - Nº e % de escolas que compareceram a pelo menos uma iniciativa no âmbito do acompanhamento da AFC.....	17
Figura 4 - Total de Encontros Regionais 2020/2021 .....	21
Figura 5 – Sessão de Abertura .....	22
Figura 6 – Tópicos abordados .....	23
Figura 7 – Nível de Satisfação dos Participantes.....	24
Figura 8 - <i>Focus groups</i> .....	26
Figura 9 - Percentagem de alunos(as) que beneficiam da medida Apoio Tutorial Específico.....	28
Figura 10 - Percentagem de alunos(as) abrangidos por medidas seletivas.....	29
Figura 11 - Percentagem de alunos(as) em risco de abandono.....	29
Figura 12 - Equipas educativas   Trabalho colaborativo entre docentes (Tipos de Práticas) .....	30
Figura 13 - Planeamento (Tipos de Práticas) .....	31
Figura 14 - Operacionalização (Tipos de Práticas) .....	31
Figura 15 - Avaliação das aprendizagens (Tipos de Práticas).....	32
Figura 16 - Novas disciplinas   Práticas pedagógicas e curriculares (Tipos de Práticas) .....	33
Figura 17 – PCA (Tipos de Práticas).....	34
Figura 18 - Envolvimento dos pais e ou encarregados de educação (Tipos de Práticas) .....	36
Figura 19 - Escolas (Tipos de Práticas) .....	37
Figura 20 - Reuniões de Rede – 1.º período: Temas abordados.....	40
Figura 21 - Reuniões de Rede – 2.º período: Temas abordados.....	41
Figura 22 - Reuniões de Rede – 3.º período: Temas abordados.....	42
Figura 23 - Filmes gravados, no âmbito das RR disponíveis no site AFC .....	44
Figura 24 - Recursos produzidos no âmbito do Projeto MAIA – Folhas .....	46
Figura 25 - Recursos produzidos no âmbito do Projeto MAIA – Textos de Apoio.....	46
Figura 26 - Momentos do Seminário .....	49
Figura 27 - Seminário "Conceção, dinamização e gestão de espaços: Ambientes Educativos Inovadores" ...	49
Figura 28 - Nível de Satisfação dos Participantes .....	50
Figura 29 - Momentos do Seminário .....	51
Figura 30 – Seminário “Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação” .....	51
Figura 31 - Nível de Satisfação dos Participantes .....	52
Figura 32 - Momentos do Seminário .....	53
Figura 33 - Seminário "Escolas: o desafio da colaboração" .....	53
Figura 34 - Nível de Satisfação dos Participantes .....	54
Figura 35 - Seminário Temático .....	55
Figura 36 - Site Autonomia e Flexibilidade Curricular.....	57
Figura 37 - Visualizações do site AFC .....	58
Figura 38 – Visualizações site AFC por ordem decrescente.....	58
Figura 39 - Eixos de análise do estudo avaliativo .....	60
Figura 40 - PI submetidos 2021/2022 – nível nacional.....	62
Figura 41 - Planos de Inovação em vigência .....	62
Figura 42 - PI em vigência por região.....	63
Figura 43 - Gestão Flexível superior a 25% .....	64

Figura 44 - Medidas adotadas de acordo com o Art.º 4º Portaria 181/2019, com exceção do PCA.....	64
Figura 45 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/1º Ciclo.....	65
Figura 46 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/2.º e 3.º Ciclos.....	66
Figura 47 - Criação de disciplinas - Áreas.....	67
Figura 48 - Criação de Disciplinas- Dinâmicas Pedagógicas.....	67
Figura 49 - Organização do ano escolar - Semestralização.....	68
Figura 50 - PI que propõem PCA.....	70
Figura 51 - N.º de Turmas PCA por ano de escolaridade (ano letivo 2020/2021).....	70
Figura 52 - N.º de Turmas PCA por ano escolaridade (ano letivo 2019/2020).....	71
Figura 53 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/2º e 3º Ciclos em Turmas PCA .....	71
Figura 54 - Criação de Disciplinas por Áreas em Turmas PCA .....	72
Figura 55 - Criação de Disciplinas em Turmas PCA- Dinâmicas Pedagógicas .....	72
Figura 56 - Plano de Formação – Áreas Privilegiadas .....	73
Figura 57 - Compromissos assumidos.....	73

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Universo de Escolas Abrangidas .....	12
Quadro 2 - Composição das Equipas Regionais .....	15
Quadro 3 - Reuniões CN, ET, ER/CFAE realizadas .....	18
Quadro 4 - Reuniões de Rede realizadas .....	43
Quadro 5 - Resultados obtidos nas ações planeadas .....	77

## Glossário

AE - Aprendizagens Essenciais

AE/ENA – Agrupamento de Escolas/Escola não agrupada

AFC - Autonomia e Flexibilidade Curricular

ANQEP, I.P. - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

CFAE - Centros de Formação das Associações de Escolas

CN - Coordenação Nacional

CSH - Ciências Sociais e Humanas

DGAE – Direção-Geral de Administração Escolar

DGE - Direção-Geral da Educação

DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

EMAEI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

ENA - Escola Não Agrupada

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

ER - Equipa Regional

ET - Equipa Técnica

FAQ - *Frequently Asked Questions* (Questões frequentes)

IGEC - Inspeção-Geral da Educação e Ciência

LVT - Lisboa e Vale do Tejo

MAIA - Iniciativa Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

ME - Ministério da Educação

PA - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

PCA - Percursos Curriculares Alternativos

PI - Planos de Inovação

SEAE - Secretário de Estado Adjunto e da Educação

STEM - *Science, Technology, Engineering and Mathematics*

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UO - Unidade Orgânica

## Sumário executivo

Para dar cumprimento ao disposto no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, o presente documento pretende dar a conhecer o processo de acompanhamento, monitorização e avaliação da aplicação, a nível nacional, do Decreto-Lei n.º 54/2018 e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, relativamente ao ano letivo de 2020/2021.

Com este relatório, à semelhança dos anos letivos transatos no âmbito do Despacho já citado, procura-se providenciar informação descritiva e interpretativa sobre os dados recolhidos, no quadro do processo supra-mencionado, no sentido de propiciar uma visão objetiva e completa sobre as ações desenvolvidas, bem como a definição de recomendações para ações futuras.

Para tal, descrevem-se as ações desenvolvidas no âmbito do processo de acompanhamento e monitorização da Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), de setembro de 2020 a agosto de 2021, bem como as opções de gestão curricular tomadas pelas escolas que apresentaram Planos de Inovação (PI), tendo em vista a prossecução dos propósitos explanados nos seus Projetos Educativos. As escolas continuam a desenvolver ações, através da aplicação de diversas medidas e iniciativas no quadro da AFC, em função das particularidades dos seus contextos e públicos-alvo, com o objetivo de garantirem a inclusão e o sucesso de todos os alunos e alunas, melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, de modo que os(as) alunos(as) alcancem as competências previstas no PA.

De acordo com o Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, o acompanhamento e a monitorização da AFC são assegurados a nível central e regional por equipas criadas para o efeito que integram representantes de diversas entidades do Ministério da Educação (ME) e dos Centros de Formação das Associações de Escolas (CFAE), adotando um modelo de proximidade que recorre ao desenvolvimento de diferentes ações.

Neste âmbito, foram realizados quatro Encontros Regionais<sup>1</sup>, 52 Reuniões de Rede<sup>2</sup> e inúmeras ações junto das escolas, nomeadamente reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização dos Planos de Inovação. Para além destas dinâmicas, as escolas têm sido apoiadas através do desenvolvimento de várias

---

<sup>1</sup> Encontros Regionais: São realizados por região sendo o público alvo as escolas da respetiva região (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve) e têm como principal objetivo aprofundar aspetos conceptuais relacionados com a implementação e o desenvolvimento da AFC, através, por exemplo, de comunicações efetuadas por elementos do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, da Coordenação Nacional e por especialistas em determinados temas relevantes para o desenvolvimento da AFC nas Escolas, bem como através de partilha de práticas por parte das Escolas.

<sup>2</sup> Reuniões de Rede: São da responsabilidade das equipas regionais e são realizadas com um menor número de escolas, em regra, por região e com um número reduzido de escolas, sendo convidados Diretores de escolas, lideranças intermédias ou outros(as) professores(as), tendo como principais objetivos proporcionar momentos de partilha de práticas e promover a reflexão e o aprofundamento de temas específicos.

iniciativas de apoio a distância, tais como a atualização constante do *site* Autonomia e Flexibilidade Curricular (<https://afc.dge.mec.pt/>), esclarecimentos via correio eletrónico, ações de capacitação de Diretores(as), entre outras.

Os dados recolhidos, ao longo do ano letivo 2020/2021, resultantes do acompanhamento, por parte das Equipas Regionais (ER), organizam-se por áreas de ação ou por atividades, sendo apresentados de forma sistematizada e, sempre que pertinente, acompanhados de reflexão crítica. Visando a regulação e o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação em apreço, a informação recolhida dá origem à identificação dos aspetos positivos e à elaboração de um conjunto de propostas de melhoria da ação, a vários níveis. De entre elas, destaca-se a mais-valia do processo de AFC ser construído com base num diálogo constante entre as estruturas de acompanhamento e as escolas, através da aplicação de ações de proximidade.

Pretendendo continuar a dar visibilidade ao trabalho que tem vindo a ser produzido pelas escolas, enquanto espaços de concretização curricular, por excelência, tendo em vista o sucesso de todos os alunos e todas as alunas, considera-se fulcral o incremento da divulgação de práticas pedagógicas com impacto nas escolas onde foram desenvolvidas, potencialmente mobilizadoras da inovação educativa noutros contextos.

## 1. Enquadramento

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos e todas as alunas adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no PA.

O referido decreto-lei confere autonomia curricular aos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais, públicas e privadas, doravante designados por escolas, materializada, entre outras, na possibilidade de gestão flexível das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, num intervalo de variação entre 0 % e 25 %, considerando as opções curriculares de cada escola. No desenvolvimento do exercício de autonomia, consagra ainda a possibilidade de ser concedida às escolas uma maior flexibilidade curricular, concretizada numa gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de Planos de Inovação curricular, pedagógica ou de outros domínios.

Na conceção dos PI, (desenvolvidos a partir das matrizes curriculares-base, previstas nos anexos I a VIII do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e regulamentados pela Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, que define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base), as opções e medidas cooptadas devem sustentar a promoção de melhores aprendizagens, explicitando a sua intencionalidade na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de capacidades e atitudes inscritas nas áreas de competências do PA, bem como na aquisição e no desenvolvimento do conjunto de aprendizagens, conhecimentos, aptidões e competências técnicas do Perfil Profissional associado à respetiva qualificação, no caso dos percursos de dupla certificação, de modo a implementar respostas curriculares e pedagógicas adequadas ao contexto da comunidade educativa de cada escola.

Concomitantemente, esta portaria institui o procedimento de autorização de funcionamento dos Planos de Inovação, bem como o acompanhamento e avaliação dos mesmos.

O acompanhamento e a monitorização da AFC, bem como dos PI, continuaram a ser assegurados a nível central e regional por equipas criadas para o efeito, que integram representantes de diversas entidades do ME e dos CFAE, adotando um modelo de proximidade que recorre ao desenvolvimento de diferentes ações, conforme disposto no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro.

Assim, o presente relatório visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do n.º 16 do supramencionado despacho, e tem por base os relatórios elaborados pela Equipa Técnica (ET) e pelas Equipas Regionais, sobre

as diferentes atividades desenvolvidas no quadro do Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação AFC definido pela Equipa de Coordenação Nacional (cf. Anexo I).

O grau de satisfação dos participantes, no âmbito das diversas atividades desenvolvidas, foi avaliado com base na aplicação de questionários e é expresso numa escala de classificação de 1 a 4, em que o nível 1 corresponde ao menor grau de satisfação e o nível 4 ao maior grau de satisfação.

Face à situação epidemiológica vivida em Portugal, e tendo em conta as orientações e diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação (ME) e as orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS), foi necessário proceder à reestruturação e adaptação do Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação AFC, tendo presente a saúde pública como o maior valor a ser preservado.

## 2. Caracterização do universo das escolas abrangidas

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos e todas as alunas adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no PA. De acordo com o disposto no artigo 2.º, aplica-se às diversas ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, no âmbito da escolaridade obrigatória, ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais, públicas e privadas, produzindo efeitos em:

- a) 2018/2019, no que respeita aos 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade;
- b) 2019/2020, no que respeita aos 2.º, 6.º, 8.º e 11.º anos de escolaridade;
- c) 2020/2021, no que respeita aos 3.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade;
- d) 2021/2022, no que respeita ao 4.º ano de escolaridade.

No ano letivo 2020/2021, encontraram-se abrangidas 811 Unidades Orgânicas (UO), do ensino público, distribuídas pelas diferentes regiões (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Universo de Escolas Abrangidas

Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
Nº de AE/ENA	290	147	263	71	40

### 3. Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação

#### 3.1. Constituição e competências das diferentes equipas

De forma a assegurar o acompanhamento e a monitorização do desenvolvimento da AFC em cada estabelecimento de ensino, o acompanhamento às escolas é assegurado, a nível central e regional, por equipas que congregam competências adstritas aos diversos serviços e organismos do ME, designadamente a Direção-Geral da Educação (DGE), que coordena, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., (ANQEP, I.P.), a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) e a Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE). Integram também as Equipas Regionais representantes dos CFAE). Conforme visível na Figura 1, e, à semelhança dos dois anos letivos anteriores, as estruturas de acompanhamento e de monitorização relacionam-se entre si, designadamente através de uma Equipa de Coordenação Nacional, coadjuvada por uma Equipa Técnica e pelas Equipas Regionais que apoiam diretamente as escolas.

Figura 1 – Modelo de acompanhamento e Monitorização AFC



De acordo com o disposto no ponto 5 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, compete à Coordenação Nacional delinear o processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, prevendo a identificação das etapas desse processo; proceder às avaliações intercalares e finais, cujas conclusões e recomendações deverão ser presentes ao membro do Governo responsável pela área da educação; definir a metodologia de trabalho a implementar pelas equipas regionais, tendo em vista a operacionalização do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação; planificar a formação dos intervenientes no processo de acompanhamento, monitorização e avaliação; avaliar a concretização dos mecanismos de articulação entre as escolas

acompanhadas pelas equipas regionais, designadamente no que respeita à partilha de práticas e ao trabalho em rede, bem como à promoção de práticas colaborativas entre professores e professoras; reportar anualmente ao membro do Governo responsável pela área da educação a informação decorrente do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, apresentando propostas que contribuam para o seu aperfeiçoamento, consolidação e revisão, bem como apresentar propostas de ações que promovam a implementação de medidas de Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Com vista ao desenvolvimento de mecanismos de articulação entre as equipas e as escolas, a Coordenação Nacional, no âmbito das suas competências, definiu orientações para o trabalho de acompanhamento e monitorização a desenvolver, nomeadamente no âmbito da coordenação, concetualização e calendarização.

Para o efeito, foi delineado um conjunto de ações globais a desenvolver ao longo do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, no ano letivo 2020/2021, definindo os intervenientes/destinatários, bem como a sua calendarização (cf. Anexo I). Assim, foram definidas as seguintes ações globais:

- Organização e Gestão;
- Encontros Regionais | Seminários Temáticos;
- Apoio às Escolas: Implementação de medidas de proximidade;
- Produção de recursos;
- Capacitação e Formação;
- Divulgação;
- Monitorização e Avaliação.

A Coordenação Nacional produziu também orientações para as reuniões de trabalho das Equipas Regionais, com o objetivo de gerar uma apropriação dos objetivos deste processo pelos elementos das diferentes estruturas, mobilizando-os para uma atuação coesa. Sempre que necessário, foram emitidos pareceres que contribuíram para a realização de ajustamentos e de resoluções pontuais, relativamente a constrangimentos identificados aquando da implementação do Plano de acompanhamento e monitorização.

A Equipa Técnica, constituída por elementos da DGE, deu continuidade ao cumprimento das competências que lhe foram atribuídas, no âmbito da coadjuvação da Coordenação Nacional, tais como, promover a implementação das medidas definidas pela equipa de coordenação nacional; prestar apoio às equipas regionais contribuindo para o seu funcionamento; promover a harmonização de procedimentos, a gestão da comunicação e a sistematização da informação; coordenar a produção de recursos pedagógicos e de documentos orientadores; organizar e dinamizar o plano de formação; implementar e assegurar mecanismos de comunicação a distância com as escolas, bem como dinamizar a criação de um banco de boas práticas. Neste âmbito, a ET i) operacionalizou as orientações emanadas pela Equipa de Coordenação Nacional; ii) promoveu a

articulação entre a Equipa de Coordenação Nacional e as Equipas Regionais; iii) fomentou a harmonização de esclarecimentos às escolas, nomeadamente através da produção de um documento de perguntas frequentes (FAQ), elaborado com base nas dúvidas colocadas pelas escolas às Equipas Regionais; iv) elaborou documentos facilitadores do acompanhamento e monitorização (modelos de relatórios, apresentações *PPT* para as reuniões, entre outros); v) concebeu instrumentos de recolha de dados (*online*) e vi) articulou com os coordenadores das Equipas Regionais os temas a abordar nas Reuniões de Rede e a metodologia a aplicar. Pontualmente, promoveu i) a comunicação com os Diretores das escolas, nomeadamente no que diz respeito ao envio de comunicações, convites para os encontros regionais, ii) a divulgação de recursos pedagógicos e iii) o lançamento de desafios às escolas para partilharem as suas práticas, entre outras atividades.

As Equipas Regionais, conforme referido anteriormente, são constituídas por elementos dos serviços e organismos do Ministério da Educação e por representantes dos CFAE (cf. Quadro 2), encontrando-se organizadas por cinco áreas geográficas, correspondentes às cinco UO de âmbito regional da DGEstE, nos termos seguintes:

- a) Equipa da Região Norte, coordenada pela DGEstE;
- b) Equipa da Região Centro, coordenada pela DGEstE;
- c) Equipa da Região de Lisboa e Vale do Tejo, coordenada pela DGE;
- d) Equipa da Região do Alentejo, coordenada pela DGE;
- e) Equipa da Região do Algarve, coordenada pela ANQEP, I. P.

Quadro 2 - Composição das Equipas Regionais

Equipas Regionais	N.º de Elementos por Entidade					N.º Total de Elementos	N.º de Representantes CFAE
	DGE	DGEstE	ANQEP	DGAE	IGEC		
Alentejo	2	3	2	1	1	9	7
Algarve	2	4	2	1	1	10	6
Centro	3	5	2	1	1	12	19
Lisboa e Vale do Tejo	3	2	2	1	1	9	27
Norte	3	4	3	1	1	12	32
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>52</b>	<b>91</b>

No quadro da concretização das orientações definidas, e prosseguindo um trabalho de proximidade junto das escolas, com vista ao apoio e ao acompanhamento das ações adotadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2018 e do Decreto-Lei n.º 54/208, ambos de 6 de julho, e da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, compete às equipas regionais organizar e dinamizar reuniões de rede de partilha; promover a constituição de

redes; proporcionar sessões de trabalho prático e colaborativo entre as escolas; realizar visitas às escolas e participar em eventos organizados pelas mesmas, tendo em vista o conhecimento real da apropriação da Autonomia e Flexibilidade Curricular por cada uma delas e o desenvolvimento da identidade de escola inclusiva; sistematizar regionalmente a informação referente às opções pedagógicas e organizacionais das escolas, bem como a elaboração dos relatórios intercalares e final. Compete, em particular, aos representantes dos CFAE conhecer as opções pedagógicas e organizacionais das escolas associadas ao respetivo CFAE, partilhando a informação, no âmbito da respetiva Equipa Regional (ER), com vista à sua sistematização; proceder à identificação de necessidades das escolas associadas; facilitar e apoiar a realização de encontros da ER com as escolas associadas ao CFAE, tendo em vista a realização de sessões conjuntas de trabalho prático em rede, visitas às escolas, entre outras atividades e fomentar a partilha de práticas.

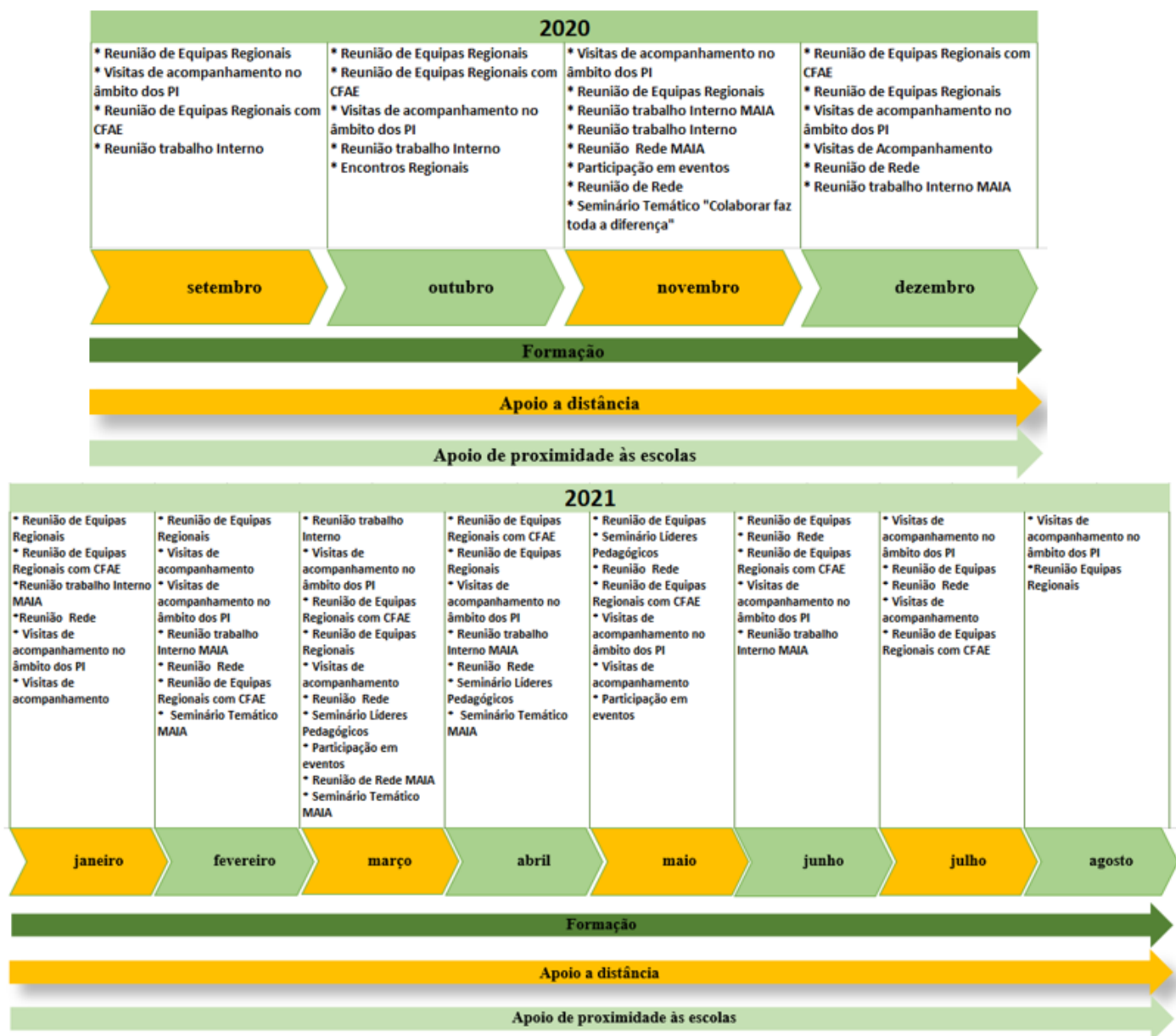
No quadro da sua ação, as ER, com a colaboração dos representantes dos CFAE, i) realizaram Reuniões de Rede; ii) Visitas às Escolas (a distância), com especial enfoque no apoio à conceção dos PI e iii) participaram em sessões promovidas pelas escolas, entre outras.

Para o desenvolvimento das suas atividades, e sempre que pertinente, as Equipas Regionais convidaram docentes, formadores, técnicos ou especialistas do ensino superior.

### 3.2. Ações de acompanhamento, monitorização e avaliação

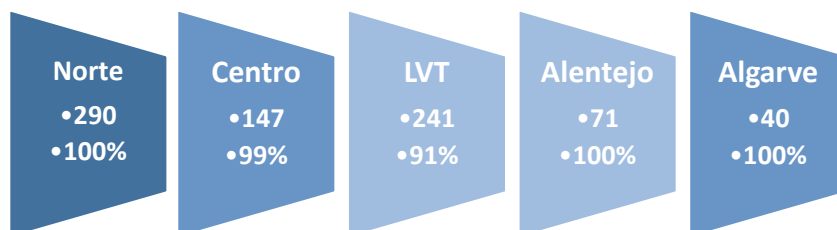
Visando o cumprimento do plano de ação definido pela Coordenação Nacional e tendo por objetivo apoiar o trabalho desenvolvido nas escolas e reforçar a ligação entre estas e as diversas equipas, apresenta-se, nos pontos que se seguem, uma breve descrição da concretização de cada uma das ações globais definidas. Contudo, de forma a proporcionar uma visão global das mesmas, retrata-se na figura 2 uma linha cronológica das atividades desenvolvidas, que como se pode constatar no ponto 4 do presente relatório, foram realizadas de acordo com o plano estabelecido, salvo as ações que decorrentes da situação pandémica tiveram de ser canceladas

Figura 2 - Dinâmicas de Acompanhamento e de Monitorização AFC



Conforme apresentado na Figura 3 *infra*, destaca-se a notável participação de escolas de todo o país, em pelo menos uma das iniciativas desenvolvidas, no quadro do acompanhamento da AFC.

Figura 3 - Nº e % de escolas que compareceram a pelo menos uma iniciativa no âmbito do acompanhamento da AFC



### 3.2.1. Organização e Gestão

O planeamento e a consecução do plano de acompanhamento foram concretizados no decurso de diversos momentos de reunião das equipas envolvidas. Com efeito, pretendendo garantir o planeamento das ações a desenvolver, ou regular o trabalho em curso, a Equipa de Coordenação Nacional considerou, ao longo do ano letivo 2020/2021, continuar a promover reuniões com as diferentes Equipas Regionais, com o objetivo de assegurar uma apropriação conjunta das linhas de ação previstas no plano de acompanhamento, bem como de possibilitar um alinhamento das estratégias de atuação. Considerou, ainda, crucial que a Coordenadora da ET desse continuidade à promoção de reuniões com as Coordenadoras das Equipas Regionais, de forma a harmonizar o trabalho das diferentes ER e que as Coordenadoras de cada ER continuassem a realizar reuniões internas para preparação e regulação do trabalho de proximidade a realizar junto das escolas, reforçando a importância do envolvimento dos representantes dos CFAE em todas as atividades.

Ao longo do ano letivo, a dimensão das ER suscitou a necessidade de serem efetuadas outras reuniões de preparação do trabalho a realizar e de alinhamento e apropriação dos propósitos do acompanhamento, com a participação da Equipa de Coordenação Nacional, da Equipa Técnica e das Equipas Regionais. Assim, foram realizadas reuniões, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Reuniões CN, ET, ER/CFAE realizadas

Data/Local	Intervenientes	Assuntos/Temas abordados
15/09/2020 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Constituição das ER</li><li>• Definição do Plano de Atividades 2020/2021</li><li>• Propostas de alteração à Portaria 181</li><li>• Contratos de autonomia</li><li>• Outros</li></ul>
24/09/2020 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> Preparação das reuniões internas a realizar dias 29 SET e 8 OUT
29/09/2020 Online	CN   ET   ER	<b>Reunião de lançamento do trabalho AFC para 2020/2021:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas de trabalho para 2020/2021</li><li>• Apresentação das Equipas Regionais</li><li>• Planos de Inovação aprovados para 2020/2021</li><li>• Base de dados dos Planos de Inovação</li><li>• Plano de atividades das Equipas Regionais para o 1.º período de 2020/2021</li></ul>
06/10/2020 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> Preparação dos encontros regionais

08/10/2020 Online	CN ET ER CFAE	<b>Reunião de lançamento do trabalho AFC para 2020/2021:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessão de abertura: Secretário de Estado Adjunto e da Educação</li> <li>Coordenação Nacional: Áreas de trabalho para 2020/2021</li> <li>Planos de Inovação apresentados para 2020/2021</li> <li>Plano de atividades das Equipas Regionais para o 1.º período de 2020/2021</li> <li>Iniciativa MAIA</li> </ul>
22/10/2020 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Portaria n.º 181/2019</li> <li>Contratos de autonomia</li> </ul>
11/11/2020 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contratos de autonomia</li> </ul>
14/01/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da monitorização efetuada e remetida ao Gabinete sobre PI (PCA)</li> <li>Análise dos resultados dessa monitorização.</li> <li>Definição de trabalho subsequente sobre os resultados dessa monitorização.</li> <li>Análise das propostas de alteração à Portaria n.º 181/2019</li> <li>Plano de formação no âmbito da Educação Inclusiva</li> <li>Intervenção das equipas regionais no âmbito da conceção de novos PI.</li> <li>Ponto de situação do projeto MAIA</li> <li>Formação das Lideranças</li> <li>Outros</li> </ul>
22/01/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do Plano de Inovação do AE de Cister;</li> <li>Proposta Contratos de Autonomia (já enviada para V. análise);</li> <li>Plano de atividades AFC 2021;</li> <li>Funcionamento da ER Norte;</li> <li>Outros assuntos</li> </ul>
01/03/2021 Online	CN ET ER	<b>Reunião de balanço do 1º semestre:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessão de abertura: SEAE</li> <li>Coordenação Nacional</li> <li>Apresentação do balanço do acompanhamento e monitorização por parte das ER (1.º semestre)</li> <li>Apresentação do Plano de atividades das Equipas Regionais para o 2.º semestre de 2020/2021</li> </ul>
21/04/2021 Online	CN	<b>Reunião de ponto de situação das medidas políticas educativas em curso e próximos passos.</b>
05/05/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE da Lixa; AE de Vale de Milhaços; AE n.º 2 de Beja; AE Vila Nova de Paiva)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE de Alhandra, Sobralinho e São João Montes; AE Aljustrel; AE Vila Viçosa; AE Pinhal de Frades; Escola do Comércio de Lisboa)</li> </ul>

18/05/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE D. Dinis; AE Agualva Mira Sintra; AE de Chamusca; AE de S. Teotónio; AE Diogo de Macedo; AE do Fundão; AE de Pombal; AE Manuel Ferreira Patrício; AE de Oliveirinha; AE de Alvalade; AE da Azambuja; AE de Penacova; AE da Marinha Grande Poente; AE de São João da Talha; AE de Gouveia; AE de Santa Bárbara)</li> <li>Análise da audiência prévia (AE Vila Nova de Paiva)</li> </ul>
27/05/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE de Samora Correia; AE de Benavente; Escola Profissional de Aveiro)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE Padre António Martins de Oliveira)</li> </ul>
07/06/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE de São Bruno; AE n.º 1 de Gondomar)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE N.º 1 de Abrantes; AE de Sardoal)</li> </ul>
23/06/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE Frei Heitor Pinto; AE Rainha Santa Isabel; AE D. José I; AE Poeta Joaquim Serra)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE de Carcavelos; AE de Bobadela; AE de Sardoal; AE de Azeitão; AE Gil Eanes)</li> </ul>
14/07/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE de Albufeira; AE José Estêvão; AE de João de Meira; AE Gonçalo Sampaio; AE Escultor Francisco dos Santos; AE Ferreira de Castro; AE de Estremoz; AE n.º 1 de Beja; AE Júlio Dantas)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE Artur Gonçalves; AE Rio Tinto n.º 3; AE Ferreira de Castro; AE Oliveira do Bairro; AE de Cristelo; Escola Secundária de Amarante; AE Gil Paes; AE do Campo; Escola Secundária Augusto Gomes; AE de Arouca)</li> </ul>
23/07/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE Reguengos de Monsaraz; AE de Campo Maior)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (AE do Freixo; Ginásio Escola de Dança; AE de Santo André; AE Óscar Lopes; AE do Cerco)</li> </ul>
19/08/2021 Online	CN	<b>Reunião ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de parecer dos Planos de Inovação (AE Diogo de Macedo; AE do Carregado; AE de Silves Sul; AE n.º 1 de Elvas; AE Eduardo Gageiro; AE de Monforte; AE São João da Pesqueira)</li> <li>Análise dos pedidos de Adendas aos Planos de Inovação (Escola Secundária Augusto Gomes; AE Virgínia Moura; AE de Alcanena)</li> </ul>

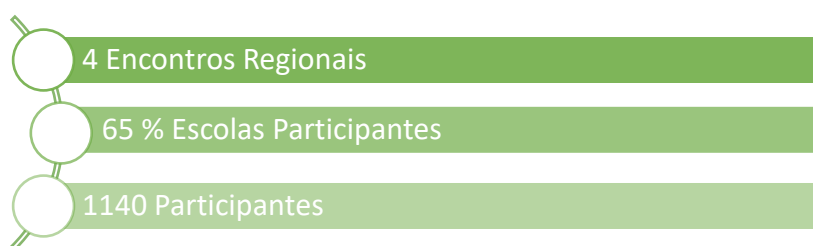
### 3.2.2. Encontros Regionais | Seminários Temáticos

A Coordenação Nacional perspetivou para o ano letivo 2020/2021 a realização de um conjunto de Encontros Regionais AFC e Seminários Temáticos (cf. Anexo I), tendo como principais objetivos possibilitar a reflexão e o aprofundamento de determinadas temáticas, bem como promover a partilha de práticas entre as escolas, nomeadamente nas seguintes áreas: articulação curricular; avaliação das aprendizagens, mecanismos de monitorização; inclusão; planos de inovação; semestralização do calendário escolar; educação para a cidadania, entre outras.

Os Encontros Regionais que se dirigem aos Diretores das UO, bem como a outros representantes das escolas em função das temáticas a abordar, afiguram-se como importantes momentos de auscultação das escolas relativamente à aplicação da AFC, por parte dos elementos do Governo presentes e das equipas de acompanhamento – Equipa de Coordenação Nacional, Equipa Técnica e Equipas Regionais.

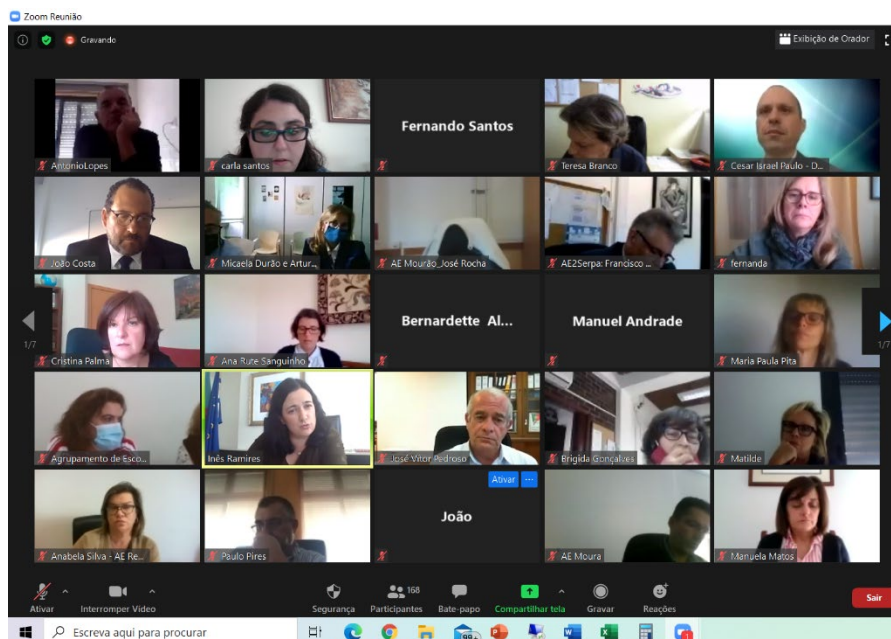
Tiveram lugar no mês de outubro de 2020, tendo sido realizados 4 encontros (1 – Região Norte; 1 – Região Centro; 1 – Região Lisboa e Vale do Tejo e 1 Região Alentejo/Algarve). Salienta-se a participação muito significativa de escolas, facto que traduz o elevado nível de envolvimento das mesmas nestas iniciativas de dimensão regional (Região Norte – 184 UO/403 participantes; Região Centro – 107 UO/199 participantes; Região Lisboa e Vale do Tejo – 161 UO/343 participantes e Região Alentejo/Algarve – 75 UO/195 participantes).

Figura 4 - Total de Encontros Regionais 2020/2021



A sessão de abertura destes Encontros Regionais contou com a presença da Senhora Secretária de Estado da Educação, Dr.<sup>a</sup> Inês Ramires, e com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Dr. João Costa (cf. Figura 5).

Figura 5 – Sessão de Abertura



A Secretária de Estado da Educação realçou o reforço de crédito horário atribuído às escolas; o alargamento da medida de apoio tutorial específico; o aumento de recursos humanos, quer no que respeita ao número de assistentes operacionais, quer ao aumento do número de técnicos especializados (psicólogos, educadores sociais e outros técnicos de intervenção social), como resposta, por parte do governo, à atual conjuntura.

O Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE) realçou o contributo da Autonomia e Flexibilidade Curricular como uma resposta à realidade vivida, em termos da gestão do currículo, ao longo do ano, face aos condicionalismos do momento. Focou a importância das questões relacionadas com o bem-estar dos alunos e alunas, sublinhando a relevância da escola como um espaço de felicidade e de desenvolvimento de todos os cidadãos. Referiu que a ação do Governo se centraria na revisão dos contratos de autonomia; na nova fase dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP); em novas medidas do currículo, nomeadamente na intervenção do currículo da disciplina de Matemática; no programa de transição digital, que envolve vários pilares de grande complexidade, como equipamentos tecnológicos; nos recursos educativos digitais e na formação e capacitação de docentes.

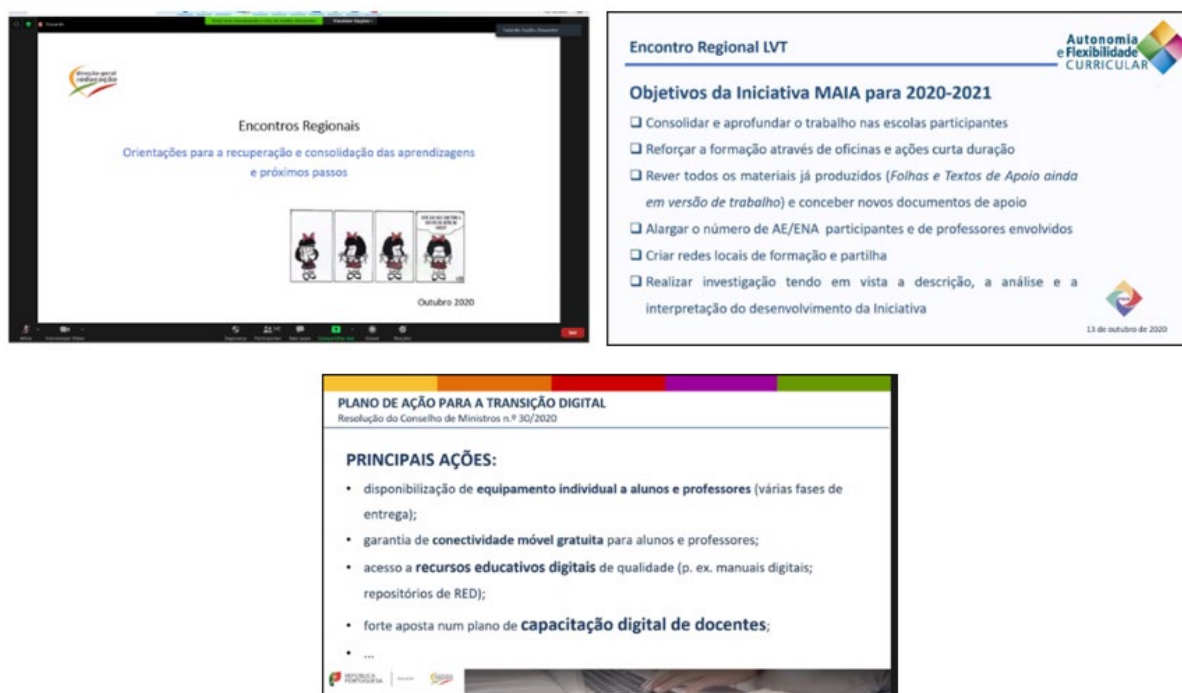
Seguidamente, cada elemento da Coordenação Nacional apresentou o ponto de situação relativamente às áreas prioritárias de intervenção do organismo que representa no processo de acompanhamento e monitorização da AFC.

Dando continuidade aos trabalhos, foram ainda abordados os seguintes tópicos (cf. Figura 6):

- Orientações para a recuperação e consolidação das aprendizagens e próximos passos;

- Planos de Inovação 2020/2021;
- Inovação curricular em tempo de pandemia: Partilha de Práticas;
- Inclusão em tempo de pandemia: Partilha de Práticas;
- Iniciativa MAIA;
- Plano de Capacitação Digital dos Docentes.

Figura 6 – Tópicos abordados

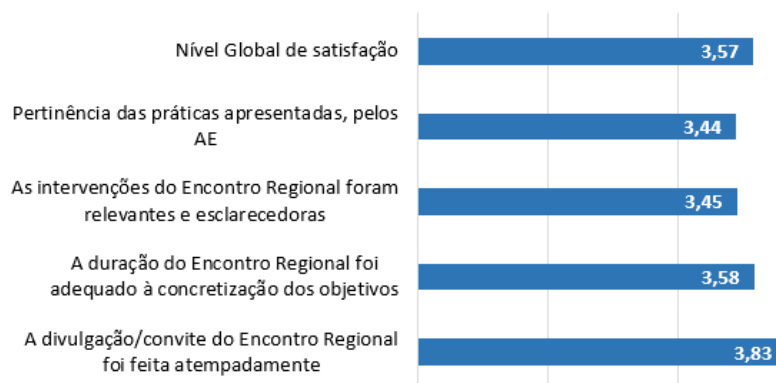


Estes Encontros Regionais estão acessíveis em: <https://afc.dge.mec.pt/eventos/encontros-regionais>

De modo a desencadear um processo de melhoria contínua e o ajustamento dos programas e dos métodos em ações futuras, cada vez mais direcionadas para a satisfação dos intervenientes, foi utilizado um questionário que lhes permite, de uma forma simples e eficaz, manifestar o grau de satisfação, e com os dados fornecidos identificar aspetos de melhoria para os próximos eventos.

Em resultado da aplicação dos questionários de avaliação, constatou-se que os participantes manifestaram um nível de satisfação elevado (escala de 1 a 4), nomeadamente no que se refere ao nível de satisfação global (3,57), à pertinência das práticas partilhadas pelas Escolas (3,44), bem como relativamente à pertinência das intervenções do ponto de vista da relevância e esclarecimento (3,45) (cf. Figura 7).

Figura 7 – Nível de Satisfação dos Participantes



### 3.2.3. Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade

No âmbito da ação global - Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade a serem desenvolvidas pelas Equipas Regionais (cf. Anexo I), destacam-se, nos pontos que se seguem, as principais atividades desenvolvidas:

- Reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização dos Planos de Inovação;
- Reuniões de rede;
- Apoio a distância.

#### 3.2.3.1. Reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização dos Planos de Inovação

De acordo com o disposto na Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, compete a cada escola decidir sobre a adoção de um Plano de Inovação curricular, pedagógica e ou organizacional, definindo a percentagem de carga horária das matrizes curriculares-base que pretende gerir. A decisão de cada Escola deve ser fundamentada na necessidade de implementar respostas curriculares e pedagógicas adequadas ao contexto de cada comunidade educativa e visar a promoção da qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno de todos os alunos e todas as alunas.

Na sequência dos Planos de Inovação aprovados ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, as Equipas Regionais, no quadro do acompanhamento, monitorização e avaliação dos mesmos, desenvolveram um trabalho de proximidade junto das escolas, com vista ao apoio e acompanhamento da implementação e desenvolvimento dos 110 PI em vigência no ano letivo 2020/2021 (19 da Região Norte, 15 da Região Centro, 58

da Região LVT, 14 da Região Alentejo e 4 da Região Algarve), com especial atenção ao acompanhamento e monitorização da medida de Percursos Curriculares Alternativos (PCA), aprovados no âmbito da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

No âmbito do processo de acompanhamento e monitorização da AFC, previsto no Despacho n.º 9726/2018, 17 de outubro, afigura-se de particular relevância a recolha de dados, por parte das ER, sobre o desenvolvimento da AFC em curso nas escolas, em particular sobre a implementação e desenvolvimento dos PI. Assim, para o efeito, foi criado um formulário (cf. Anexo II), de preenchimento online, no qual as ER registam os aspetos relevantes observados em cada reunião de proximidade, permitindo posteriormente o tratamento dos dados e a sua análise.

Este instrumento é constituído por 4 partes, a saber:

Parte 1 - Caracterização dos intervenientes/participantes na reunião (escolas e equipas regionais);

Parte 2 – Caracterização dos aspetos mais relevantes ao nível das Práticas Organizacionais, Pedagógicas, Avaliação, Inclusão, Envolvimento de Pais/EE, Formação e Monitorização;

Parte 3 – Caracterização dos Percursos Curriculares Alternativos;

Parte 4 – Balanço final e próximos passos.

Relativamente ao acompanhamento dos PI que não adotaram a medida de PCA, as Equipas Regionais constatarem que as escolas procuram dar continuidade aos processos de mudança. Esta continuidade parte de processos de monitorização interna que têm vindo a comprovar o impacto das várias medidas na construção de uma escola mais adaptada aos desafios que a sociedade coloca à educação. Das várias mudanças destaca-se i) a adoção da organização semestral do calendário escolar, ii) a implementação mais sistemática de metodologias centradas no aluno, iii) o incremento de processos de feedback e autorregulação, iv) a promoção do trabalho colaborativo entre docentes, v) a evolução da inter, multi e transdisciplinaridade, mudanças que concorrem para a construção de um currículo integrado que mais naturalmente possibilita o desenvolvimento das competências previstas no PA.

#### 3.2.3.1.1. - Acompanhamento e monitorização dos Percursos Curriculares Alternativos

De acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, no âmbito da sua autonomia curricular, e atentos os princípios que presidem aos Planos de Inovação, as escolas podem conceber Percursos Curriculares Alternativos de acordo com os seguintes pressupostos: a) A identificação de um conjunto de alunos(as) do mesmo ano de escolaridade para os quais uma gestão específica da matriz curricular-base, de carácter

temporário, constitua a resposta adequada; b) Nenhuma das ofertas educativas e formativas existentes se revele adequada.

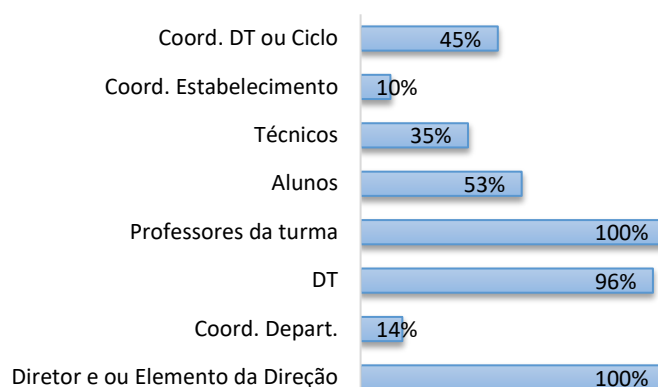
Neste âmbito, o presente ponto tem como principal objetivo providenciar informação relativa ao acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento da medida de PCA aprovados no âmbito da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho. Para além de um enquadramento da medida, é feita uma breve caracterização das turmas de PCA, bem como são apresentadas as principais opções no que concerne à concretização da gestão superior a 25 % do total da carga horária das matrizes curriculares-base das turmas de PCA.

Decorrente do processo de acompanhamento e monitorização levado a cabo pelas Equipas Regionais, de setembro de 2020 a agosto de 2021, evidenciam-se os aspetos considerados mais relevantes, tais como as medidas complementares adotadas pelas escolas, bem como o nível de concretização de práticas de natureza organizacional, pedagógica e curricular. Por fim, apresentam-se os pontos fortes e as áreas de melhoria realçados pelas Equipas Regionais.

Realça-se que os dados que se apresentam de seguida resultam da análise da informação submetida pelas ER, aquando do preenchimento do questionário acima referido (cf. Anexo II), em dois momentos: 1.ª Fase (final do 1.º período) e 2.ª Fase (final do 3.º período), e que foram recolhidos a partir de um *focus groups*, realizado com cada uma das escolas individualmente.

De acordo com os dados da Figura 8, verifica-se que em todos os *focus groups* esteve sempre presente o(a) diretor(a) do agrupamento de escolas e/ou outro elemento da direção, bem como pelo menos um(a) professor(a) da turma e, em 96% dos casos, o diretor(a) de turma também compareceu. Mais de metade deles (56%) contaram com a participação de alunos(as). Destaca-se ainda a presença, em alguns *focus groups*, de coordenadores de diretores de turma/ciclo (45%), técnicos especializados (35%), coordenadores de departamento (14%) e de coordenadores de estabelecimento (10%).

Figura 8 - *Focus groups*



<

#### A. Caracterização dos Percursos Curriculares Alternativos

O desenho curricular dos PCA tem por referência as matrizes curriculares-base dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, constantes dos anexos II e III do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que podem ser alteradas, em circunstâncias excecionais e especialmente fundamentadas.

Conforme explanado no Relatório de AFC de 2019/2020, 55 UO optaram pela criação de PCA, num total de 85 turmas, abrangendo 1143 alunos(as) (8 turmas de 5.º ano - 112 alunos(as); 11 turmas de 6.º ano - 139 alunos(as); 17 turmas de 7.º ano - 236 alunos(as); 21 turmas de 8.º ano - 286 alunos(as); 28 turmas de 9.º ano - 370 alunos(as)), correspondendo em média a 14 alunos(as) por turma.

No que respeita à concretização da gestão superior a 25 % do total da carga horária das matrizes curriculares-base, constata-se que todos os Agrupamentos de Escolas que constituíram turmas de PCA, optaram por criar novas disciplinas através da reafetação parcial ou total dos tempos/horas fixados para as disciplinas constantes da matriz curricular-base. Quanto às áreas de saber abrangidas pelas novas disciplinas, as escolas optam por privilegiar a área das *Science, Technology, Engineering and Mathematics* (STEM) e a área das Artes.

#### B. Acompanhamento e Monitorização

Conforme referido anteriormente, com vista ao acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento da medida de Percursos Curriculares Alternativos, as Equipas Regionais desenvolveram um trabalho de proximidade, através de *focus groups*, junto das escolas que adotaram esta medida.

No decorrer deste processo, as Equipas Regionais têm sublinhado junto das escolas que os(as) alunos(as) abrangidos(as) por esta medida integram o ensino básico geral e que é uma medida temporária, que pretende ajudar os(as) alunos(as) a recuperar as aprendizagens. Nesse sentido, tem sido reforçada a importância

de que a planificação das atividades tem de ter por base as Aprendizagens Essenciais (AE) e as áreas de competências do PA, assim como os procedimentos de avaliação.

Apresentam-se de seguida os aspetos considerados mais relevantes, tais como as medidas complementares adotadas pelas escolas, bem como o nível de concretização de práticas de natureza organizacional, pedagógica e curricular. Para este efeito, optou-se por estabelecer um conjunto de níveis de desenvolvimento por domínios que permitem caracterizar as práticas implementadas no decurso dos PCA em: Prática Elementar, Prática em Desenvolvimento ou Prática de Referência.

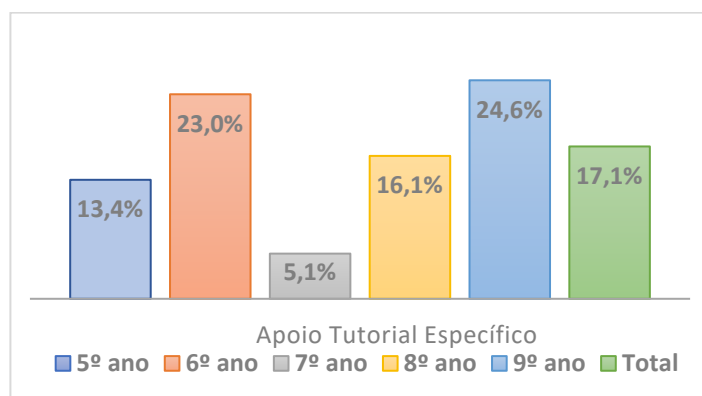
### B.1. Medidas complementares

No que respeita às metodologias, tem sido evidente o investimento em metodologias centradas no aluno, decididas de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, ou seja, existe uma aposta em ações educativas que procuram responder individualmente a cada aluno.

Neste âmbito, as escolas têm complementado a medida de PCA com outras medidas, nomeadamente através de apoio tutorial específico, medidas seletivas, apoio pedagógico acrescido, mentorias, entre outras.

No que se refere ao apoio tutorial específico constata-se que 17,1% dos alunos e das alunas beneficiam desta medida, com maior expressão nos 6º e 9º ano de escolaridade, abrangendo cerca de um quarto dos alunos e das alunas (cf. Figura 9).

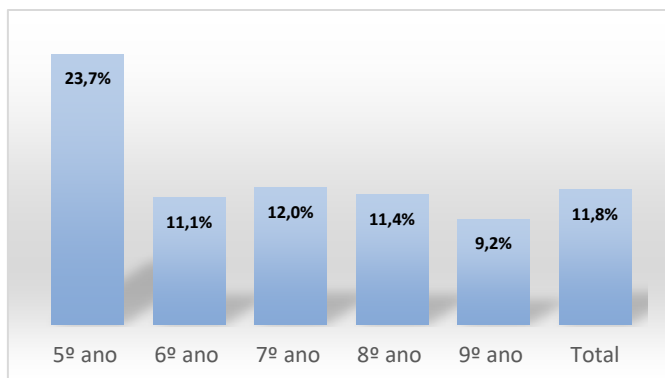
Figura 9 - Percentagem de alunos(as) que beneficiam da medida Apoio Tutorial Específico



Relativamente à aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente no que se refere a medidas seletivas, verifica-se que cerca de 12% (n = 132) dos alunos e alunas inseridos nas turmas

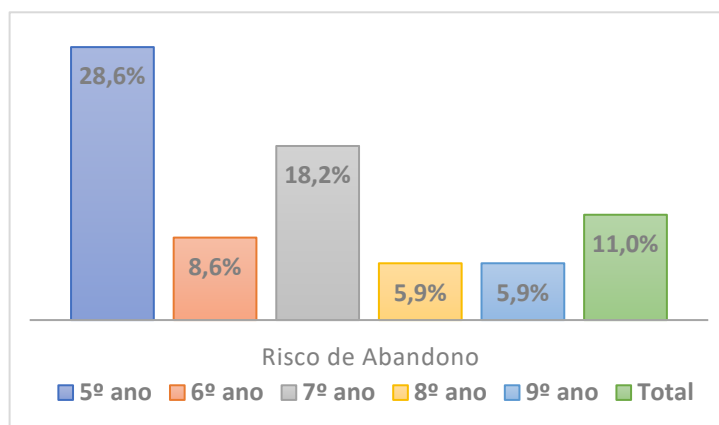
de PCA beneficiam de medidas neste âmbito, com exceção do 5.º ano de escolaridade cuja percentagem é de 23,7% (cf. Figura 10).

Figura 10 - Percentagem de alunos(as) abrangidos por medidas seletivas



Durante o processo de acompanhamento e monitorização, as ER constataram, ainda, que as escolas procuram, através da implementação desta medida, reduzir o abandono escolar. Assim, ela abrange 11% de alunos(as) que estão em risco iminente de abandono escolar (cf. Figura 11), dos quais 6,5% são provenientes das comunidades ciganas, destacando-se uma maior percentagem nas turmas de 5.º ano de escolaridade em ambos os casos.

Figura 11 - Percentagem de alunos(as) em risco de abandono



## B.2. Caracterização de práticas

Conforme referido anteriormente, de modo a aferir o nível de desenvolvimento das práticas nas turmas de PCA, foram criados descritores por níveis, para caracterizar os domínios considerados mais relevantes no desenvolvimento desta medida, tais como:

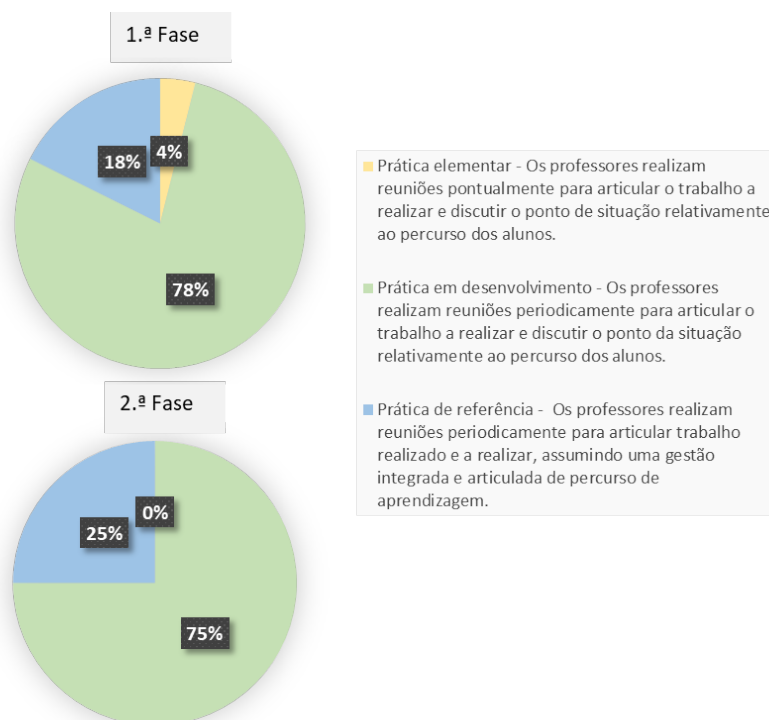
- Equipas educativas e trabalho colaborativo entre docentes
- Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

- Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares
- Percursos curriculares alternativos como medida para recuperação e desenvolvimento de aprendizagens
- Envolvimento de pais ou encarregados(as) de educação na vida escolar dos(as) alunos(as).

#### a) Equipas educativas | Trabalho colaborativo entre docentes

Da observação da Figura 12, verifica-se uma significativa evolução positiva neste domínio. Em 75% das escolas o trabalho colaborativo é uma prática em desenvolvimento, o que significa que os professores e as professoras realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação relativamente ao percurso dos alunos e alunas. Porém, se na 1.ª Fase se registou que em apenas 18% das escolas era uma prática de referência, na 2.ª Fase esta Prática já estava presente em 25% das escolas. É de salientar que a Prática elementar era nula no final do ano letivo.

Figura 12 - Equipas educativas | Trabalho colaborativo entre docentes (Tipos de Práticas)



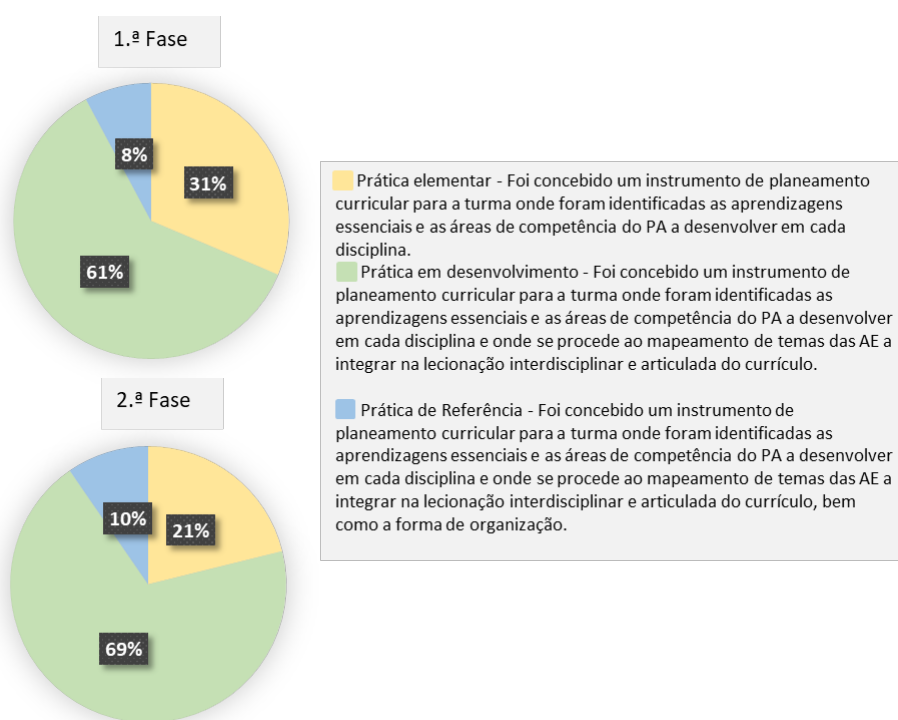
#### b) Cumprimento das Aprendizagens Essenciais | Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

No desenvolvimento dos planos de inovação, as escolas devem garantir a operacionalização do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e o cumprimento das Aprendizagens Essenciais, constituindo-se

como orientação curricular de base, para efeitos de planificação, operacionalização e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.

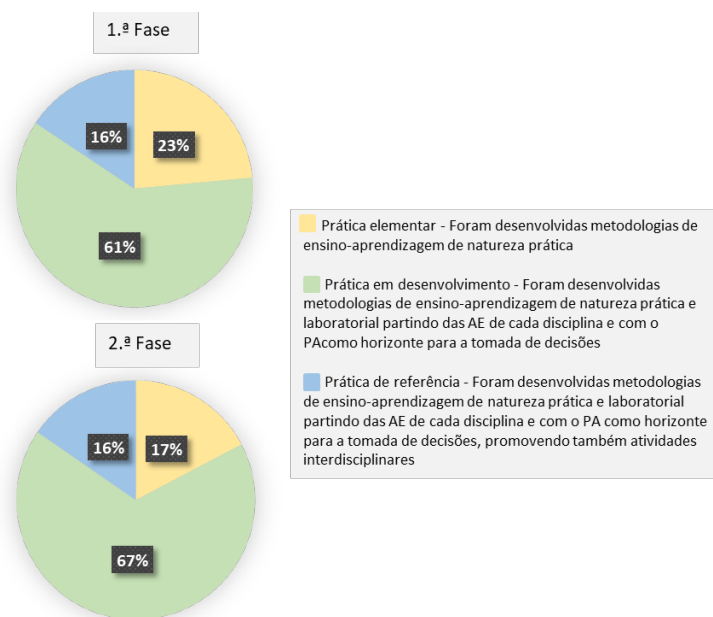
Neste âmbito, constata-se que para a maioria destas turmas (na 2.ª Fase, 69% - Prática em desenvolvimento), foi concebido um instrumento de planeamento curricular onde foram identificadas as AE e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina e onde se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na lecionação interdisciplinar e articulada do currículo. Contudo, apesar da significativa diminuição ao longo do ano, em 21% destas turmas o planeamento curricular acontece ainda apenas ao nível de cada disciplina (cf. Figura 13).

Figura 13 - Planeamento (Tipos de Práticas)



Ao nível da operacionalização (cf. Figura 14), observa-se que dois terços das escolas valorizam metodologias de ensino aprendizagem de natureza prática e laboratorial partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, tendo-se registado uma evolução ao longo do ano letivo de 61% para 67%. É de salientar a diminuição nas escolas da Prática elementar de 23% para 17%.

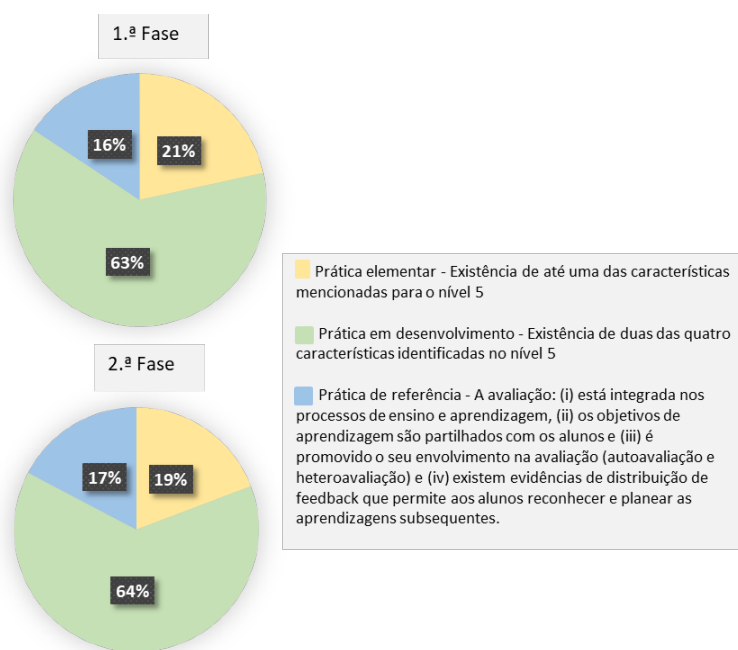
Figura 14 - Operacionalização (Tipos de Práticas)



No que se refere à avaliação das aprendizagens foram estabelecidos quatro descritores para a Prática de referência: (i) Está integrada nos processos de ensino e aprendizagem; (ii) Os objetivos de aprendizagem são partilhados com os(as) alunos(as); (iii) É promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e (iv) Existem evidências de distribuição de *feedback* que permite aos alunos e às alunas reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

A Figura 15 mostra-nos que no final do ano letivo (2.ª Fase) em 17% das escolas esta é uma prática de referência. As restantes 64% implementaram apenas duas das quatro características identificadas na prática de referência e 19% implementam apenas uma, o que revela uma melhoria relativamente à 1.ª Fase.

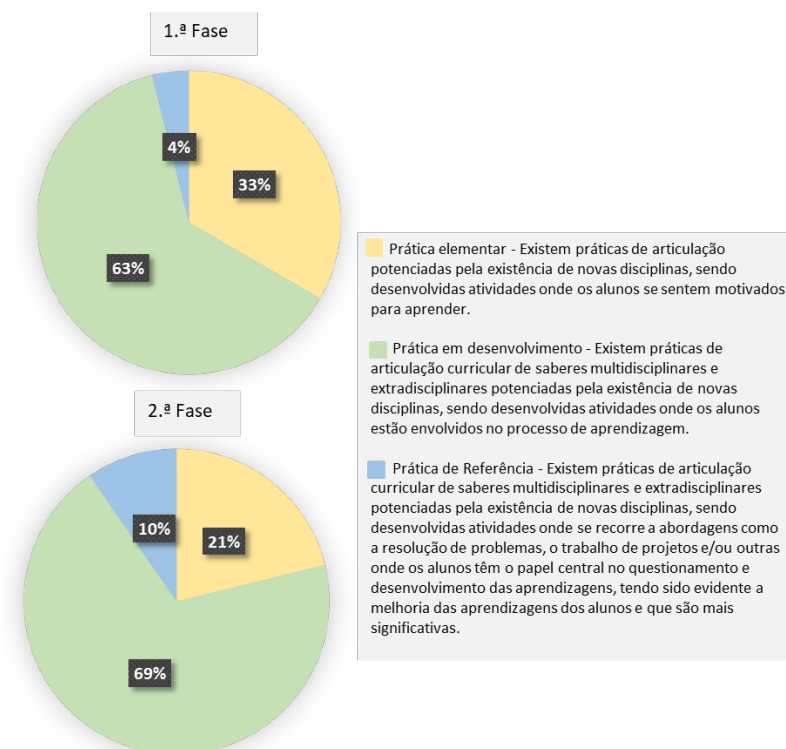
Figura 15 - Avaliação das aprendizagens (Tipos de Práticas)



### c) Novas disciplinas | Práticas pedagógicas e curriculares

Conforme referido anteriormente, na globalidade dos PI, que contemplam PCA, foram criadas novas disciplinas, as quais privilegiam a área das STEM e da área das Artes. No que se refere ao seu desenvolvimento (cf. Figura 16), constata-se que na 1.ª Fase, 63% das escolas procuraram implementar práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde os alunos e as alunas estão envolvidos no processo de aprendizagem (Prática em desenvolvimento), evoluindo na 2.ª Fase para 69%. Registou-se uma diminuição significativa de 33% para 21% da Prática elementar e um aumento expressivo da Prática de referência de 4% para 10%.

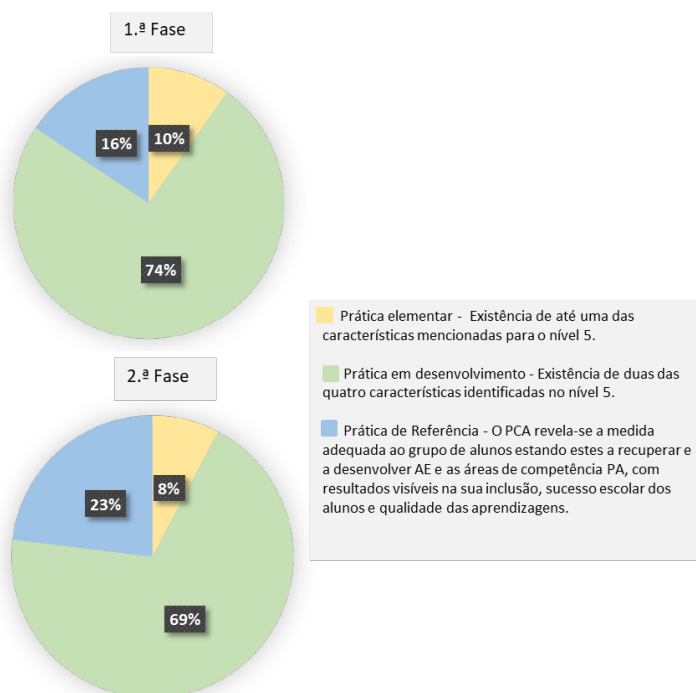
Figura 16 - Novas disciplinas | Práticas pedagógicas e curriculares (Tipos de Práticas)



#### d) Percursos curriculares alternativos como medida para recuperação e desenvolvimento de aprendizagens

De acordo com os dados da Figura 17, o PCA revelou-se uma medida adequada ao grupo de alunos(as), (i) estando estes a recuperar e a desenvolver as AE e as áreas de competência previstas no PA, com resultados visíveis (ii) na sua inclusão, (iii) no sucesso escolar dos alunos e alunas e (iv) na qualidade das aprendizagens em 16% das escolas, na 1.ª Fase e atingiu os 23% no final do ano letivo (Prática de referência). Na 1.ª Fase, em 74% das escolas esta medida encontrava-se ainda em desenvolvimento (existência de duas das quatro características identificadas para a prática de referência), mas no final o valor era de 69%. Registou-se também uma diminuição de 10% para 8% nas restantes escolas onde ainda é uma prática elementar (existências de uma das características mencionadas para a prática de referência).

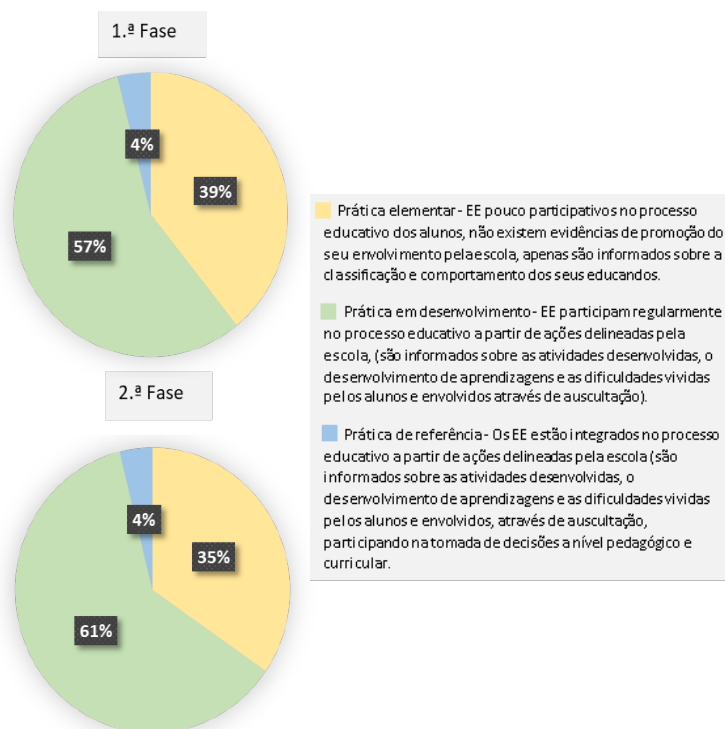
Figura 17 – PCA (Tipos de Práticas)



#### e) Envolvimento de pais ou encarregados(as) de educação na vida escolar dos(as) alunos(as)

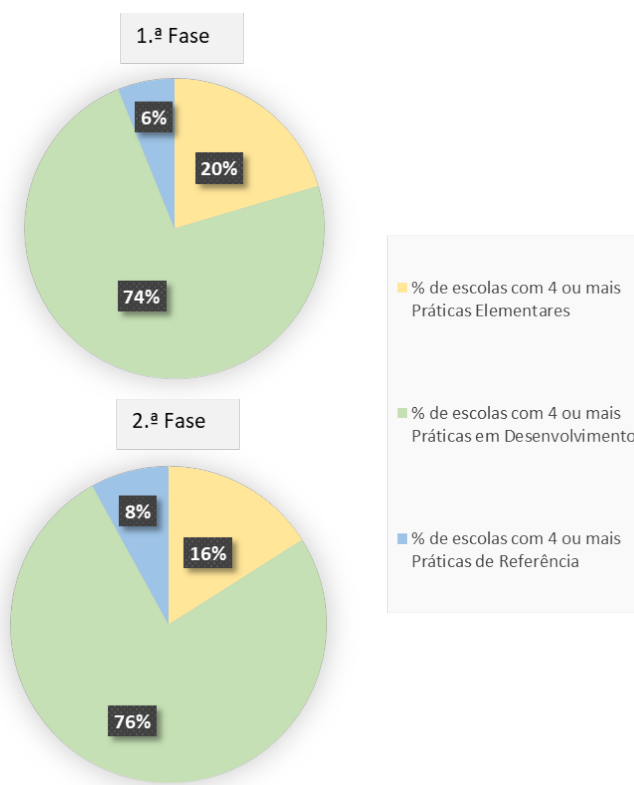
Quanto ao envolvimento dos pais e ou encarregados(as) de educação na vida escolar dos seus educandos e das suas educandas (cf. Figura 18), apesar do balanço ser positivo na 1.ª Fase (57% - Prática em desenvolvimento e 4 % - Prática de referência) regista-se 39% de escolas (prática elementar) em que os pais/encarregados de educação são pouco participativos no processo educativo dos(as) alunos(as), não existindo evidências de promoção do seu envolvimento pela escola e apenas são informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos e das suas educandas. Contudo, no final do ano letivo (2.ª Fase) regista-se uma evolução positiva, com evidências de promoção do seu envolvimento pela escola, (61% - Prática em desenvolvimento e apenas 35 % - Prática de elementar).

Figura 18 - Envolvimento dos pais e ou encarregados(as) de educação (Tipos de Práticas)



Em termos globais, no que diz respeito ao desenvolvimento geral das práticas, verifica-se que, no final da 1.ª Período (1.ª Fase), em 20% das escolas foram identificadas 4 ou mais dos domínios tipificados como práticas elementares; em 74% das escolas 4 ou mais domínios tipificados como práticas em desenvolvimento e em 6% das escolas foram reconhecidos 4 ou mais domínios tipificados como práticas de referência. No final do ano letivo (2.ª Fase), observa-se uma diminuição para 16% de escolas identificadas com 4 ou mais dos domínios tipificados como práticas elementares; um aumento para 76% das escolas com 4 ou mais domínios tipificados como práticas em desenvolvimento e um aumento para 8% de escolas com 4 ou mais domínios tipificados como práticas de referência (cf. Figura 19). Na 2.ª Fase, realça-se que 28% das escolas apresentam todos os domínios identificados como práticas em desenvolvimento, uma evolução positiva face aos 25,5% no final do 1.ª Período. Por outro lado, não foram identificadas escolas apenas com práticas elementares nem escolas com 100% de práticas de referência.

Figura 19 - Escolas (Tipos de Práticas)



No processo de acompanhamento e monitorização dos Percursos Curriculares Alternativos, as Equipas Regionais identificaram ainda alguns pontos fortes e áreas de melhoria, que se citam *infra*:

#### Pontos fortes:

- *Aumento gradual da participação dos pais, com a construção de expectativas de futuro relativamente ao percurso educativo dos educandos. Vários projetos, trabalho interdisciplinar, ligação ao meio local e recursos locais, aproveitando-os para atividades na escola.*
- *Intervenção da EMAEI no processo de monitorização do percurso dos(as) alunos(as) e das medidas implementadas.*
- *Relação de confiança estabelecida entre alunos(as)/encarregados(as) de educação e a escola.*
- *A colaboração entre o CT e alunos(as), a proximidade e relação de empatia e de afetividade criada; articulação semanal e práticas de avaliação formativa. O facto de todos os alunos e alunas dizerem que querem prosseguir estudos, mesmo completando 18 anos este ano letivo.*
- *A capacidade mobilizadora da Direção. Monitorização e sessões de partilha de práticas no final de cada período.*
- *Equipa educativa que planeia a sua ação assente em metodologias e estratégias de ensino que envolvem os alunos e alunas na construção do seu próprio conhecimento, numa abordagem intra, inter e transdisciplinar, e contextualizada com o meio em que os alunos e alunas se inserem. Intencionalidade do planeamento curricular. Nível de envolvimento dos parceiros no desenvolvimento do PI.*

- *Dinâmicas de trabalho colaborativo já instauradas; enfoque na avaliação formativa, feedback aos alunos e alunas e rubricas. Trabalho colaborativo dos docentes e promoção da interdisciplinaridade.*
- *Grande preocupação no envolvimento com as famílias, prevenindo o abandono escolar e promovendo o sucesso educativo.*
- *Guiões de trabalho dos(as) alunos(as), que autorregulam o processo de aprendizagem. Trabalho colaborativo dos docentes.*
- *Alteração das práticas de avaliação pedagógica.*
- *Os alunos e alunas destacaram como positivo o facto de toda a turma trabalhar em conjunto, em equipa, frequentemente na modalidade de projeto. Consideram que aprendem, mas de forma diferente e mais divertida.*
- *É visível o foco dos(as) professores(as) nos interesses e necessidades dos(as) alunos(as) da turma. Parece, de facto, haver o envolvimento e uma boa articulação dos vários intervenientes – Diretora e professores(as) - e estarem criadas dinâmicas adequadas aos projetos e atividades em desenvolvimento. De salientar as parcerias estabelecidas e o programa das Residências Artísticas (Fábricas das Artes/CCB). Foram partilhadas evidências de articulação vertical entre ciclos havendo inclusive, mobilidade de docentes, o que permite o acompanhamento dos alunos e alunas ao longo do seu percurso nos diferentes ciclos de escolaridade.*
- *Valorização dos "Projetos Multidisciplinares".*
- *Conseguiram diminuir a falta de assiduidade. Conseguiram articular com as entidades externas que procedem ao acompanhamento dos(as) alunos(as).*
- *Grande articulação entre os docentes dos conselhos de turma. Conselhos de turma com redução do número de docentes (um(a) mesmo(a) professor(a) é responsável por mais do que uma função, disciplina ou área de saber) o que é facilitador da articulação e do desenvolvimento de trabalho em projeto. Permeabilidade vertical do exercício da docência, facilitadora do acompanhamento destes(as) alunos(as) ao longo dos três primeiros ciclos de escolaridade.*
- *O compromisso e envolvimento dos(as) professores(as) com a integração e inclusão dos(as) alunos(as) em contexto escolar.*
- *Avaliação formativa e trabalho de articulação disciplinar.*
- *A criação de laços afetivos dos(as) alunos(as) com a escola, que lhes permitiu a criação de um propósito, reduzindo o seu absentismo e a sua desmotivação.*

#### **Áreas de melhoria:**

- *Processos de monitorização.*
- *Envolvimento dos(as) Encarregados(as) de Educação nas atividades desenvolvidas na escola.*
- *Reforço da articulação com a EMAEI num acompanhamento de maior proximidade com os(as) alunos(as).*
- *Maior investimento na articulação horizontal e vertical, valorizando o trabalho colaborativo. Repensar as novas disciplinas para ensino colaborativo e trabalho interdisciplinar.*
- *Consolidação e aprofundamento do instrumento de planeamento curricular da turma.*
- *Avaliação das aprendizagens.*

- *Práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares.*
- *Consolidação dos documentos curriculares das novas disciplinas.*
- *Adequação dos critérios de avaliação.*
- *Incremento dos "Projetos Multidisciplinares" enquanto espaço e tempo de articulação disciplinar e de saberes multidisciplinares, com maior foco nas aprendizagens essenciais. Diversificação das estratégias e instrumentos de avaliação.*
- *Reflexão sobre o modo como estão a ser feitas as tutorias.*

### 3.2.3.2. Reuniões de rede

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 16 do Despacho n.º 9726/2018, 17 de outubro, e prosseguindo um trabalho de proximidade junto das escolas, compete às Equipas Regionais organizar e, sempre que necessário, dinamizar Reuniões de Rede realizadas, em regra, por região e com um número reduzido de escolas.

Com o intuito de, através de testemunhos, fazer emergir novas possibilidades para as escolas, no que diz respeito à organização de espaços, dos tempos, na organização do currículo e do seu desenvolvimento, nas novas formas de trabalhar numa escola mais aberta, mais participativa, mais envolvente, mais colaborativa, com métodos e estratégias para ensinar, aprender e avaliar verdadeiramente pedagógicas, inovadoras, motivadoras, ativas, integradoras e, inevitavelmente, mais inclusivas, as reuniões de rede, no âmbito da autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), têm-se constituído como oportunidades para alargar espaços de reflexão e debate dos Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas, convidando os seus agentes a problematizarem e partilharem saberes e práticas com outras comunidades escolares.

Assim, no ano letivo de 2020/2021, apesar de se manter o quadro pandémico, as Equipas Regionais deram continuidade à dinamização das Reuniões de Rede, recorrendo às plataformas digitais. O público-alvo das Reuniões de Rede variou em função dos seus objetivos, tendo sido convidados Diretores de AE/ENA, lideranças intermédias ou outros(as) professores(as) com capacidade para disseminarem a informação/conhecimento nas suas escolas.

Com base no trabalho realizado nos Encontros Regionais, de outros temas considerados pertinentes no quadro do acompanhamento realizado, ou de temas propostos pelos representantes dos CFAE ou pelas UO, e tendo em conta as necessidades identificadas pelas escolas ou pelos elementos das ER/CFAE, foram dinamizadas Reuniões de Rede, visando aumentar a abrangência do trabalho de reflexão, aprofundamento e partilha de temas sobre a AFC, ao dirigir-se a um público mais vasto, bem como fomentar a criação de redes de escolas.

Estas Reuniões de Rede tiveram como principais objetivos:

- proporcionar momentos de partilha entre as escolas das diversas regiões, através, nomeadamente, da apresentação de práticas por parte das escolas;
- permitir esclarecimento de dúvidas, quer pela Equipa Regional quer pelas próprias escolas;
- propiciar a reflexão sobre constrangimentos;
- gerar a troca de ideias.

As figuras 20, 21 e 22 apresentam os temas abordados nas Reuniões de Rede dinamizadas ao longo do ano letivo, que resultaram da análise *SWOT* efetuada pelas diferentes Equipas Regionais, a partir dos processos de monitorização e avaliação, por parte das UO e dos constrangimentos manifestados pelas mesmas, aquando das visitas de proximidade.

Sobre estas temáticas, as escolas foram desafiadas a explicitar o planeamento, os intervenientes, o envolvimento dos(as) alunos(as) e dos(as) EE, as metodologias pedagógicas privilegiadas, a monitorização e avaliação das práticas e o impacto nas aprendizagens, nas avaliações e no bem-estar dos(as) alunos(as), entre outros indicadores.

Figura 20 - Reuniões de Rede – 1.º período: Temas abordados

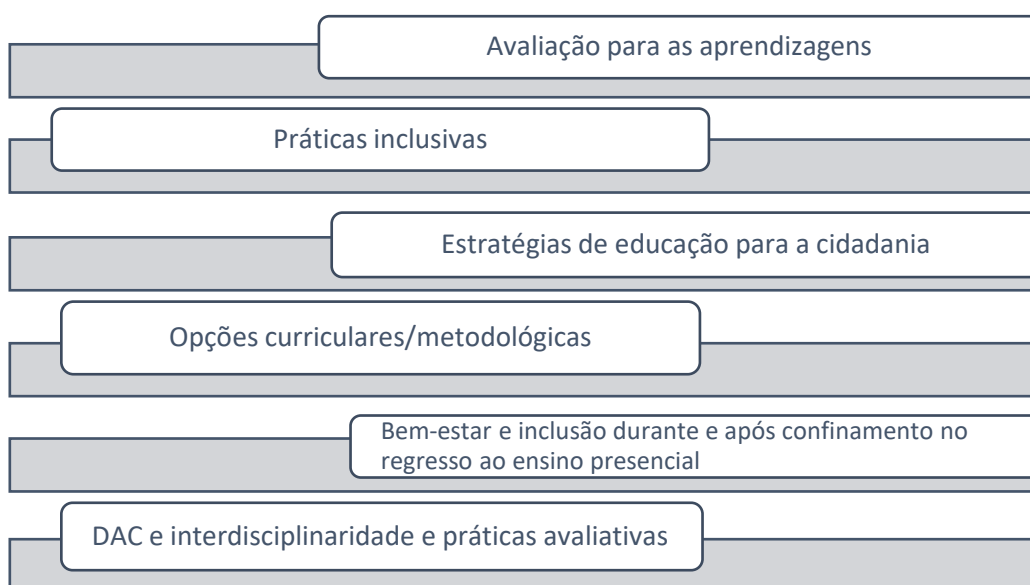


Figura 21 - Reuniões de Rede – 2.º período: Temas abordados

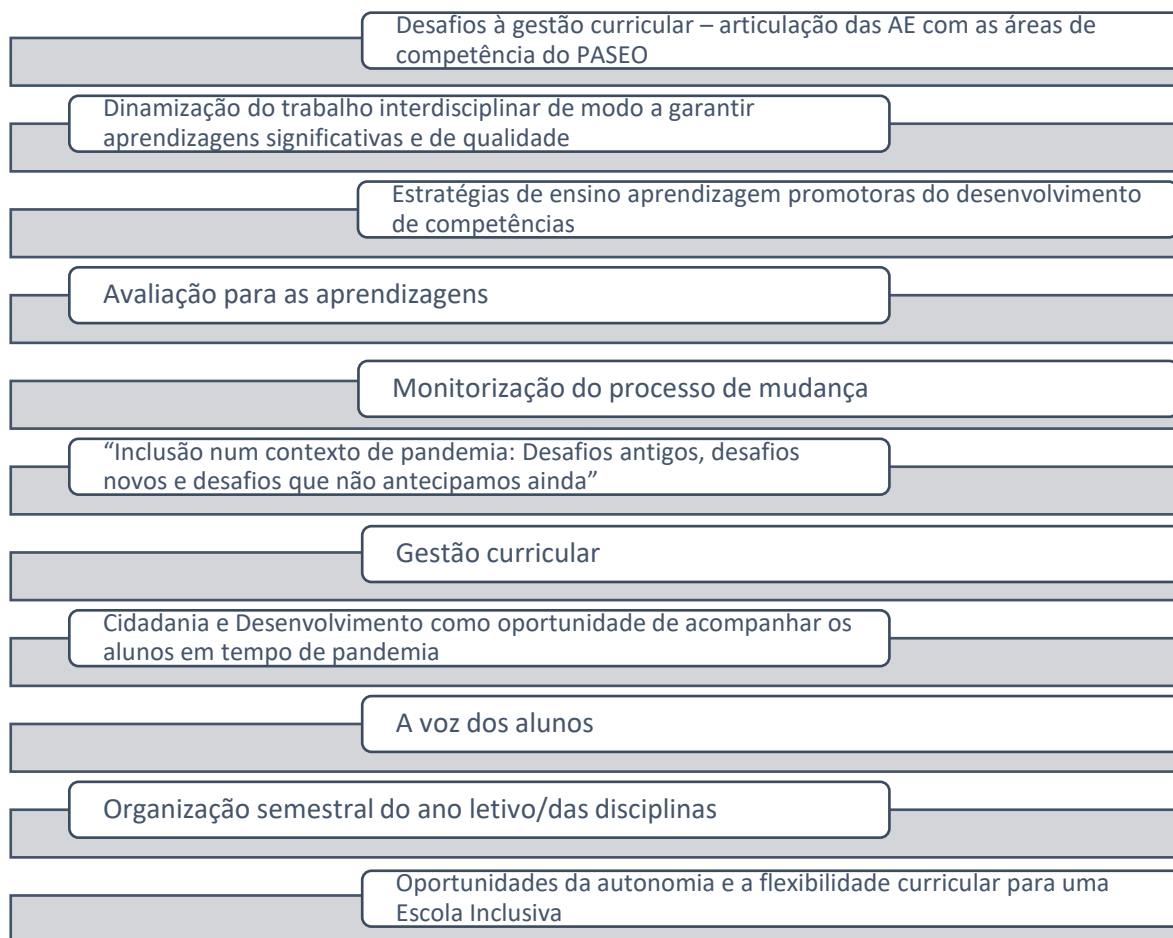
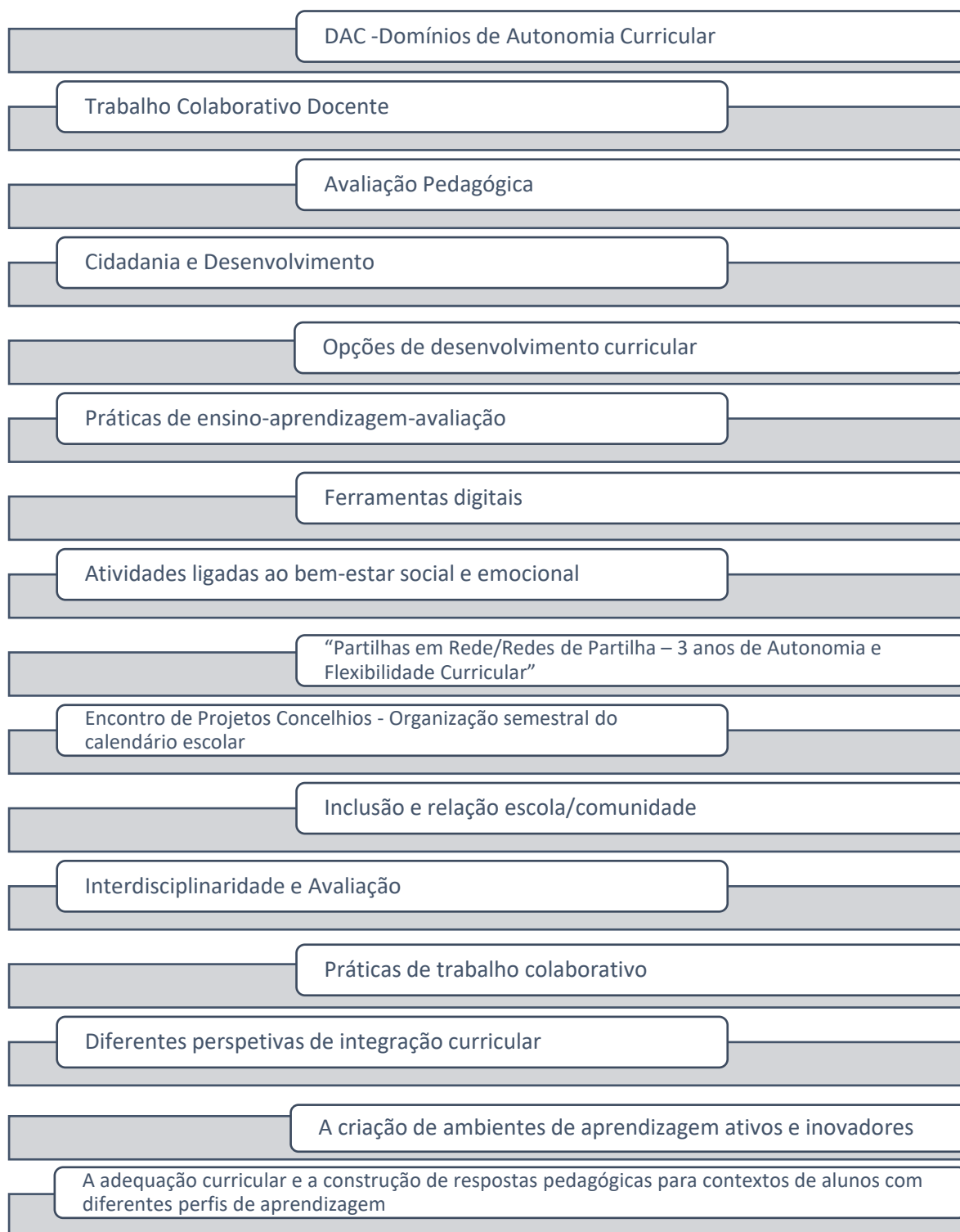


Figura 22 - Reuniões de Rede – 3.º período: Temas abordados



De uma forma global, os três momentos referentes à realização das Reuniões de Rede possibilitaram perceber o impacto da situação de urgência decorrente da pandemia por Covid19 nas escolas.

As diferentes dinâmicas utilizadas permitiram a partilha de soluções e reflexão em torno das possibilidades dos atuais normativos, entre os participantes. Intencionalmente apresentou-se partilhas de escolas com PI e sem PI, iniciativas com diferentes abordagens e abrangências e reforçou-se, tendo por base uma matriz com enfoque na educação inclusiva, os pressupostos da Autonomia e Flexibilidade. As diferentes iniciativas tiveram um feedback bastante positivo por parte dos participantes.

A promoção da partilha de práticas, a proficuidade das temáticas abordadas e ainda o formato e dinâmica das reuniões, bem como o facto de se realizarem online são aspetos referidos como muito positivos pelos participantes. Os resultados dos questionários que foram aplicados são reveladores da importância deste tipo de encontros que, embora realizados num momento de constantes desafios devido ao contexto pandémico, teve uma grande adesão por parte de todas as escolas (cf. Quadro 4).

Quadro 4 - Reuniões de Rede realizadas

Regiões	Período letivo	Número de Reuniões de Rede	Número e (%) de Escolas Participantes	Número de Participantes
Norte	2º Período	8	290 (100%)	865
	3º Período	4	290 (100%)	390
Centro	2º Período	10	147 (99,3%)	1676
	3º Período	7	144 (97,3%)	1369
LVT	2º Período	5	236 (89%)	450
	3º Período	3	205 (77,4%)	993
Alentejo	1º Período	2	58 (81,6%)	392
	3º Período	3	59 (83%)	352
Algarve	1º Período	6	40 (100%)	336
	2º Período	3	38 (95%)	234

Da realização destas reuniões de rede, foram elaborados 2 Ebooks, pela ER do Centro, que podem ser consultados em <https://afc.dge.mec.pt/>, intitulados:

- ✓ “Uma escola em mudança – reflexões e contributos”, publicado em maio de 2021, tendo por base as reuniões de rede decorridas em janeiro de 2021;
- ✓ “Temas e debates em contexto de Autonomia e Flexibilidade Curricular”, publicado em setembro de 2021, sustentando-se nas reuniões de rede decorridas em maio de 2021.

Como produto final, das Reuniões de Rede, a ER LVT, promoveu:

- ✓ Em janeiro de 2021, encontros dedicados ao tema **Inclusão num contexto de pandemia**, com os subtemas *Promoção do bem-estar socio emocional, Currículo e Aprendizagem e (Re)Organização*. Da diversidade de intervenções resultou o [documento](#) que pretende sistematizar os contributos dos participantes, reportando diferentes realidades vivenciadas pelas escolas em contexto pandémico.
- ✓ Em junho e julho de 2021, reuniões sob o mote **Partilhas em rede/redes de partilha – 3 anos de Autonomia e Flexibilidade Curricular**, onde se abordaram as temáticas: *Mentorias e tutorias, Avaliação, Articulação Curricular e Equipas Educativas, Redes de Trabalho entre Escolas, Articulação Curricular e Equipas Educativas, Práticas Pedagógicas Centradas nos(as) Alunos(as) e Redes de Partilha entre Escolas*. Estas reuniões em [formato Webinar](#), encontram-se disponíveis para que se constituam como recurso indutor de reflexão junto das comunidades educativas.

Destacam-se ainda outros materiais produzidos, sejam eles os documentos síntese das partilhas, sejam os filmes gravados (cf. Figura 23), com as devidas autorizações para utilização, de acordo com o RGPD, que se constituem como recursos disponíveis para ações futuras, disponíveis em: [reunioes\\_rede.20.21.junho.ju-lho.divulgacao.pdf \(mec.pt\)](https://reunioes_rede.20.21.junho.ju-lho.divulgacao.pdf (mec.pt))

Figura 23 - Filmes gravados, no âmbito das RR disponíveis no site AFC



### 3.2.3.3. Apoio a distância

Complementarmente ao apoio de proximidade, foram desenvolvidos diversos mecanismos de apoio a distância por parte das equipas de acompanhamento envolvidas.

A comunicação via correio eletrónico foi o meio privilegiado de comunicação entre as escolas e a respetiva ER e, conseqüentemente, entre estas e a ET, para esclarecimento de um número significativo de dúvidas, quer do domínio organizacional, quer do domínio pedagógico. Foram produzidas pela Equipa Técnica inúmeras respostas. Procurou-se dar solução célere, sempre que possível, à grande maioria das questões colocadas, constituindo estas um suporte relevante para a construção das [FAQ \(https://afc.dge.mec.pt/pt/faq\)](https://afc.dge.mec.pt/pt/faq).

Ao longo deste ano letivo, pelas razões já referidas, as ER deram continuidade ao acompanhamento a distância, tornando-se esta, uma forma de comunicação comum e eficiente no acompanhamento às escolas, designadamente no âmbito do apoio à elaboração dos PI, assim como, da monitorização e acompanhamento da implementação dos mesmos.

### 3.2.4. Produção de Recursos

No âmbito do desenvolvimento da AFC foram produzidos e disponibilizados documentos de apoio ao desenvolvimento do projeto MAIA. O Projeto MAIA, no quadro da sua dimensão teórica e de fundamentos da avaliação e da sua dimensão conceitual, desenvolveu materiais sob a forma de Folhas e Textos de Apoio, no sentido de facilitar a todos os intervenientes e participantes uma apropriação dos conceitos, ideias e perspectivas que decorrem da investigação desenvolvida no domínio da avaliação pedagógica. Pretendeu-se reforçar a ideia de que toda a formação e todo o apoio a fornecer no âmbito do Projeto (e.g., ACD, Oficinas de Formação, Sessões de Esclarecimento, Sessões de Reflexão) deve ter como base os referidos materiais (cf. Figura 24 e 25).

No âmbito do website da Autonomia e Flexibilidade Curricular procedeu-se, também em 2021, à criação de um espaço de divulgação do Projeto MAIA ( <https://afc.dge.mec.pt/projeto-maia-introducao> ) que permite o acesso à informação mais relevante do projeto e disponibiliza todos os recursos produzidos pelo MAIA, nomeadamente documentos (Folhas e Textos de Apoio à Formação) e os *webinars* realizados entre fevereiro e abril de 2021.

Figura 24 - Recursos produzidos no âmbito do Projeto MAIA – Folhas

Avaliação Formativa	Avaliação Sumativa	Feedback	Crítérios de Avaliação
Rubricas	Participação dos alunos nos Processos de Avaliação	Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (Fundamentos)	Diversificação dos Processos de Recolha de Informação
Avaliação Formativa Digital	Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas	Para uma Iniciação às Práticas de Classificação Através de Rubricas	Aprender Melhor com Políticas de Classificação Mais Transparentes e Consistentes
Para uma Abordagem Pedagógica dos Testes	Crítérios de Avaliação: Questões de Operacionalização		

Figura 25 - Recursos produzidos no âmbito do Projeto MAIA – Textos de Apoio

Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA	Para uma Inserção Pedagógica dos Crítérios de Avaliação	Para a Conceção e Elaboração do Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA
Para um Enquadramento da Formação de Professores	Práticas de Avaliação Formativa em contextos de aprendizagem e ensino a distância	Enquadramento da Avaliação Pedagógica: Cursos Artísticos Especializados de Nível Secundário e Cursos Profissionais

### 3.2.5. Capacitação e Formação

Atendendo à necessidade de mobilização dos agentes educativos, para a promoção da inclusão e sucesso educativo de todos os alunos e alunas, assente nos princípios dos Decretos-Leis n.ºs 54 e 55/2018, de 6 de julho, a Coordenação Nacional definiu um plano de Formação/Capacitação destinado aos Líderes Pedagógicos das escolas e aos elementos das equipas envolvidas no processo de acompanhamento, monitorização e avaliação da AFC.

### 3.2.5.1. Capacitação de Líderes Pedagógicos

Cientes da importância do papel dos Diretores, no quadro do desenvolvimento do processo de autonomia e flexibilidade curricular nas escolas que dirigem, têm sido dinamizados seminários sobre áreas relevantes para este trabalho, de acordo com dois níveis de aprofundamento.

#### A. Seminários - Líderes Pedagógicos num Contexto AFC (Nível II)

O segundo nível foi dirigido aos Diretores que integraram o processo de autonomia e flexibilidade curricular no ano letivo 2018/2019, e centrou-se na Gestão da Mudança: Desafios e oportunidades para a transformação das Escolas; Conceção, dinamização e gestão de espaços: ambientes educativos inovadores; Escolas: o desafio da colaboração; Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação. Estes seminários iniciaram-se em fevereiro de 2020.

Decorrente do quadro pandémico, apenas se realizou no ano letivo 2019/2020, o Seminário “A Gestão da Mudança: Desafios e oportunidades para a transformação das Escolas”, tendo sido suspensos os seminários 2, 3 e 4 (cf. Quadro 5), que foram dinamizados no ano letivo 2020/2021 via online, pretendendo-se, assim, capacitar os Diretores com conceções de cariz teórico-prático, que facilite a gestão do currículo de modo mais adequado aos contextos e às necessidades específicas da sua comunidade escolar e no quadro do seu Projeto Educativo.

Quadro 5 - Seminários Líderes Pedagógicos num Contexto de AFC – Nível II

Seminários - Nível II	Tema
Seminário 1	A Gestão da Mudança: Desafios e oportunidades para a transformação das Escolas
Seminário 2	Conceção, dinamização e gestão de espaços: ambientes educativos inovadores
Seminário 3	Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação
Seminário 4	Escolas: o desafio da colaboração

Os participantes foram organizados por turmas de acordo com critérios geográficos, facto que possibilitou uma interação mais rica e diversificada entre Diretores de diversas regiões, que habitualmente não trabalham em conjunto. Frequentaram os referidos Seminários 550 participantes.

O grau de satisfação dos participantes nos diferentes seminários foi avaliado numa escala de classificação de 1 a 4 (em que o nível 1 corresponde ao menos grau de satisfação e o nível 4 ao maior grau de satisfação), através da aplicação de um questionário.

De seguida, apresenta-se para cada um dos seminários desenvolvidos a sua temática, os dinamizadores, o número de participantes e o nível de satisfação de cada um.

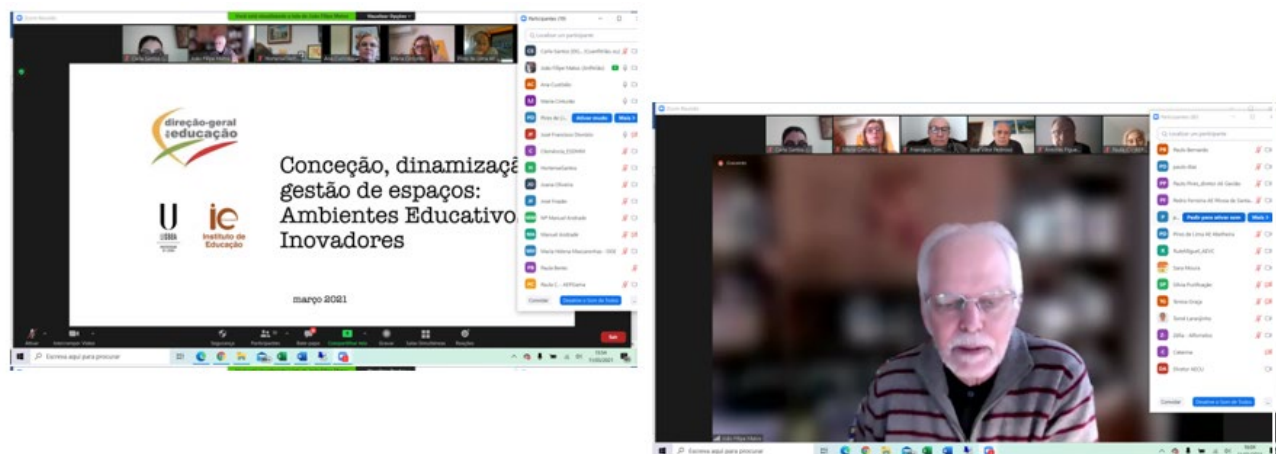
#### **A.1. Seminário "Conceção, dinamização e gestão de espaços: Ambientes Educativos Inovadores"**

Os Ambientes Educativos Inovadores (AEI) são espaços de trabalho pensados e desenhados para o desenvolvimento de aprendizagens ativas, centradas nos alunos e nas alunas e onde a tecnologia pode assumir um papel determinante no enriquecimento desses mesmos espaços, tendo este seminário a abrangência de disponibilizar linhas orientadoras para a sua dinamização, fundamentalmente ao nível da capacitação de professores e professoras em metodologias e práticas pedagógicas adequadas.

O Seminário "Conceção, dinamização e gestão de espaços: Ambientes Educativos Inovadores" foi dinamizado pelo Professor Doutor João Filipe Matos (cf. Figura 26), do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, no qual foram abordadas questões como:

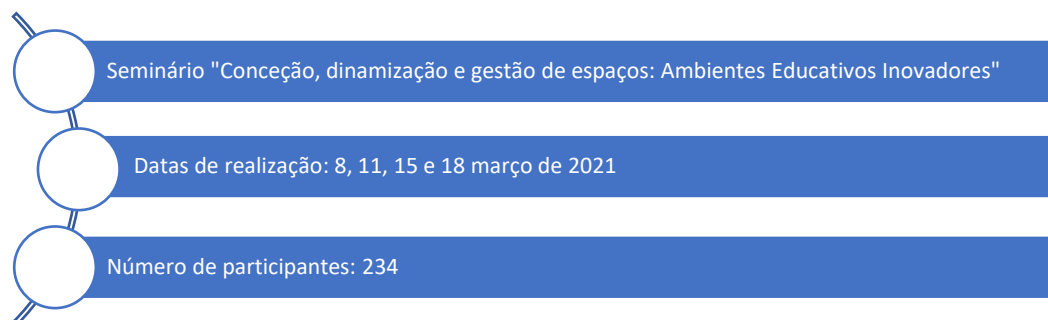
- (1) Relação entre o ensino, a aprendizagem e o ambiente que as sustenta: o espaço como 3.<sup>o(a)</sup> professor(a);
- (2) Inovação e espaços de aprendizagem: metodologias ativas na prática pedagógica;
- (3) Do projeto de Escola/Agrupamento ao desenho de espaços inovadores de aprendizagem: princípios, motivos, métodos e parceiros;
- (4) Gestão pedagógica de espaços inovadores de aprendizagem, monitorização e avaliação do seu impacto.

Figura 26 - Momentos do Seminário



Frequentaram o referido seminário 234 participantes que foram distribuídos por duas turmas, tendo cada uma delas participado em duas sessões de trabalho. A turma 1, nos dias 8 e 15 de março e a turma 2, nos dias 11 e 18 de março (cf. Figura 27).

Figura 27 - Seminário "Conceção, dinamização e gestão de espaços: Ambientes Educativos Inovadores"



Os respondentes (98) manifestaram um nível global de satisfação de 3,55 (cf. Figura 28).

Figura 28 - Nível de Satisfação dos Participantes

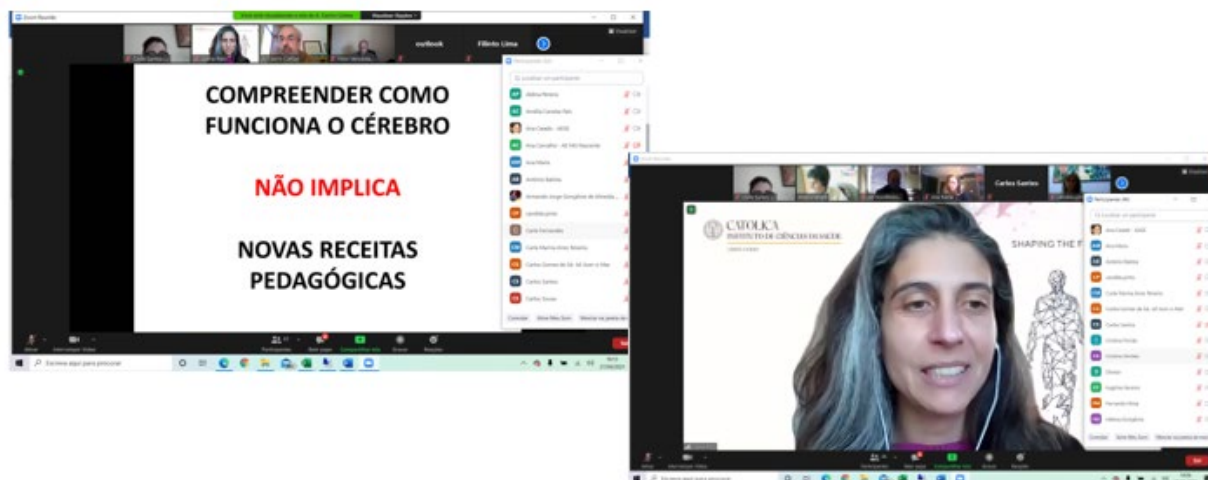


#### **A.2. Seminário "Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação"**

A possibilidade de inserção dos significativos avanços da neurociência, como constituintes de saberes disciplinares, na formação de professores e professoras, fundamentam um saber pedagógico e proporcionam subsídios teóricos para a ação docente, uma vez que a compreensão de como o cérebro funciona permite um melhor entendimento da aprendizagem e o consequente aprimoramento da transposição didática. Na dimensão do conhecimento, estes saberes disciplinares foram parte integrante do Seminário "Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação". Este seminário foi dinamizado pela Professora Doutora Joana Rato (cf. Figura 29), do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, no qual foram abordadas questões como:

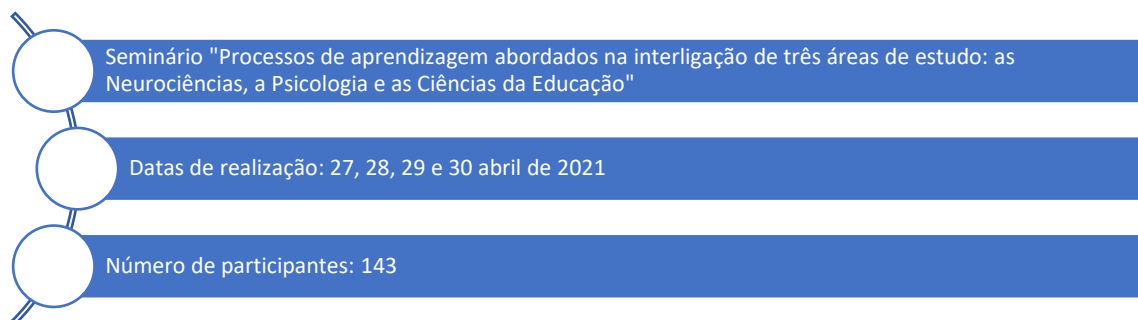
- (1) Aspetos básicos da estrutura e funcionamento do sistema nervoso e seu desenvolvimento;
- (2) Princípios orientadores do campo científico Mente, Cérebro e Educação;
- (3) Perspetivas das neurociências sobre o envolvimento da atenção, memória e funções executivas na aprendizagem.

Figura 29 - Momentos do Seminário



Frequentaram o referido seminário 143 participantes, que foram distribuídos por duas turmas, tendo cada delas participado em duas sessões de trabalho, a turma 1, nos dias 27 e 29 de abril e a turma 2, nos dias 28 e 30 de abril (cf. Figura 30).

Figura 30 – Seminário “Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação”



Os respondentes (94) expressaram um nível global de satisfação de 3,54 (cf. Figura 31).

Figura 31 - Nível de Satisfação dos Participantes



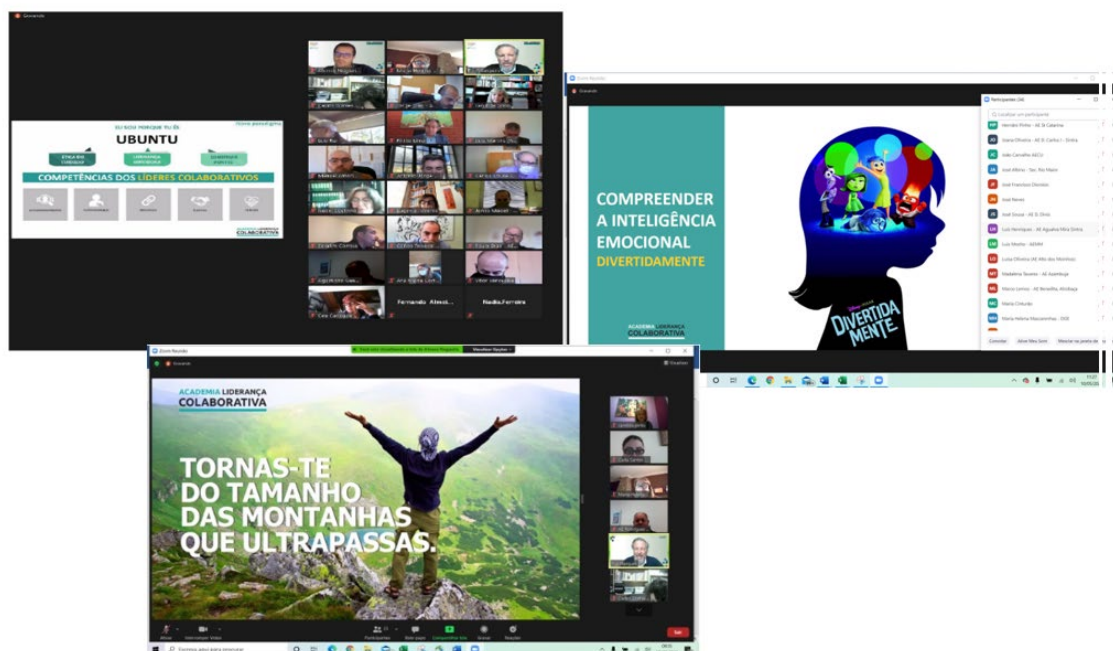
### A.3. Seminário "Escolas: o desafio da colaboração"

No âmbito deste seminário, pretendeu-se a promoção de estratégias que se revelaram profícuas e muito compensadoras no trabalho colaborativo e interdisciplinar, prática muito importante e que pode contribuir para a própria autorregulação da atividade docente, na medida em que possibilita uma reflexão conjunta das práticas pedagógicas.

O Seminário "Escolas: o desafio da colaboração" foi dinamizado pelo Professor Doutor Rui Marques (cf. Figura 32), do Instituto Padre António Vieira, Academia Ubuntu, no qual foram abordados 6 tópicos:

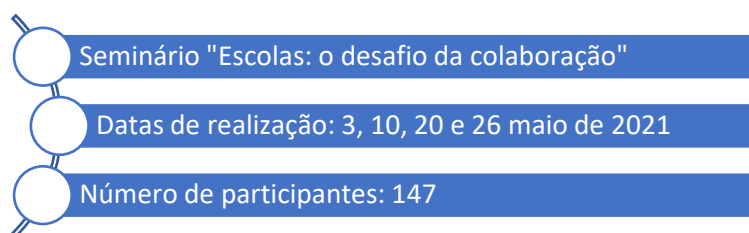
- (1) Conceito de "problemas sociais complexos" e aplicação ao contexto escolar;
- (2) Definições de colaboração; bloqueios e alavancas para a colaboração;
- (3) Teoria da "vantagem competitiva";
- (4) "Weavers" e o portfolio das competências colaborativas;
- (5) Fatores críticos de sucesso: a liderança, a participação, a comunicação e a avaliação;
- (6) A colaboração dentro da Escola e com a comunidade educativa.

Figura 32 - Momentos do Seminário



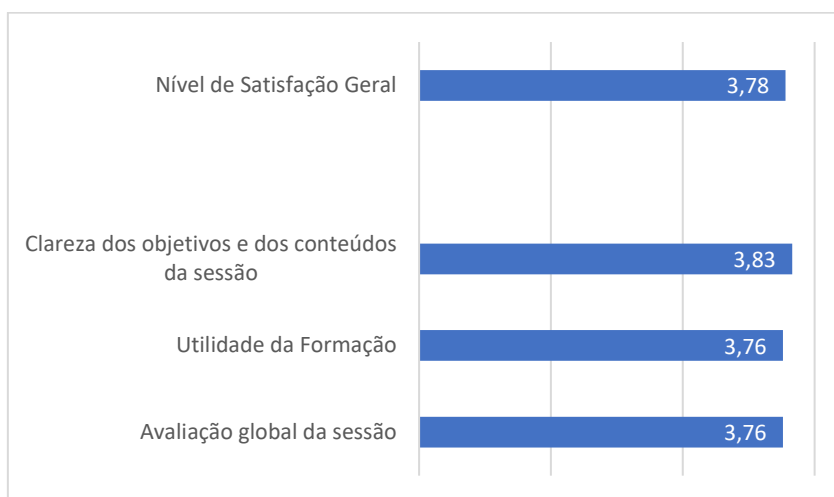
Frequentaram o referido seminário 147 participantes, que foram distribuídos por quatro turmas. Cada turma participou em duas sessões de trabalho: a turma 1, nos dias 3 e 20 de maio da parte da manhã; a turma 2, nos dias 3 e 20 de maio da parte da tarde; a turma 3, nos dias 10 e 26 de maio da parte da manhã e a turma 4, nos dias 10 e 26 de maio da parte da tarde (cf. Figura 33).

Figura 33 - Seminário "Escolas: o desafio da colaboração"



Os respondentes (112) demonstraram um nível global de satisfação de 3,78 (cf. Figura 34).

Figura 34 - Nível de Satisfação dos Participantes



#### **B. Seminário Temático "Colaborar faz toda a diferença"**

Decorrente da necessidade de reforçar o papel dos líderes pedagógicos no processo de autonomia e flexibilidade curricular, enquanto agentes de mudança, nomeadamente ao nível da incitação/promoção e valorização do trabalho colaborativo e sendo a Academia de Liderança Colaborativa um espaço de aprendizagem sobre colaboração, onde se desenvolvem as competências de líderes colaborativos, promotores de transformação sistémica em contextos complexos, no dia 27 de novembro, de 2020, entre as 10 e as 12 horas (cf. Figura 35), decorreu o seminário online "Colaborar faz toda a diferença", o qual contou com a dinamização de Rui Marques, coordenador da Academia de Liderança Colaborativa, e a participação da DGE.

Este evento destinou-se a Diretores de Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas, por forma a reiterar a relevância estratégica da colaboração para mobilizar e inspirar comunidades educativas. Foram ainda abordados os fatores críticos de sucesso para a colaboração, em resposta aos problemas complexos do ecossistema educativo.

Figura 35 - Seminário Temático



### C. Seminários Temáticos MAIA – Webinars

No ano escolar 2020-2021, os *Webinars* constituíram uma novidade em relação ao ano transato, permitindo uma projeção muito significativa junto das comunidades escolares, em particular do corpo docente. É certo que os *Webinars* foram uma resposta aos constrangimentos decorrentes da pandemia, mas não deixaram de representar uma forma eficaz de responder às questões identificadas no terreno, permitindo criar orientações convergentes em relação ao ensino, à aprendizagem e à avaliação. Por outro lado, tendo em conta os dados recolhidos nos *Grupos Focados*, constatou-se que constituíram um material de grande utilidade para apoiar as Oficinas de Formação, dada a sua disponibilização em linha no site da DGE e no *Youtube*.

Na verdade, foram selecionados vários conteúdos, tendo em conta as necessidades identificadas no terreno e em alinhamento com o material de apoio produzido durante o ano escolar 2020-2021 (*Textos de Apoio e Folhas*). No primeiro *Webinar*, "Ideias e Práticas Para Melhorar as Aprendizagens, o Ensino e a Avaliação", realizado no dia 25 de fevereiro de 2021, foram abordados os seguintes conteúdos: "Avaliação referida a critérios: perspetivas práticas contemporâneas", "Avaliação Formativa: Práticas Exemplares" e "Classificação e Avaliação Pedagógica: Conceitos e Práticas Essenciais"; no segundo *Webinar*, "Feedback, Critérios e Classificações Para Melhorar as Aprendizagens", realizado no dia 29 de abril de 2021, os temas tratados foram os seguintes: "Práticas de Avaliação Formativa e de Distribuição de Feedback", "Definir e Utilizar Critérios para Melhorar o Ensino e a Aprendizagem" e "Processos de Classificação no Contexto da Avaliação Pedagógica"; finalmente, no *Webinar* "Currículo, Pedagogia e Avaliação na Aprendizagem a Distância", realizado sob pedido da DGE, realizado no dia 24 de março de 2021, foram tidos em conta os seguintes conteúdos: "Relações entre avaliação formativa e avaliação sumativa na aprendizagem a distância", "A avaliação formativa digital em contexto de aprendizagem a distância" e "Desenvolvimento do currículo e da avaliação a distância".

Todos os *Webinars* foram dinamizados pela Equipa Central do Projeto MAIA. Não pode deixar de ser referido, ainda, como indicador quantitativo do impacto dos *Webinars*, as métricas fornecidas pelo número de visualizações: no primeiro *webinar*, “Ideias e Práticas Para Melhorar as Aprendizagens, o Ensino e a Avaliação”, 37 882 visualizações no *Youtube*; no segundo *webinar*, “Feedback, Critérios e Classificações Para Melhorar as Aprendizagens”, 15 479 visualizações no *Youtube*; finalmente, no *webinar* “Currículo, Pedagogia e Avaliação na Aprendizagem a Distância”, 12 468 visualizações no *Youtube*.

#### **D. Estratégia Nacional de Educação de Educação para a Cidadania (ENEC)**

No âmbito do quadro da ENEC foram realizadas atividades de capacitação tendo como objetivos acompanhar, apoiar, refletir e apresentar práticas desenvolvidas pelas Escolas/Agrupamentos de Escolas na implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, com a finalidade de promover a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas na lógica do seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, foram concebidas e realizadas ações de capacitação nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento curricular em Cidadania e Desenvolvimento;
- Práticas de Avaliação em Cidadania e Desenvolvimento;
- Referencial de Educação para o Desenvolvimento: articulação com a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- *Bullying* e Ciberbullying, prevenção e ação;
- Práticas de Interculturalidade;
- Referencial de Educação do Consumidor: ligação com a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- Proteção Civil – Uma responsabilidade de todos;
- Mobilidade e Educação Rodoviária;
- Apresentação do Referencial de Educação para o Mundo do Trabalho;
- Saúde;
- Igualdade de Género e Sexualidade;
- Educação Ambiental.

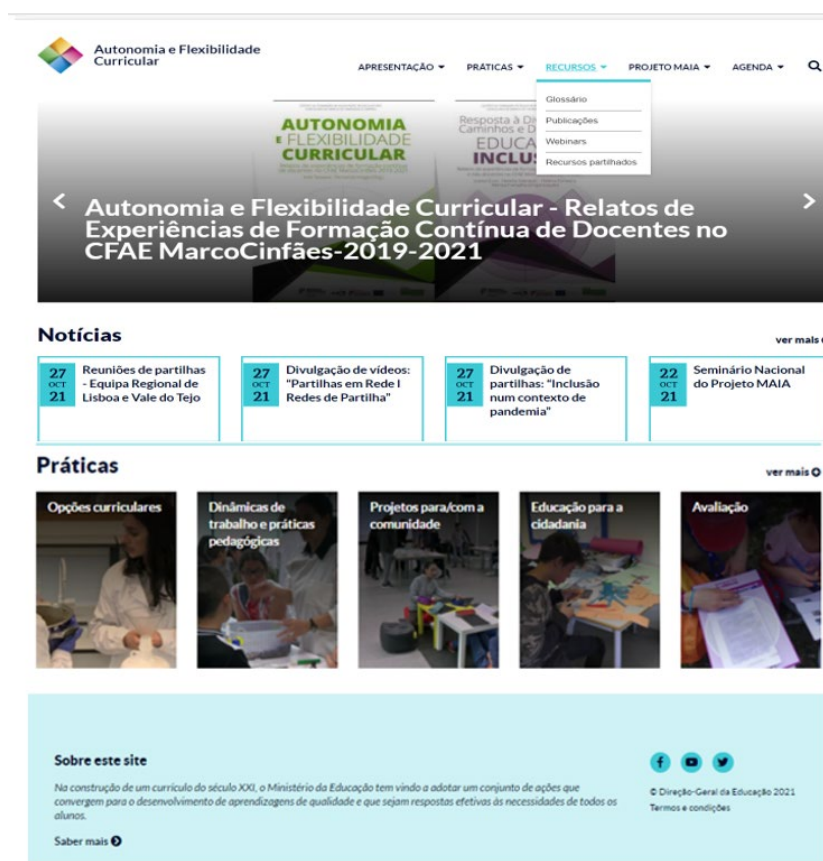
### 3.2.6. Divulgação

Durante o presente ano letivo, o site Autonomia e Flexibilidade Curricular (cf. Figura 36) continuou a permitir congregar e disseminar todos os recursos que foram sendo desenvolvidos, no âmbito do processo de organização e de desenvolvimento curricular da AFC. Foi concebida como uma plataforma de apoio às escolas relativamente à gestão autónoma e flexível do currículo, enquanto instrumento que podiam desenvolver localmente, em diálogo com os alunos e alunas, as famílias e a comunidade, de modo que todos os alunos e todas as alunas alcançassem as competências previstas no PA.

O site Autonomia e Flexibilidade Curricular continuou a constituir-se como um recurso para a disponibilização de documentação de referência e para a partilha de práticas, apoiando os(as) professores(as) nas suas decisões curriculares e pedagógicas, incluindo áreas de divulgação de documentos estruturantes, de apresentações de apoio aos diversos encontros realizados e de outros recursos relacionados com a AFC.

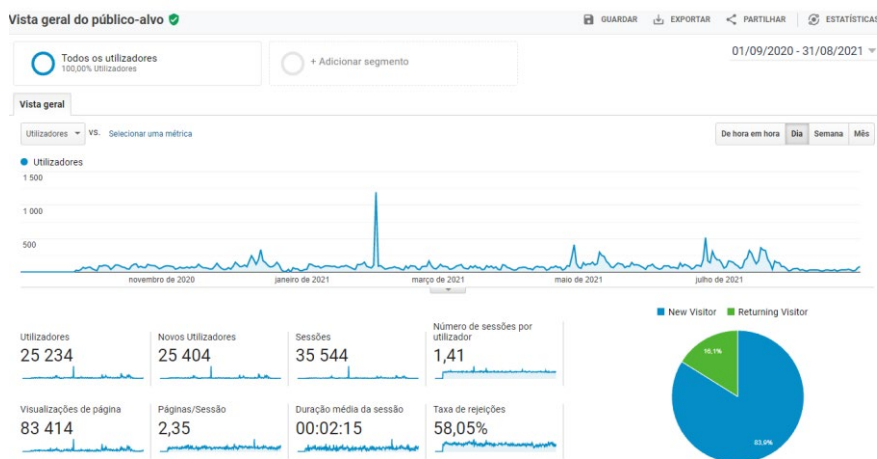
Durante o ano letivo 2020/2021, foi criado um espaço próprio para divulgar os recursos remetidos pelas escolas, denominado “Recursos Partilhados”, dentro do separador “recursos”, de forma a possibilitar a partilha, por parte das escolas, de práticas, de recursos, entre outros, resultante de opções curriculares e pedagógicas assumidas pelas escolas.

Figura 36 - Site Autonomia e Flexibilidade Curricular



Entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2021, ocorreram 83414 visualizações das suas páginas (cf. Figura 37).

Figura 37 - Visualizações do site AFC



As páginas do site (cf. Figura 38) com mais visualizações são (por ordem decrescente):

Figura 38 – Visualizações site AFC por ordem decrescente

Início   Autonomia e Flexibilidade Curricular (14,72%);
Projeto MAIA: Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica   Autonomia e Flexibilidade Curricular (5,60%);
FAQ   Autonomia e Flexibilidade Curricular (5,37%);
Publicações   Autonomia e Flexibilidade Curricular (4,69%);
Planos de Inovação   Autonomia e Flexibilidade Curricular (4,56);
Dinâmicas de Trabalho e Práticas pedagógicas   Autonomia e Flexibilidade Curricular (4,32%);
Documentos do Projeto   Autonomia e Flexibilidade Curricular (4,14%);
Opções Curriculares   Autonomia e Flexibilidade Curricular (3,60%);
Webinars   Autonomia e Flexibilidade Curricular (2,72%);
Avaliação   Autonomia e Flexibilidade Curricular (2,62%).

### 3.2.7. Monitorização e avaliação

Tendo por objetivo monitorizar e avaliar o desenvolvimento da Autonomia e Flexibilidade Curricular pelas escolas públicas, a Coordenação Nacional considerou relevante solicitar a realização de um estudo à Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, designadamente um relatório sobre a avaliação externa da AFC, no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. O Relatório apresenta os principais resultados do estudo de avaliação externa que acompanhou um conjunto de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas ao longo de dois anos e procurou analisar e compreender, para tornar claro, de que forma é que a AFC teve impacto nas opções curriculares e decisões pedagógicas das escolas e dos(as) professores(as).

As autoras, através do esquema infra, sintetizaram a forma como o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, tem influenciado a dinâmica dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que encontram na Autonomia e Flexibilidade Curricular a possibilidade e oportunidade de repensar a sua ação, com foco na promoção dos princípios da inclusão e da equidade.

Assim, a figura 39 representa os 3 grandes eixos sobre os quais se desenvolveu toda a reflexão efetuada a partir dos dados recolhidos, nomeadamente:

Eixo 1 - reconhecimento da capacidade de agência e de decisão curricular e pedagógica às escolas e aos professores e às professoras, que justificam a autonomia e a flexibilidade, e reconhecem a importância do trabalho colaborativo para operacionalizar as finalidades e os princípios enunciados;

Eixo 2 - reconfiguração da profissionalidade docente e o reconhecimento do primado do aluno - que se prende com o princípio pedagógico que define as estratégias de desenvolvimento do currículo, e se articula também com a ideia de flexibilidade;

Eixo 3 - gestão de um currículo pensado de forma a desenvolver competências onde se procurou perceber quais os documentos que hoje orientam os processos de planificação, de que forma o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória é tido em conta, no processo de ensino-aprendizagem-avaliação, bem como as respetivas tarefas e instrumentos de avaliação mais privilegiados pelas escolas e pelos professores e pelas professoras.

Figura 39 - Eixos de análise do estudo avaliativo



Em relação ao eixo 1, as autoras concluíram que se destaca um aumento do trabalho colaborativo entre docentes e em que as equipas educativas surgem, como a oportunidade para a partilha, a criação de projetos curricularmente significativos e a reflexão sobre as estratégias pedagógicas mais pertinentes e foi referida a importância dos processos de monitorização, a responsabilidade de uma equipa multidisciplinar, e não de apenas um elemento.

A análise do eixo 2, permitiu perceber a diversidade de opções curriculares assumidas ao longo dos dois últimos anos letivos, bem como as dinâmicas pedagógicas implantadas que assumem diferentes prioridades. O aluno e o seu papel na Escola surgem como uma das grandes alterações que este processo de reconfiguração curricular traz à vida das escolas. Quanto às dinâmicas pedagógicas, incidiram em trabalhos de natureza cooperativa, numa lógica interdisciplinar e de articulação, sendo esta uma das opções que mais tem contribuído para a inclusão, pois o trabalho em par pedagógico pelos professores e pelas professoras, ao aumentar as possibilidades de diferenciação pedagógica e ao diversificar as redes de relação entre alunos, alunas e professores e professoras, possibilita a construção de aprendizagens culturalmente significativas, o que exige uma gestão integrada do conhecimento.

Os principais desafios que as escolas encontram relacionam-se com a resistência à mudança, a gestão dos horários, a extensão dos Programas, o aumento da burocracia e a falta de recursos. Por outro lado, as grandes oportunidades enunciadas são a articulação curricular, a partilha de boas práticas, a diversificação de estratégias e o envolvimento dos alunos e alunas.

Em torno do eixo 3, a gestão de um currículo pensado de forma a desenvolver competências, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais assumem lugares de destaque no processo de planificação das escolas e dos professores e das professoras. Os DAC e o trabalho interdisciplinar foram áreas muito valorizadas pelas direções e pelas coordenações. Relativamente à avaliação das aprendizagens, salienta-se o processo de mudança, pois observa-se uma diversificação dos instrumentos de avaliação que, de certa forma, exige uma reconfiguração das práticas pedagógicas, como referem quer os Diretores dos CFAE, quer os representantes da AFC.

O referido relatório pode ser consultado em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/es-tudo\\_avaliativo\\_afc.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/es-tudo_avaliativo_afc.pdf)

### 3.3. Planos de Inovação

A Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de PI adequados às necessidades e aos compromissos assumidos, apostando em respostas curriculares e pedagógicas específicas promotoras do sucesso e da inclusão de todos os alunos e todas as alunas.

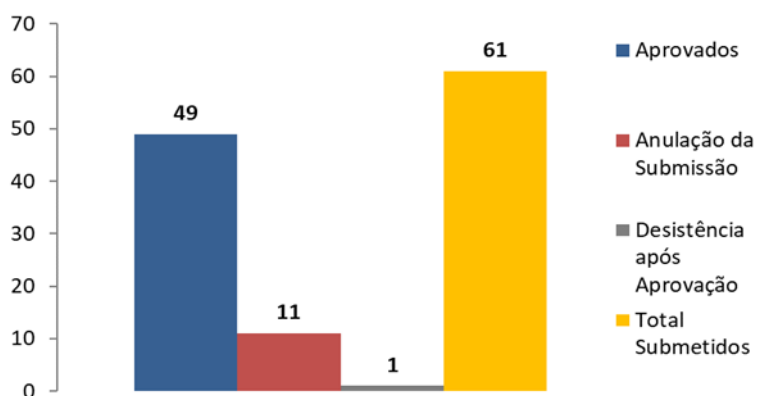
Na conceção dos Planos de Inovação, desenvolvidos a partir das matrizes curriculares-base previstas nos anexos I a VIII do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, as opções e medidas cooptadas devem sustentar a promoção de melhores aprendizagens, explicitando a sua intencionalidade na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de capacidades e atitudes inscritas nas áreas de competências do PA, bem como na aquisição e no desenvolvimento do conjunto de aprendizagens, conhecimentos, aptidões e competências técnicas do Perfil Profissional associado à respetiva qualificação, quando aplicável.

De acordo com o n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, os PI podem ser direcionados para apenas um estabelecimento de ensino do Agrupamento de Escola, uma turma, um ano de escolaridade, um ciclo, nível de ensino ou ciclo de formação, ou uma oferta educativa e formativa, devendo ser estabelecido o seu período de vigência.

No ano letivo 2020/2021 foram submetidos à Coordenação Nacional 61 Planos de Inovação. A equipa de Coordenação Nacional emitiu parecer, tendo em vista a decisão de autorização pelo membro do Governo responsável pela área da educação, com base na apreciação realizada pelas equipas regionais (verificada a sua adequação às necessidades identificadas; aos compromissos a que pretendem dar resposta; à observação do previsto nos artigos 5.º, 6.º e 7.º, quando aplicável, da Portaria n.º 181 e à previsão dos procedimentos

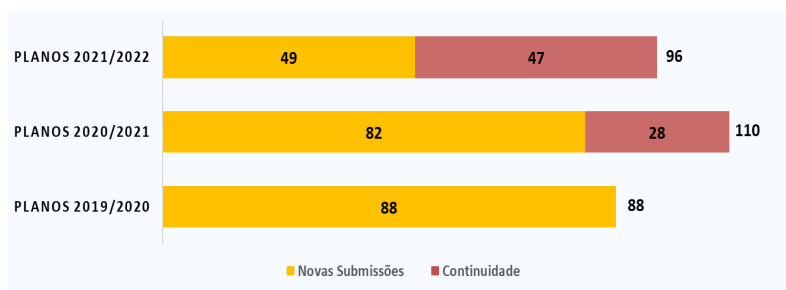
de monitorização e de autoavaliação no âmbito do previsto no artigo 8.º). Assim, dos referidos 61 PI apresentados, foram aprovados 50, tendo-se verificado a desistência de um Agrupamento de Escolas, após a aprovação do PI apresentado (cf. Figura 40).

Figura 40 - PI submetidos 2021/2022 – nível nacional



Assim, em 2021/2022, encontram-se em vigência 96 PI (cf. Figura 41), número que inclui não só os novos PI, mas também os PI que foram aprovados nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 e que ainda se encontram em vigor, ou cujas escolas manifestaram interesse na sua continuidade (cf. Anexo III). Nestas situações, foi apresentada, por cada unidade orgânica, uma adenda, tendo por base a autoavaliação dos planos implementados nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, que permitiu aferir o impacto das opções e medidas adotadas, como estratégia de melhoria da qualidade das aprendizagens e de promoção do sucesso de todos os alunos e de todas as alunas.

Figura 41 - Planos de Inovação em vigência



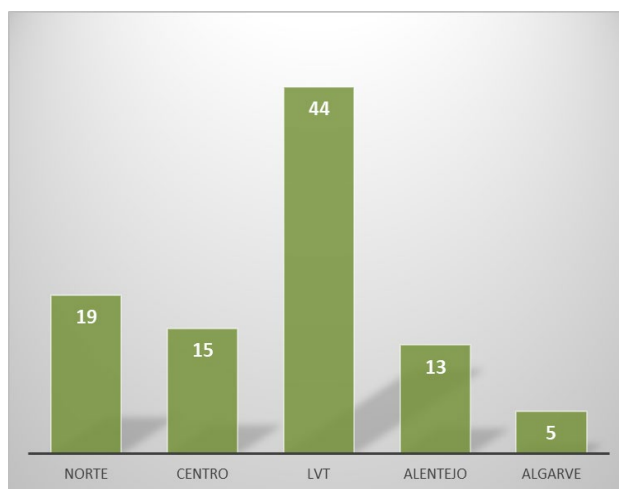
Dos 47 PI de continuidade, 33 Agrupamentos de Escolas apresentaram adendas aos mesmos. Conforme referido anteriormente, estas adendas decorrem do processo de monitorização efetuado por parte dos

AE/ENA, tendo os mesmos concluído da necessidade de procederem a alterações. Deste modo, as Escolas apresentaram adendas com o objetivo de:

- Aplicarem as medidas aprovadas no plano de inovação aos anos iniciais de ciclo (19 AE/ENA);
- Alargarem as medidas a novas turmas (7 AE/ENA);
- Aplicarem as medidas a outros anos de escolaridade (2 AE/ENA);
- Criarem turmas de percursos alternativos (2 AE/ENA);
- Adotarem outras medidas (3 AE/ENA).

A Figura 42 mostra o número de PI em vigência, no ano letivo 2021/2022 por Região. Registam-se, assim, 44 PI na Região LVT, 19 PI na Região Norte, 15 PI na Região Centro, 13 PI na Região do Alentejo e 5 PI na Região do Algarve. Desta forma, constata-se que a Região do Alentejo apresenta maior percentagem de PI (18,3%) comparativamente com as restantes regiões do país e face ao número de escolas de cada região.

Figura 42 - PI em vigência por região



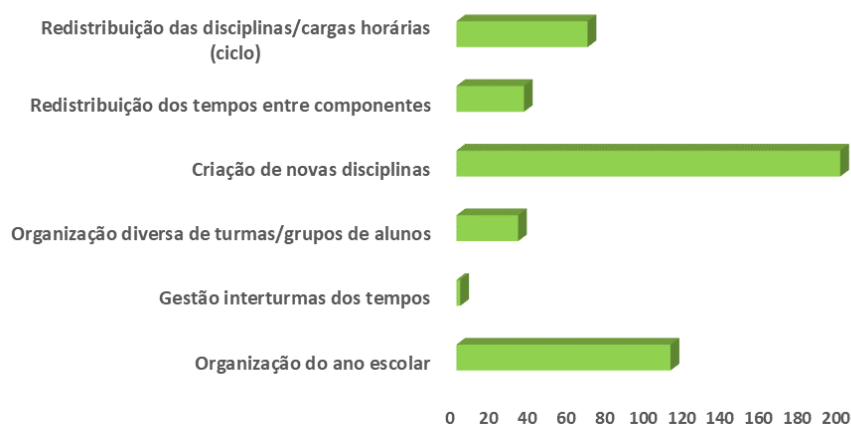
Dos Planos de Inovação em vigência, e não tendo em conta a medida de Percursos Curriculares Alternativos, que será abordada posteriormente, verifica-se que, na sua maioria, são concebidos para o Ensino Básico (cf. Figura 43), com maior expressão nos anos iniciais de ciclo (5.º ano – 108 turmas e 7.º ano – 66 turmas). Salienta-se que os PI que abrangem os(as) alunos(as) dos anos subsequentes são os que se encontram no 2.º ano de vigência. Relativamente ao Ensino Secundário, no curso CCH, existem 4 turmas do 10.º ano e 3 turmas do 11.º ano. Nos 1.º e 2.º anos do Curso Profissional existem 12 turmas abrangidas por PI.

Figura 43 - Gestão Flexível superior a 25%

Ciclo	Ano e curso	N
1.º ciclo	1.º ano	56
	2.º ano	54
	3.º ano	57
	4.º ano	61
2.º ciclo	5.º ano	108
	5.º ano-CAE	1
	6.º ano	104
	6.º ano-CAE	1
3.º ciclo	7.º ano	66
	7.º ano-CAE	1
	8.º ano	59
	8.º ano-CAE	1
	9.º ano	60
ES	10.º ano-CCH	4
	11.º ano-CCH	3
	1.º ano-CP	12
	2.º ano-CP	12

Relativamente às medidas adotadas pelas escolas, no âmbito do artigo 4.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, verifica-se que as mais adotadas são a criação de novas disciplinas e a adoção de regras próprias relativas à organização do ano escolar (cf. Figura 44). Sublinha-se que se optou por apresentar a redistribuição dos tempos entre componentes, não cumulativamente, com a criação das novas disciplinas, uma vez que existem escolas que optaram pela redistribuição dos tempos entre componentes, sem terem procedido à criação de novas disciplinas.

Figura 44 - Medidas adotadas de acordo com o Art.º 4º Portaria 181/2019, com exceção do PCA



### a) Criação de novas disciplinas

De acordo com a alínea c) do n.º 4 do artigo 4.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, a criação de novas disciplinas pode ocorrer através da reafetação de tempos/horas fixados para as disciplinas constantes da matriz curricular-base.

Na globalidade dos PI, que não contemplam PCA, foram criadas 199 novas disciplinas (cf. quadro 1, anexo IV), tendo as escolas optado por criá-las com recurso à reafetação parcial ou total dos tempos das disciplinas que constituem as matrizes curriculares-base.

A Figura 45 mostra-nos que, no 1.º ciclo, a criação de novas disciplinas convoca, parcialmente, tempos da generalidade das diferentes disciplinas. A reafetação total dos tempos previstos na matriz curricular-base sucede, tendencialmente, através das disciplinas de Oferta Complementar, do Apoio ao Estudo e da Educação Artística.

Figura 45 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/1º Ciclo

Disciplina	Convocadas	
	Parcial	Total
Apoio ao Estudo (1.º Ciclo)	10	16
Cidadania e Desenvolvimento (1.º Ciclo)	2	5
Educação Artística (1.º Ciclo)	21	17
Educação Física (1.º Ciclo)	10	7
Estudo do Meio (1.º Ciclo)	27	4
Matemática (1.º Ciclo)	23	1
Oferta Complementar (1.º Ciclo)	8	19
Português (1.º Ciclo)	22	2

No 2.º e 3.º ciclo (cf. Figura 46), a criação de novas disciplinas ocorre, tendencialmente, através da reafetação parcial dos tempos previstos na matriz curricular-base, com maior incidência das disciplinas de Português, Ciências Naturais, Matemática, Educação Visual e Educação Tecnológica. A criação de novas disciplinas através da reafetação total dos tempos das disciplinas acontece, sobretudo, recorrendo à disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Cidadania e Desenvolvimento e de Educação Visual.

Figura 46 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/2.º e 3.º Ciclos

Disciplina	Convocadas	
	Parcial	Total
Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º Ciclos)	5	28
Ciências Naturais (2.º e 3.º Ciclos)	29	20
Complemento à Educação Artística (3.º Ciclo)	3	8
Educação Física (2.º e 3.º Ciclos)	16	0
Educação Musical (2.º Ciclo)	11	4
Educação Tecnológica (2.º Ciclo)	19	18
Educação Visual (2.º e 3.º Ciclos)	23	24
Físico-Química (3.º Ciclo)	13	6
Geografia (3.º Ciclo)	6	10
História (3.º Ciclo)	8	11
História e Geografia de Portugal	13	9
Inglês	17	4
L. Estrangeira II	8	0
Matemática (2.º e 3.º Ciclos)	28	3
Português (2.º e 3.º Ciclos)	42	8
TIC	7	35
Oferta Complementar	8	17

No Ensino Secundário<sup>3</sup>, dos 11 PI em vigência, 9 foram aprovados para o ano letivo 2021/2022, dos quais 6 apresentaram adenda. As novas disciplinas integradas nos 9 PI aprovados, resultam tendencialmente da utilização parcial dos tempos das disciplinas previstas na matriz curricular-base nos Cursos Científico Humanísticos, através das disciplinas de Filosofia, Geografia A, Língua Estrangeira, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Literatura Portuguesa, Economia A, Física e Química A, Biologia, Geologia, Português e Informática e nos Cursos Profissionais, através das disciplinas de Área de integração, Tecnologias de Informação e Comunicação, Português, Educação Física, Língua Estrangeira, Física e Química, Biologia, Geologia e Filosofia.

Quanto às áreas de saber abrangidas pela totalidade das novas disciplinas, constata-se um equilíbrio entre a área das STEM e as Artes. Verifica-se a existência de um menor número de disciplinas criadas na área das Línguas e das Ciências Sociais e Humanas, (cf. Figura 47).

<sup>3</sup> Atendendo ao reduzido número de PI aprovados neste nível de ensino, optou-se por não se proceder à sua representação gráfica.

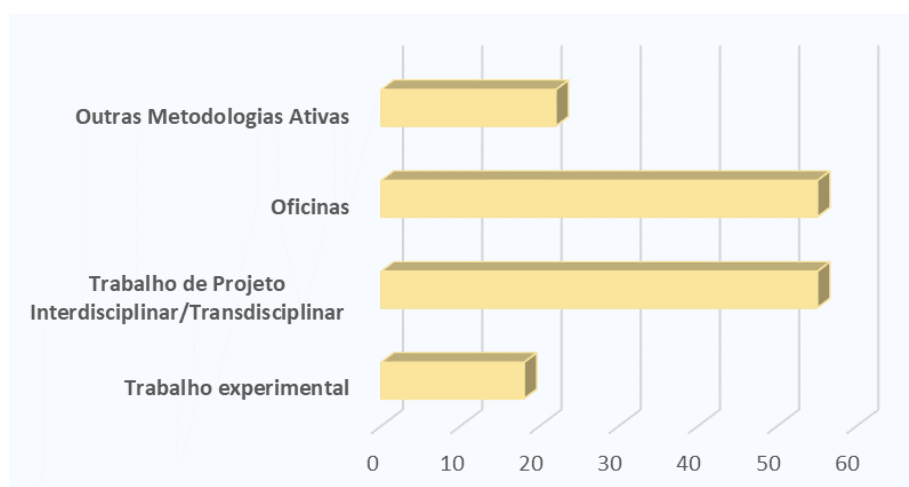
Figura 47 - Criação de disciplinas - Áreas

Artes	30
Ciências Sociais e Humanas	15
Línguas	15
STEM	32
Outra	119

## b) Dinâmicas pedagógicas

Com vista ao desenvolvimento de aprendizagens de qualidade, cabe às equipes educativas e aos docentes que as constituem definir as dinâmicas de trabalho pedagógico adequadas, tendo por referência as especificidades da turma ou grupo de alunos e alunas. Neste âmbito, as dinâmicas pedagógicas mais usadas no desenvolvimento das novas disciplinas são as oficinas referidas em 55 disciplinas e o trabalho de projeto interdisciplinar em 55 disciplinas (cf. Figura 48). Destacam-se ainda outras metodologias, nomeadamente cenários de aprendizagem, a resolução de problemas, o trabalho entre pares, entre outras (cf. quadro 2 do anexo IV).

Figura 48 - Criação de Disciplinas- Dinâmicas Pedagógicas



## c) Organização diversa do ano escolar

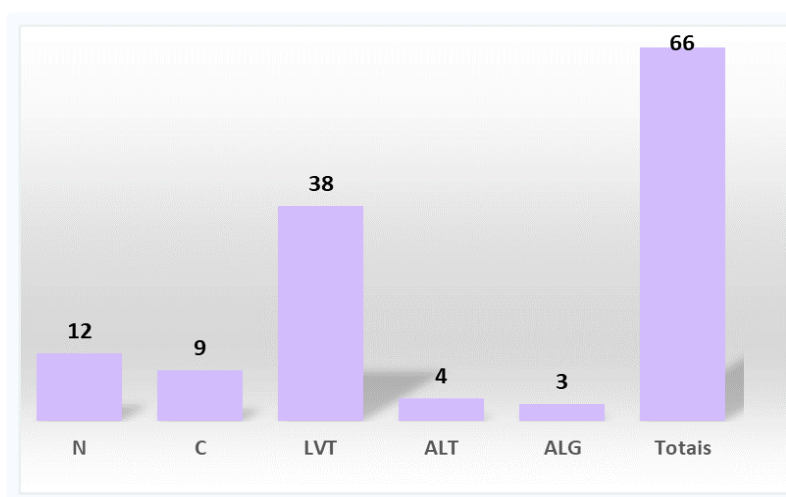
No quadro da conceção e desenvolvimento de um Plano de Inovação, as escolas podem ainda adotar regras próprias relativas à organização do ano escolar, garantindo:

- O cumprimento do número de dias fixado no calendário escolar;
- A realização das provas e exames de acordo com o calendário aprovado pelo Ministério da Educação;

- A existência em cada ano letivo de, pelo menos, três momentos de reporte de avaliação aos e às alunos e alunas e aos pais ou encarregados de educação, sendo o último obrigatoriamente de carácter sumativo, sem prejuízo das especificidades inerentes às disciplinas com organização modular.

Assim, dos 96 PI em vigência, 66 UO (cf. Figura 49) optaram por organizar o ano letivo em dois períodos, que designam por semestres, havendo um Agrupamento de Escolas que organizou a atividade letiva de oito em oito semanas.

Figura 49 - Organização do ano escolar - Semestralização



Relativamente à organização diversa do ano escolar, há ainda a registar situações excecionais aprovadas por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, nomeadamente o caso de 7 municípios que tomaram a iniciativa de adotar, nos respetivos concelhos, a organização do ano letivo por semestres, através da apresentação de projetos específicos. Estes projetos assentam a semestralidade na primazia da dimensão pedagógica, sublinhando que esta facilita a introdução de novas práticas, designadamente em relação à avaliação, estando associada à premência de criar mais interrupções letivas que diminuem a pressão sobre os(as) alunos(as), reforçam a valorização da avaliação formativa, bem como favorecem o aumento dos momentos de avaliação e a diversificação dos respetivos instrumentos. Destarte, a medida de organização diversa do calendário escolar está a ser implementada em mais 66 Agrupamentos de Escolas, designadamente, 15 no concelho de Almada; 12 no concelho da Amadora; 2 no concelho de Arouca; 12 no concelho de Cascais; 12 no concelho de Oeiras; 10 no concelho de Odivelas e 3 no concelho de São João da Madeira.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens. Deste conjunto de medidas, que se alicerçam nas políticas educativas com

eficácia demonstrada ao nível do reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas, visando a promoção do sucesso escolar, destaca-se, no âmbito do eixo 1, domínio de atuação +Autonomia Curricular, a ação específica Calendário Escolar, que inclui a possibilidade de organização semestral, desde que adotada dentro do mesmo município.

Deste modo, resultante da implementação de um Plano de Inovação, das situações excecionais aprovadas por Despacho do SEAE e pela aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, em 2021/2022, existem na totalidade 213 AE/ENA que optaram pela organização diversa do calendário escolar (semestralização), como medida potenciadora da diversificação de momentos de avaliação qualitativa, a par das expressões sumativas da avaliação e da autonomia.

#### **d) Percursos curriculares alternativos**

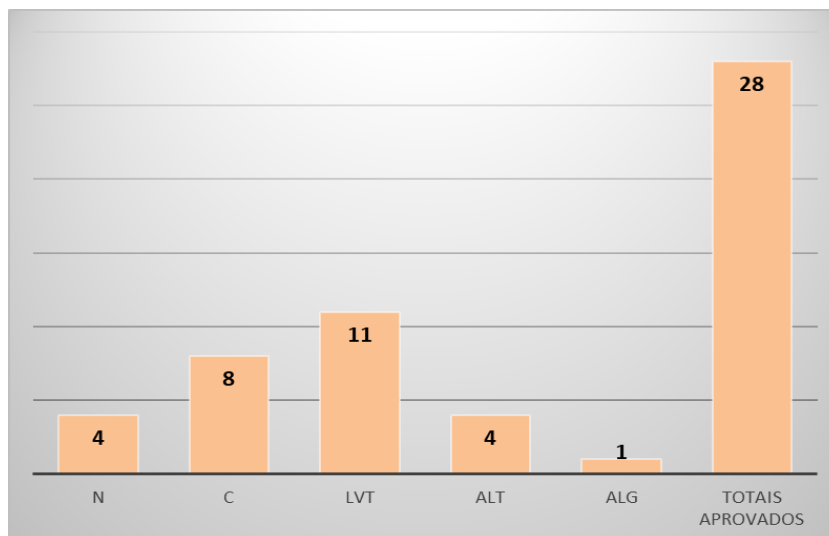
De acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, no âmbito da sua autonomia curricular, e atentos os princípios que presidem aos Planos de Inovação, as escolas podem conceber PCA condicionados à verificação cumulativa dos seguintes requisitos: a) A identificação de um conjunto de alunos(as) do mesmo ano de escolaridade, para os quais uma gestão específica da matriz curricular-base, de caráter temporário, constitua a resposta adequada; b) Nenhuma das ofertas educativas e formativas existentes se revele adequada.

O desenho curricular dos Percursos Curriculares Alternativos tem por referência as matrizes curriculares-base dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, constantes dos anexos II e III do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que podem ser alteradas em circunstâncias excecionais e especialmente fundamentadas.

Este tipo de medida não prejudica a possibilidade de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a decidir pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.

Observando a Figura 50, é possível identificar 28 Agrupamentos de Escola que optaram pela criação de PCA, distribuídos do seguinte modo: 11 em LVT; 8 no Centro; 4 no Alentejo; 4 no Norte e 1 no Algarve.

Figura 50 - PI que propõem PCA



Considerando as diferentes zonas do país, foram assim criadas 47 turmas (13 no 9.º ano, 14 no 8.º ano, 10 no 7.º, 7 no 6.º e 3 no 5.º ano de escolaridade) de PCA (cf. Figura 51), abrangendo aproximadamente 650 alunos(as).

Figura 51 - N.º de Turmas PCA por ano de escolaridade (ano letivo 2020/2021)

Ano	N.º de turmas
5.º ano	3
6.º ano	7
7.º ano	10
8.º ano	14
9.º ano	13
<b>Total</b>	<b>47</b>

Comparativamente com ano letivo 2019/2020, verifica-se uma considerável diminuição do número de turmas criadas (cf. Figura 52), ao abrigo do artigo 7.º da Portaria n.º 181, de 11 de junho, situação que decorre, em grande parte, do acompanhamento e apoio prestado às escolas pelas ER, que as têm levado a refletir sobre a adequação das medidas propostas, como respostas curriculares e pedagógicas promotoras do sucesso e inclusão de todos os alunos e todas as alunas. Deste modo, registou-se uma considerável redução na adoção desta medida, a saber: no 5.º ano de escolaridade passou-se de 8 turmas para 3, no 6.º ano de 11 para 7; no 7.º ano de 17 para 10; no 8.º ano de 20 para 14 e no 9.º ano de 27 para 13.

Figura 52 - N.º de Turmas PCA por ano escolaridade (ano letivo 2019/2020)

Ano	N.º de turmas
5.º ano	8
6.º ano	11
7.º ano	17
8.º ano	20
9.º ano	27
<b>Total</b>	<b>83</b>

Na globalidade dos PI que contemplam PCA, foram criadas 99 novas disciplinas (cf. quadro 3, anexo IV), tendo as escolas optado por criá-las com recurso parcial ou total dos tempos das disciplinas que constituem as matrizes curriculares-base. A Figura 53 indica que, maioritariamente, as novas disciplinas são criadas com recurso à reafetação parcial dos tempos previstos na matriz curricular-base, com especial enfoque nas disciplinas de Ciências Naturais, Educação Visual, Físico-química, Matemática e Inglês. No entanto, na mesma Figura 53, é também possível observar novas disciplinas criadas através da reafetação total dos tempos de algumas disciplinas já existentes, com especial foco nas disciplinas de Ciências Naturais, Educação Visual, TIC e Físico-Química.

Figura 53 - Criação de novas disciplinas através de reafetação total/parcial dos tempos previstos na Matriz Curricular-Base/2º e 3º Ciclos em Turmas PCA

Disciplina	Parcial	Total
Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º Ciclos)	3	12
Ciências Naturais (2.º e 3.º Ciclos)	23	28
Complemento à Educação Artística (3.º Ciclo)	2	6
Educação Física (2.º e 3.º Ciclos)	9	5
Educação Musical (2.º Ciclo)	8	4
Educação Tecnológica (2.º Ciclo)	9	7
Educação Visual (2.º e 3.º Ciclos)	20	24
Físico-Química (3.º Ciclo)	19	21
Geografia (3.º Ciclo)	13	17
História (3.º Ciclo)	15	17
História e Geografia de Portugal	3	3
Inglês	18	1
L. Estrangeira II	10	1
Matemática (2.º e 3.º Ciclos)	18	0
Português (2.º e 3.º Ciclos)	19	1
TIC	15	23
Outras (Exp. Dr; Exp Art.)	9	6

Na criação das novas disciplinas dos Percursos Curriculares Alternativos, as escolas optam por privilegiar a área das STEM (48 novas disciplinas) e a área das Ciências Sociais e Humanas (CSH) (27 novas disciplinas). É

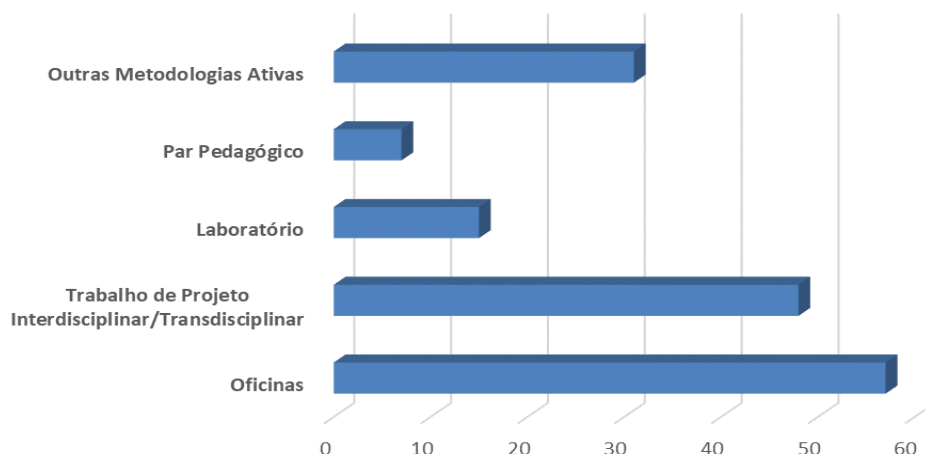
de ressaltar que em segundo lugar aparece “outra” (42) como área privilegiada motivada pela transdisciplinaridade. Também neste caso se verifica a existência de um menor número de disciplinas criadas na área das Línguas (11) (cf. Figura 54).

Figura 54 - Criação de Disciplinas por Áreas em Turmas PCA

Artes	26
Ciências Sociais e Humanas	27
Línguas	11
STEM	48
Outra	42

Como dinâmicas pedagógicas mais usadas no desenvolvimento destas disciplinas (cf. Figura 55) destacam-se as oficinas, referidas em 57 disciplinas, e o trabalho de projeto interdisciplinar, referido em 48 disciplinas.

Figura 55 - Criação de Disciplinas em Turmas PCA- Dinâmicas Pedagógicas



#### e) Envolvimento dos alunos e encarregados(as) de educação

Na concepção dos PI, as escolas devem garantir a participação dos(as) alunos(as) na concepção e desenvolvimento dos planos, definindo instâncias regulares de auscultação, bem como o envolvimento dos encarregados de educação e, nos cursos de dupla certificação, dos parceiros socioprofissionais.

Da análise dos PI, verifica-se que, por norma, os(as) alunos(as) e os(as) encarregados(as) de educação são auscultados através de reuniões específicas para o efeito, sendo que estes(as) também o são em sede de Conselho Geral. Os parceiros são ouvidos principalmente no Conselho Geral.

#### f) Plano de Formação

De acordo com o n.º 3 do artigo 5.º da Portaria nº 181/2019, na conceção de um Plano de Inovação, deve ser prevista, em articulação com os Centros de Formação de Associação de Escolas ou com outras instituições, a operacionalização de um plano de formação, privilegiando o acompanhamento do trabalho docente. A Figura 56 mostra-nos que as áreas de formação privilegiadas são a avaliação das aprendizagens (69 PI), as metodologias ativas (63 PI), seguindo-se a capacitação digital dos docentes (62 PI), o trabalho cooperativo (60 PI), a articulação e integração curricular (54 PI), entre outras.

Figura 56 - Plano de Formação – Áreas Privilegiadas

Área	N
Articulação e Integração Curricular	54
Avaliação	69
Metodologias Ativas	63
Trabalho colaborativo	32
Educação Inclusiva	34
CCD/Cenários educativos inovadores	62
Outras	58

Para além de identificarem as necessidades, as escolas, quando concebem um PI, devem ainda identificar os compromissos a que o plano pretende dar resposta, sendo que priorizam o aumento dos percursos diretos de sucesso (78 AE/ENA); a melhoria das aprendizagens (54 AE/ENA); a diminuição da taxa de abandono (46 AE/ENA); a melhoria dos resultados da avaliação interna/externa (43 AE/ENA) e a diminuição do registo de ocorrências disciplinares/comportamentos de risco (29 AE/ENA) entre outros (cf. Figura 57).

Figura 57 - Compromissos assumidos

Compromisso	N
Aumento dos percursos diretos de sucesso	78
Diminuição da taxa de abandono/promover a assiduidade	46
Melhoria das aprendizagens	54
Melhoria dos resultados da avaliação interna/externa	43
Diminuição do registo de ocorrências disciplinares/comportamentos de risco	29
Outro	50

## 4. Balanço do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação

No ano letivo 2020/2021, decorrido o terceiro ano de acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, junto das escolas, a informação constante no presente relatório traduz a diversidade e a relevância dos mecanismos de apoio às escolas, colocados em prática ao abrigo do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro. Destaca-se igualmente um conjunto significativo de evidências, a partir do percurso realizado e de todo o trabalho desenvolvido desde a auscultação, divulgação, implementação, partilha e acompanhamento, que se tem revelado essencial na construção deste processo, bem como na apropriação e consolidação dos referidos Decretos-Leis. Construído com base num diálogo constante entre as estruturas de acompanhamento e as escolas, e através da realização de ações de proximidade, este modelo de acompanhamento e monitorização tem sido capaz de introduzir uma relação de apoio e confiança entre as diferentes instituições envolvidas. Esta relação tem sido desenvolvida pela administração central, entre a administração central e as escolas e entre as escolas entre si, numa dinâmica de aprendizagem mútua, capacitadora e promotora de novos desenvolvimentos e da consolidação de práticas de referência.

As estruturas de acompanhamento colocaram em prática uma estratégia de apoio em cascata, através do desenvolvimento de ações e iniciativas. O processo desenvolvido, de construção conjunta e de aprendizagem, tem tido reflexos nas escolas, incitando-as a promover o sucesso, a inclusão e a qualidade das aprendizagens, através da adoção de soluções adequadas aos contextos e às necessidades dos seus alunos e das suas alunas, tornando o currículo mais significativo, no seio de cada contexto escolar.

Ao longo do desenvolvimento do acompanhamento e monitorização, com especial enfoque nas Reuniões de Rede e nas Visitas de Acompanhamento, as Equipas têm constatado que as escolas atribuem grande relevância à partilha de práticas pedagógicas e organizacionais e aos momentos de reflexão sobre os modos de gestão articulada do currículo e sobre práticas de avaliação, nomeadamente no que respeita à avaliação formativa.

Assim, é necessário continuar a promover momentos de reflexão com as escolas sobre diferentes temáticas na esfera da AFC, implicando sempre que possível os Diretores, bem como procurando que as abordagens e temáticas respondam às necessidades e expectativas das escolas.

A concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, através da identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto e enquadradas no projeto educativo, encontra-se, assim, numa fase mais avançada de concretização nas escolas onde já existiam práticas de trabalho colaborativo e de interdisciplinaridade, mesmo que não generalizadas. Do mesmo modo, as equipas têm constatado uma correlação entre o dinamismo das lideranças, em particular da direção e o grau de apropriação dos referidos Decretos-Leis. Neste domínio, realça-se a existência de uma possível relação entre o dinamismo das lideranças, em

particular da direção e o grau de implementação de práticas curriculares e pedagógicas inovadoras centradas no aluno, mobilizando os(as) professores(as) enquanto principais agentes do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar. Parece poder afirmar-se que lideranças promotoras de partilha conduzem a boas práticas e facilitam o trabalho colaborativo.

Neste processo de acompanhamento, monitorização e avaliação é, ainda, de destacar a colaboração com as Equipas Regionais de representantes dos Centros de Formação de Associação de Escolas, os quais se constituem como uma mais-valia, abrangendo, assim, um maior número de docentes de cada escola, bem como permitindo um acompanhamento de maior proximidade junto das escolas.

As Equipas Regionais, em resultado do seu acompanhamento, destacaram potencialidades e constrangimentos, apresentando algumas sugestões, que de seguida se elencam:

Potencialidades:

- Foi possível estabelecer uma maior proximidade e envolvimento com os representantes dos CFAE, realizando-se encontros mensais e quinzenais, tendo como objetivo a discussão e a clarificação de alguns assuntos/temas.
- As dinâmicas de acompanhamento foram estabelecidas numa perspetiva “multinível”, com atuação simultânea de proximidade em 1.ª visita com UO com PI, de 2.ª visita com UO com PI-PCA e com reuniões mais alargadas, de rede. Permitindo, deste modo, várias intervenções/momentos de reflexão, junto das escolas.
- A relação estabelecida com as escolas revelou-se um fator preponderante e facilitador na resposta e atendimento das necessidades. A comunicação telefónica fluída e bilateral constitui-se uma mais-valia no apoio.
- Nas reuniões de rede houve oportunidade das equipas para proporcionar discussão e partilha de práticas entre os vários agrupamentos, levantamento de potenciais práticas de referência e identificação de agrupamentos com maiores dificuldades na implementação da AFC.
- As equipas regionais têm tido um bom relacionamento interpessoal e trabalho colaborativo, contando com o apoio relevante dos representantes dos CFAE, que têm relação de proximidade privilegiada com os agrupamentos, facilitando os contactos e a agilização na resolução de problemas.

#### Constrangimentos:

- O trabalho desenvolvido em 2020/21, devido à situação pandémica, não permitiu um trabalho presencial com as escolas, contudo, as reuniões por videoconferência possibilitaram respostas mais céleres e eficazes, notando-se inclusive uma maior partilha no seio da própria equipa.
- As equipas confrontaram-se com algumas dificuldades em cumprir o Plano de Ação definido inicialmente, não só devido ao período conturbado que se continua a viver, e que exige por parte das escolas uma maior entrega e disponibilidade, mas, também, devido ao grande número de AE/ENA que integra a região Norte.
- Alguns representantes dos CFAE depararam-se com algumas dificuldades em desenvolver o seu trabalho enquanto elementos da ER (tendo em conta as competências que lhes estão atribuídas por despacho), alegando terem pouca autonomia e disponibilidade, uma vez que lhes são atribuídas outras tarefas nos Centros de Formação consideradas prioritárias.
- Os diferentes elementos, das diferentes equipas, tiveram por vezes de dar resposta a outras solicitações, fora do âmbito da AFC, o que obrigou a equipa muitas vezes a dar continuidade ao trabalho com um número reduzido de elementos, insuficiente para o universo de UO.
- As ER têm sentido ainda alguns constrangimentos nos AE/ENA ainda com alguma resistência à mudança e dificuldades no que respeita às práticas avaliativas, embora se notem melhorias decorrentes, essencialmente, da formação Maia e o acompanhamento constante pela ER.

Face aos aspetos mencionados anteriormente, as ER apresentam propostas de ação para o próximo ano letivo:

- Continuar a promover momentos de reflexão com as escolas sobre diferentes temáticas no âmbito da AFC, implicando sempre que possível os Diretores;
- Enquadrar a ação da ER no atual contexto de ensino e aprendizagem, procurando que as abordagens e temáticas sejam cada vez mais ajustadas e significativas face às necessidades de cada escola;
- Fomentar a reflexão e partilha entre as diferentes Equipas Regionais, para capacitação das mesmas e consensualização de entendimentos e respostas;
- Promover momentos de capacitação das ER e dos representantes dos CFAE sobre questões / áreas específicas, para uniformizar “olhares” e abordagens.

Conforme mencionado no ponto 3.2.1 do presente relatório, a Equipa de Coordenação Nacional, visando garantir o planeamento das ações a desenvolver, ou regular o trabalho em curso, considerou, ao longo do ano letivo 2020/2021, continuar a promover atividades, com o objetivo de assegurar uma apropriação conjunta das linhas de ação previstas no plano de acompanhamento, bem como de possibilitar um alinhamento das estratégias de atuação, tendo definido, para o efeito, indicadores e metas para cada uma das ações. Decorrente da continuidade da situação pandémica que o país vem sofrendo, o Plano de Atividades foi alvo de algumas alterações, tendo mesmo algumas ações sido canceladas.

No quadro 5 são apresentados os resultados obtidos de acordo com as ações propostas, verificando-se a superação dos indicadores na maioria das ações.

Quadro 5 - Resultados obtidos nas ações planeadas

Ações	Descrição	Indicadores (Metas)	Resultados Obtidos
<b>Organização e Gestão</b> (Ação Interna)	Reuniões dos elementos da Coordenação Nacional.	N.º de reuniões (Pelo menos 1 por mês)	16
	Reuniões entre as diferentes equipas promovidas pela CN e Equipa Técnica.	N.º de reuniões (Pelo menos 1 por trimestre)	3
	Reuniões entre a coordenadora da ET e as coordenadoras das ER	N.º de reuniões (Pelo menos 3 por trimestre)	10
	Reuniões entre os elementos das ER	N.º de reuniões (Pelo menos 5 por trimestre)	236
	Reuniões promovidas pelo coordenador da ER entre os elementos da ER e os CFAE	N.º de reuniões (Pelo menos 3 por trimestre)	74
<b>Capacitação</b> (Ação Interna)	Dinamização de momentos de formação dirigidos aos elementos das ER <sup>4</sup>	N.º de Ações (2) Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	---
<b>Monitorização</b> (Ação Interna)	Elaboração dos relatórios, de acordo com o previsto na legislação.	N.º de Relatórios (Pelo menos um)	1
<b>Encontros Regionais/ Seminários Temáticos</b> (Ação Externa)	<b>Encontros Regionais/Seminários</b>	N.º de Encontros/ Seminários realizados (Pelo menos 8)  Taxa de participação AE/ENA (Superior a 75%) Nível de satisfação dos participantes	5 (out/2020) 4 (fev/2021) 6 (junho/2021)  (65%) (3,57)
<b>Apoio às Escolas:</b>	Reuniões de proximidade com as escolas de acordo com as necessidades diagnosticadas.	N.º de reuniões (Superior a 80% das solicitações)	100%

<sup>4</sup> Devido à situação pandémica não foi concretizada, tendo-se optado pela realização de Reuniões de Trabalho Interno entre a CN, a ET e as ER.

<b>Implementação de Medidas de Proximidade</b> (Ação Externa)	Reuniões/visitas às escolas no quadro dos PI.	N.º de reuniões Igual a 100%	100%
	Reuniões de acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto de semestralização do calendário escolar.	N.º de reuniões (Pelo menos 1)	2
	Esclarecimento de dúvidas e produção e atualização de FAQ	Prazo de resposta (Em média 10 dias úteis)	<5
	Reuniões de Rede/microrredes	N.º de reuniões (Pelo menos 25)	51
		Taxa de presenças das Escolas (Superior a 75%)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	>90%  Sem informação
	Participação em encontros promovidos pelos CFAE ou pelas escolas, por solicitação.	Taxa de respostas às solicitações (Superior a 50%)	>50%
	MAIA	N.º de escola abrangidas (Pelo menos 50% de escolas com Projeto de Intervenção)	>60%
<b>Produção de Recursos</b> (Ação Externa)	Produção de recursos de apoio ao desenvolvimento da AFC: vídeos, infografias, brochuras, entre outros.	N.º de recursos produzidos (Superior a 5)	>7
<b>Capacitação e Formação</b> (Ação Externa)	Dinamização de seminários dirigidos a Diretores sobre temáticas de índole pedagógica e organizativa <sup>5</sup>	N.º de seminários (Pelo menos 3)  Taxa de participação dos AE/ENA (Superior a 50 %)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	4  63%  >93%
<b>Divulgação</b>	Partilha online no site AFC de práticas de escolas e de recursos ou documentos produzidos no âmbito do desenvolvimento da AFC.	N.º Total de visualizações (Superior a 90.000)  N.º de recursos disponibilizados (Pelo menos 5)	(37307)  >8
<b>Monitorização</b> (Ação Externa)	Estudo de Monitorização e Avaliação da Implementação das Aprendizagens Essenciais.	N.º de Relatórios (1)	1

<sup>5</sup> No Seminário “Colaborar faz toda a diferença” não foi aplicada folha de presenças, nem questionário de satisfação, pelo que os dados referidos dizem apenas respeito aos 3 seminários de Líderes Pedagógicos.

## 5. Conclusões e recomendações

Ao longo do processo de acompanhamento e monitorização das escolas, continua a verificar-se a concretização da Autonomia e Flexibilidade Curricular a nível nacional, conduzindo à ambicionada Escola autónoma que gera uma Educação de qualidade para os seus alunos, conhecedora da confiança depositada em si, com a assunção da responsabilidade inerente à sua missão. O reforço da autonomia da escola e dos seus profissionais relativamente ao desenvolvimento curricular colocam-na como detentora de instrumentos que possibilitam a gestão do currículo, de forma a integrar estratégias promotoras de melhores aprendizagens, em contextos específicos e perante as necessidades de diferentes alunos, assim como estabelecendo prioridades na sua apropriação e assumindo a diversidade nas opções que melhor se adequam aos desafios do seu projeto educativo.

Continuamos a percorrer um caminho para uma Escola inclusiva, que respeita a heterogeneidade dos alunos, elimina obstáculos no acesso às aprendizagens, contemplando a diversidade e garantindo a aquisição de múltiplas literacias necessárias ao cidadão do Século XXI, na sua formação integral ao mesmo tempo que valoriza os alunos, lhes dá voz e possibilita a construção do seu projeto de vida, ao traçar um percurso formativo próprio.

Cada escola é convidada, no contexto da AFC e na prossecução da sua missão social, a garantir o combate às desigualdades, definir uma visão de escola concreta para os alunos que a frequentam e acreditar que todos têm o direito de aprender e de lhes ser proporcionada uma educação relevante e de qualidade.

Na sequência das conclusões do relatório apresentado à DGE, sobre a avaliação externa da AFC (Cosme et al., 2020), assim como, das sugestões apresentadas pelas diferentes Equipas Regionais nos respetivos relatórios, apresentam-se algumas recomendações/desafios para o acompanhamento da AFC, a desenvolver no ano letivo de 2021/2022:

- por parte das equipas de acompanhamento:
  - desenvolver um conjunto de iniciativas sobre as estratégias e dispositivos relacionados com a organização e diversidade de práticas educativas e inclusivas, tendo como foco o aluno no processo ensino-aprendizagem;
  - promover o estabelecimento de Rede de Escolas, onde se possam partilhar experiências, soluções, questões e recursos, capazes de contribuir para o desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a AFC;

- monitorizar a implementação da AFC, salientando a importância dos processos internos, de cada UO, de monitorização e avaliação sobre práticas pedagógicas, opções curriculares, dinâmicas e resultados académicos.
- identificar práticas e a promover encontros para a sua divulgação (presenciais ou a distância).
- por parte das escolas:
  - desenvolver iniciativas no âmbito da avaliação das aprendizagens, em torno da necessidade de se transitar de conceções e práticas de avaliação seletiva, para uma avaliação potenciadora das aprendizagens dos alunos;
  - incentivar a interdisciplinaridade e os projetos interdisciplinares no contexto do processo de desenvolvimento da AFC;
  - incentivar a gestão curricular e a articulação como base para a mudança, a nível organizacional e da sala de aula, através de opções pensadas exclusivamente em função das necessidades dos alunos e dos contextos de cada escola;
  - diversificar as estratégias e instrumentos de avaliação (formativa e sumativa), num contexto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, como necessidade do recurso à diversificação de metodologias de ensino-aprendizagem;
  - implementar sistemas de monitorização e de avaliação das medidas, procurando efeitos gerados (desejados e inesperados), e fazer chegar essa informação, com regularidade, aos *stakeholders*;
  - investir em cenários promotores de aprendizagem e desenvolvimento profissional centrados nas necessidades dos seus atores e nas das UO.

# Anexos

## Anexo I

### **Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação - AFC 2020/2021**

De acordo com o disposto no n.º 1 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, a equipa de coordenação nacional tem a missão de acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, bem como do Decreto-Lei n.º 54/2018, ambos de 6 de julho. Pretende-se, pois, garantir que sejam adotadas medidas de acompanhamento, monitorização e avaliação adequadas, através de um modelo de proximidade a realizar junto das escolas, recorrendo a equipas que congregam competências adstritas aos diversos serviços e organismos do Ministério da Educação e privilegiando dinâmicas de partilha, colaboração e disseminação de práticas, com enfoque nas dimensões de formação científica, didática e pedagógica.

Neste âmbito, o processo de acompanhamento e de monitorização visa promover:

- a implementação e desenvolvimento da autonomia e flexibilidade curricular em cada escola, respeitando a sua identidade e opções, de forma a promover aprendizagens relevantes e significativas para todos;
- a operacionalização dos princípios, visão e áreas de competências definidas no PA;
- a construção de uma identidade de escola inclusiva;
- a consolidação de um saber interdisciplinar, de articulação curricular e o trabalho colaborativo;
- o sucesso de todos os alunos;
- a melhoria da qualidade do sucesso e da aprendizagem;
- a promoção da educação para a cidadania, ao longo de toda a escolaridade obrigatória, capacitando os alunos para o exercício de uma cidadania plena.

Para tal, e de acordo com a alínea a) do ponto 5 do Despacho supramencionado, compete à equipa de coordenação nacional delinear o processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, prevendo para cada um dos diplomas legais, designadamente, a identificação das etapas desse processo, bem como os indicadores de qualidade e de impacto.

Neste sentido, apresenta-se abaixo, no Quadro 1, uma síntese de ações a desenvolver ao longo do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação dos referidos Decretos-Leis, no ano letivo de 2020/2021. Salienta-se que enquanto se mantiver a situação de pandemia as ações serão desenvolvidas em formato *online*.

## Anexo I – Quadro 1

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)	Indicadores de Impacto transversais (Metas)
<b>Organização e Gestão</b> (Ação Interna)	Reuniões dos elementos da Coordenação Nacional.	CN	Mensalmente ou sempre que necessário	N.º de reuniões (Pelo menos 1 por mês)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de UO a desenvolver opções pedagógicas e organizacionais, promotoras do sucesso: artigo n.º 19 e 21 do DL n.º 55/2018  (Superior a 25% em cada região)</li> <li>2. Taxa de escolas envolvidas em iniciativas promotoras de redes colaborativas  (Superior a 75% em cada região)</li> <li>3. Taxa de UO envolvidas no MAIA a desenvolver projetos de intervenção no âmbito da avaliação pedagógica  (Superior a 50%)</li> <li>4. Taxa de aprovação dos Planos de Inovação apresentados</li> </ol>
	Reuniões entre as diferentes equipas promovidas pela CN e equipa técnica.	CN; ET; ER/CFAE	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Pelo menos 1 por trimestre)	
	Reuniões entre a coordenadora da ET e as coordenadoras das ER	Coordenadoras ET Coordenadoras ER	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Pelo menos 3 por trimestre)	
	Reuniões entre os elementos das ER	ER	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Pelo menos 5 por trimestre)	
	Reuniões promovidas pelo coordenador da ER entre os elementos da ER e os CFAE	ER/CFAE	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Pelo menos 3 por trimestre)	
	Ações de <i>team building</i> promovidas pela CN dirigidas aos elementos AFC	CN; ET; ER	Março/2021	N.º de ações (Pelo menos 1)	
<b>Capacitação</b> (Ação Interna)	Dinamização de momentos de formação dirigidos aos elementos das ER: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Inclusiva nas áreas da gestão do currículo e das práticas pedagógicas;</li> <li>• Personalização do ensino/diferenciação pedagógica;</li> <li>• Orientação Escolar e Profissional;</li> <li>• Avaliação pedagógica.</li> </ul>	CN/ET/ER	Ao longo do ano letivo	N.º de Ações (2)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	
<b>Monitorização</b> (Ação Interna)	Elaboração dos relatórios, de acordo com o previsto na legislação.	CN; ET; ER	julho de 2020	N.º de Relatórios (pelo menos um)	
<b>Encontro Nacional</b> (Ação Externa)	Em formato online	SEAE; Coordenação Nacional; ET; ER/CFAE; Representantes dos AE/ENA	junho de 2021	Taxa de participação AE/ENA (Superior a 75%)	

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)	Indicadores de Impacto transversais (Metas)
				Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	(Superior a 90% em cada região)
<b>Encontros Regionais/ Seminários Temáticos</b> (Ação Externa)	<b>Encontros Regionais:</b> 1.º Momento: <ul style="list-style-type: none"> <li>Planos de inovação;</li> <li>Orientações para a recuperação e consolidação das aprendizagens e próximos passos</li> <li>Inovação curricular em tempo de pandemia - Partilha de Práticas</li> <li>Inclusão em tempo de pandemia – Partilha de Práticas</li> <li>Plano de Capacitação Digital dos Docentes</li> </ul> 2.º Momento: <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação das alterações à Portaria n.º 181</li> <li>Apresentação dos resultados do “Estudo Diagnóstico para Aferição das Aprendizagens”</li> <li>Educação Inclusiva</li> <li></li> </ul> <b>Seminários Temáticos em torno dos seguintes temas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de aprendizagens em tempo de pandemia</li> <li>Reflexão sobre os resultados do “Estudo Diagnóstico para Aferição das Aprendizagens”</li> <li>Como aprendem os alunos?</li> <li>Avaliação pedagógica</li> </ul>	SEAE Coordenação Nacional ET ER Diretores e outros representantes das Escolas: (estruturas intermédias, coordenadores de projetos, coordenadores de diretores de turma, diretores de turma/curso, professoras(as); coordenadores EMAEI, ..., em função do tema).	<b>Encontros Regionais:</b>  1.º Momento: 4 seminários em outubro de 2020  2.º Momento: Março de 2021  <b>Seminários temáticos:</b>  A definir	N.º de Encontros/ Seminários realizados (Pelo menos 8)  Taxa de participação AE/ENA (Superior a 75%)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	5. N.º de práticas de referência identificadas (Pelo menos 2 por CFAE).

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)	Indicadores de Impacto transversais (Metas)
<b>Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade</b> (Ação Externa)	Reuniões de proximidade com as escolas de acordo com as necessidades diagnosticadas (iniciativa de cada Equipa Regional ou por indicação do (CFAE) ou por convite das escolas).	ER com representante CFAE (em função de cada caso) Direção dos AE/ENA e outros elementos.	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Superior a 80% das solicitações)	
	Reuniões/visitas às escolas no quadro dos PI, de acordo com as seguintes prioridades: (1) PI aprovados (2) PI em fase de conceção	ER/CFAE; Direção; Lideranças intermédias; Alunos	(1) outubro de 2020 a maio de 2021 (2) março de 2021	N.º de reuniões (1) e (2) Igual a 100%	
	Reuniões de acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto de semestralização do calendário escolar, em curso em todas as escolas de Almada, Odivelas, Amadora e São João da Madeira	ER/CFAE (Em função de cada caso); Direção do AE/ENA; entidade externa; outros elementos.	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Pelo menos 1)	
	Esclarecimento de dúvidas e produção e atualização de FAQ	AE/ENA; ER; ET; CN; SEAE	Ao longo do ano letivo	Prazo de resposta (Em média 10 dias úteis)	
	Reuniões de Rede/microrredes temáticas organizadas e dinamizadas pelas equipas regionais, e realizadas, cada uma, com um número reduzido de Agrupamentos/ Escolas não agrupadas. As escolas serão agrupadas de acordo com critérios diversos (a região a que pertencem, a oferta formativa (EB, CCH, CP, CEF, CAE), o nível de ensino, as temáticas a abordar ou outro). Temáticas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Opções curriculares, dinâmicas de trabalho e práticas pedagógicas;</li> <li>Escola Inclusiva;</li> <li>Cidadania e Desenvolvimento;</li> <li>Metodologias de ensino a distância/misto que permitam dar continuidade aos processos de ensino e</li> </ul>	ER/CFAE; Escolas (estruturas intermédias, coordenadores de projetos, coordenadores de diretores de turma, diretores de turma/curso, professores(as); coordenadores EMAEI, um docente de uma oferta de dupla certificação, técnicos especializados, alunos, ..., em função do tema).	1.º e 2.º períodos	N.º de reuniões (Pelo menos 25)  Taxa de presenças das Escolas (Superior a 75%)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)	Indicadores de Impacto transversais (Metas)
	aprendizagem, em fases de picos pandémicos; <ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégias para o acompanhamento das necessidades específicas dos alunos ao nível da estabilidade emocional, em contexto de pandemia.</li> <li>Processos de monitorização dos Planos de Inovação</li> </ul>				
	Participação em encontros promovidos pelos CFAE ou pelas escolas, por solicitação.	ER	Ao longo do ano letivo	Taxa de respostas às solicitações (Superior a 50%)	
	MAIA	CN; ET; ER/CFAE; Equipa MAIA AE/ENA	Ao longo do ano letivo	Nº de escola abrangidas (Pelo menos 50% de escolas com plano de intervenção)	
	Preparação e lançamento do Plano de Formação no âmbito da Educação Inclusiva  (O desenvolvimento desta ação está pendente de indicações por parte do Gabinete do SEAE)	CN  AE /ENA Coordenadores EMAEI		Data de apresentação do Plano de Formação	
<b>Produção de Recursos</b> (Ação Externa)	Produção de recursos de apoio ao desenvolvimento da AFC: vídeos, infografias, brochuras, entre outros.	ET; ER/CFAE;  AE/ENA	Ao longo do ano letivo	N.º de recursos produzidos (Superior a 5)	

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)	Indicadores de Impacto trans-versais (Metas)
<b>Capacitação e Formação</b> (Ação Externa)	Dinamização de seminários dirigidos a Diretores sobre temáticas de índole pedagógica e organizativa: <ul style="list-style-type: none"> <li>Líderes Pedagógicos num Contexto de AFC (Nível II):               <ul style="list-style-type: none"> <li>Conceção, dinamização e gestão de espaços: ambientes educativos inovadores;</li> <li>Processos de aprendizagem abordados na interligação de três áreas de estudo: as Neurociências, a Psicologia e as Ciências da Educação;</li> <li>Escolas: o desafio da colaboração.</li> </ul> </li> </ul>	ET; Diretores de AE/ENA	De fevereiro a maio de 2021	N.º de seminários (Pelo menos 3)  Taxa de participação dos AE/ENA (Superior a 50 %)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação Digital dos Diretores / Docentes</li> </ul>	CN; ER/CFAE; AE/ENA	Ao longo do ano letivo	N.º de Ações (1)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	
<b>Divulgação</b>	Partilha online no site AFC de práticas de escolas e de recursos ou documentos produzidos no âmbito do desenvolvimento da AFC.	CN; ET; ER	Durante o ano letivo	N.º Total de visualizações (Superior a 90.000)  N.º de recursos disponibilizados (Pelo menos 5)	
<b>Monitorização</b> (Ação Externa)	Estudo de Monitorização e Avaliação da Implementação das Aprendizagens Essenciais.	Entidade Externa	julho de 2020	N.º de Relatórios (1)	

## Anexo II



### Questionário de acompanhamento AFC | PI | PCA

<https://survey.alchemer.com/s3/6083267/eamd-2020-2021-acompanhamento-pi>

#### Parte 1:

1. Agrupamento de Escolas / Escola Não Agrupada \*(lista das 811 UO)

2. Data (calendário)

3. Registo efetuado por: Equipa Técnica AFC

Equipa Regional Norte

Equipa Regional Centro

Equipa Regional LVT

Equipa Regional Alentejo

Equipa Regional Algarve

4. Modalidade:

Presencial

À distância

5. Selecione o tipo de evento em que participou. (Escolha única)

Reunião de proximidade

Reunião regional

Reunião de rede

Jornadas Pedagógicas

Encontro de Professores

Formação

Outro - Qual?

6. Natureza da iniciativa

Coordenação Nacional

Solicitação de reunião pela ER

Convite pela Escola

Convite pelo CFAE

Outro. Qual?

7. Elementos presentes na reunião por parte das equipas

Outros participantes

- Outros - Quais?

8. Elementos presentes na reunião por parte da UO

Diretor(a)  
 Subdiretor(a)  
 Presidente do Conselho Geral  
 Coordenador de Departamento  
 Coordenador CD  
 Professor(a)  
 Alunos  
 Técnico(s) \_\_\_\_\_  
 Adjunto/a da direção  
 Coordenador(a) de Estabelecimento  
 Coordenador(a) de DT ou Ciclo  
 Coordenador dos CEF  
 Coordenador CP  
 Tutor da FCT (Formação em Contexto de Trabalho)  
 CFAE  
 Outros. Quais?

**Parte 2:**

9. De que tipo foi a reunião de proximidade?

- VAPI – Visita de Acompanhamento no âmbito dos **PI sem PCA** (ao clicar abrir campo 1)
- VAPI – Visita de Acompanhamento no âmbito dos **PI com PCA** (ao clicar abrir Campo 1 + Campo de PCA)
- VAPI – Visita de Acompanhamento de PI **só com PCA** (ao clicar abrir Campo de PCA)
- VA – Visita de acompanhamento. Qual? \_\_\_\_ (ao clicar abrir campo comum)

**Campo 1**

**Práticas organizacionais** *(A organização de turmas e horários é flexível e tem em conta, entre vários aspetos, o PI? / O encaminhamento de alunos para outras ofertas educativas está a funcionar? Exemplos/ Foram criadas equipas educativas com reuniões periódicas? Como é promovida a colaboração de docentes? / Que estratégias de comunicação interna e externa? A comunidade educativa conhece o PI?)*

**Práticas pedagógicas** (*Exemplos de DAC/ de diferenciação pedagógica/ de metodologias centradas no aluno/de articulação vertical, entre outras*)

**Práticas de avaliação** (*exemplos de rubricas/ de critérios de avaliação/ de práticas de avaliação formativa/de como são feitos os reports*):

**Práticas de inclusão** (*papel da EMAEI e do CT nestas práticas, diferenciação pedagógica*):

**Envolvimento de Pais/EE** (*formas de comunicação, como são ouvidos, participação dos EE em atividades de aprendizagem*):

**Formação e desenvolvimento profissional dos docentes e técnicos** (*como estão a desenvolver as prioridades de formação/ efeitos na prática letiva*):

**Monitorização dos processos** (*conclusões sobre os resultados mais recentes, como e com que frequência monitorizam*):

### Parte 3:

#### PI com PCA (Sim/ Não) (se sim abre novo campo tantas vezes quantas as turmas no máximo de 5)

Nas questões que se seguem e nas quais estão elencados descritores para cada indicador numa escala de 3 níveis, assinale o descritor que melhor caracteriza a prática.

- **Caracterização do grupo de alunos**

- A turma tem alunos com medidas seletivas e/ou adicionais? Sim/ Não Quantos?
- A turma tem alunos com situações de abandono escolar eminente?  
Sim/ Não Quantos?
- A turma tem alunos provenientes de grupos étnicos minoritários?  
Sim/ Não Quantos?

Outros aspetos a referir: \_\_\_\_\_

- **Apoios pedagógico acrescido**

Existem alunos com apoio pedagógico acrescido?

Sim/Não

Quantos?

- **Apoio tutorial específico**

Existem alunos com apoio tutorial específico?

Sim/Não

Quantos?

- Nível 1 (Prática Elementar) – O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo(a) professor(a) tutor(a) em estreita ligação com o respetivo conselho de turma.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo(a) professor(a) tutor(a) em estreita ligação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de estudo e acompanhamento personalizado e otimizado.
- Nível 5 (Prática de referência) - o apoio tutorial específico é desenvolvido pelo(a) professor(a) tutor(a) em estreita ligação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de estudo e acompanhamento personalizado e otimizado, existindo por parte do tutorando um feedback regular ao tutor, de forma que este possa perceber se as estratégias utilizadas são as que melhor funcionam com aquele aluno e melhor rentabilizar o tempo da tutoria.

- **Mentorias**

Existem alunos com apoio tutorial específico?

Sim/Não

Quantos?

- Nível 1 (Prática Elementar) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens a desenvolver.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco na sua integração escolar
- Nível 5 (Prática de referência) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens a desenvolver e na sua integração escolar.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

- **Equipass educativas e trabalho colaborativo entre docentes**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Os professores realizam reuniões **pontualmente** para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação relativamente ao percurso dos alunos.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Os professores realizam reuniões **periodicamente** para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação relativamente ao percurso dos alunos.
- Nível 5 (Prática de referência) – Os professores realizam reuniões **periodicamente** para articular o trabalho realizado e a realizar, assumindo uma gestão integrada e articulada de percursos de aprendizagem.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

- **Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos a nível do:**

#### **Planeamento**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina e onde se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo.
- Nível 5 (Prática de referência) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina e onde se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo, bem como a forma de organização.

#### **Concretização**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Foram desenvolvidas metodologias de ensino-aprendizagem de natureza prática.

- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Foram desenvolvidas metodologias de ensino-aprendizagem de natureza prática e laboratorial partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões.
- Nível 5 (Prática de referência) – Foram desenvolvidas metodologias de ensino-aprendizagem de natureza prática e laboratorial partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, promovendo também atividades interdisciplinares.

#### **Avaliação para as aprendizagens**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Existências de até uma das características mencionadas para o nível 5.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.
- Nível 5 (Prática de referência) – A avaliação: (i) está integrada nos processos de ensino e aprendizagem, (ii) os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos e (iii) é promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação). (iv) Existem evidências de distribuição de *feedback* que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

#### • **Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Existem práticas de articulação potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde os alunos se sentem motivados para aprender.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem.
- Nível 5 (Prática de referência) – Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde se recorre a abordagens como a resolução de problemas, o trabalho de projeto e/ou outras onde os alunos têm o papel central no questionamento e desenvolvimento das aprendizagens, tendo sido evidente a melhoria das aprendizagens dos alunos e que são mais significativas.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

#### • **Percursos curriculares alternativos como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento de aprendizagens**

- Nível 1 (Prática Elementar) – Existências de até uma das características mencionadas para o nível 5.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.

- Nível 5 (Prática de referência) – O PCA está a revelar-se como a medida adequada ao grupo de alunos, (i) estando estes a recuperar e a desenvolver as AE e as áreas de competência previstas no PA, com resultados visíveis na (ii) sua inclusão, (iii) no sucesso escolar dos alunos e (iv) na qualidade das aprendizagens.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

**Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos.**

- Nível 1 (Prática Elementar) – EE pouco participativos no processo educativo dos alunos, não existem evidências de promoção do seu envolvimento pela escola, apenas são informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Os EE participam regularmente no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação).
- Nível 5 (Prática de referência) – Os EE estão integrados no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação) participando na tomada de decisões a nível pedagógico e curricular.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola: \_\_\_\_

(Terminar todos os questionários com as próximas questões:)

**Parte 4:**

**10. Balanço Final**

Ponto (mais) forte da UO (identifique, caso exista, práticas de referência)

Áreas de melhoria (Identificação das áreas de melhoria da UO)

Ações assumidas/delineadas pela UO

Outros aspetos a registar

11. Próximos passos: (Clicar na opção e permitir que se preencha campo aberto)

Sem previsão da próxima ação

Próxima ação a médio prazo

Próxima ação a curto prazo

Intervenção urgente

Estratégia da Ação por parte da ER ou ET

12. Se pretender enviar o PDF com as respostas para o email de uma Equipa Regional, selecione-a no seguinte campo: (lista das equipas regionais e respetivos emails)

## Anexo III

### Unidades Orgânicas com Plano de Inovação

**2021/2022**

Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho

Unidade Orgânica	Concelho	Localidade
Agrupamento de Escolas António de Ataíde	Castanheira do Ribatejo	Vila Franca de Xira
Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves	Torres Novas	Torres Novas
Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia	Atouguia da Baleia	Peniche
Agrupamento de Escolas Bairro Padre Cruz	Lisboa	Lisboa
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes	Amadora	Amadora
Agrupamento de Escolas D Carlos I	Sintra	Sintra
Agrupamento de Escolas D. José I	Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António
Agrupamento de Escolas da Abrigada	Abrigada	Alenquer
Agrupamento de Escolas da Azambuja	Azambuja	Azambuja
Agrupamento de Escolas da Bobadela	Bobadela	Loures
Agrupamento de Escolas da Chamusca	Chamusca	Chamusca
Agrupamento de Escolas da Lixa	Lixa	Felgueiras
Agrupamento de Escolas de Agualva Mira Sintra	Agualva-Cacém	Sintra
Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha
Agrupamento de Escolas de Alcanena	Alcanena	Alcanena
Agrupamento de Escolas de Alfofnelos	Alfofnelos	Amadora
Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes	Alhandra	Vila Franca de Xira
Agrupamento de Escolas de Aljustrel	Aljustrel	Aljustrel
Agrupamento de Escolas de Alvalade	Lisboa	Lisboa
Agrupamento de Escolas de Arouca	Arouca	Arouca
Agrupamento de Escolas de Azeitão	Azeitão	Setúbal
Agrupamento de Escolas de Benavente	Benavente	Benavente
Agrupamento de Escolas de Campo	Campo	Valongo
Agrupamento de Escolas de Campo Maior	Campo Maior	Campo Maior

<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Concelho</b>	<b>Localidade</b>
Agrupamento de Escolas de Carcavelos	Carcavelos	Cascais
Agrupamento de Escolas de Cister	Alcobaça	Alcobaça
Agrupamento de Escolas de Cristelo	Sobrosa	Paredes
Agrupamento de Escolas de Estremoz	Estremoz	Estremoz
Agrupamento de Escolas de Freixo	Freixo	Viana do Castelo
Agrupamento de Escolas de Gouveia	Gouveia	Gouveia
Agrupamento de Escolas de Monforte	Monforte	Monforte
Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro
Agrupamento de Escolas de Oliveirinha	Oliveirinha	Aveiro
Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos	Paço de Arcos	Oeiras
Agrupamento de Escolas de Penacova	Penacova	Penacova
Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades	Seixal	Seixal
Agrupamento de Escolas de Pombal	Pombal	Pombal
Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	Samora Correia	Benavente
Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Fânzeres	Gondomar
Agrupamento de Escolas de Santo André	Santo André	Santiago do Cacém
Agrupamento de Escolas de São Bruno	Caxias	Oeiras
Agrupamento de Escolas de São João da Talha	S. João da Talha	Loures
Agrupamento de Escolas de São Teotónio	São Teotónio	Odemira
Agrupamento de Escolas de Sardoal	Sardoal	Sardoal
Agrupamento de Escolas de Silves Sul	Armação de Pêra	Silves
Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços	Corroios	Seixal
Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva	Vila N. de Paiva	Vila N. de Paiva
Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa	Vila Viçosa	Vila Viçosa
Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas do Barreiro	Barreiro	Barreiro
Agrupamento de Escolas do Carregado	Carregado	Alenquer
Agrupamento de Escolas do Cerco	Porto	Porto
Agrupamento de Escolas do Fundão	Fundão	Fundão
Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro	Sacavém	Loures
Agrupamento de Escolas Escultor Francisco dos Santos	Rio de Mouro	Sintra
Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro	Rio Maior	Rio Maior
Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis

<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Concelho</b>	<b>Localidade</b>
Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Algueirão Mem Martins	Sintra
Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto	Covilhã	Covilhã
Agrupamento de Escolas Gil Eanes	Lagos	Lagos
Agrupamento de Escolas Gil Paes	Torres Novas	Torres Novas
Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio	Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso
Agrupamento de Escolas João de Meira	Guimarães	Guimarães
Agrupamento de Escolas José Estêvão	Aveiro	Aveiro
Agrupamento de Escolas José Relvas	Alpiarça	Alpiarça
Agrupamento de Escolas Júlio Dantas	Lagos	Lagos
Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício	Évora	Évora
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Marinha Grande	Marinha Grande
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Abrantes	Abrantes
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja	Beja	Beja
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Elvas	Elvas	Elvas
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Gondomar	Gondomar
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja	Beja	Beja
Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria	Tomar	Tomar
Agrupamento de Escolas Óscar Lopes	Matosinhos	Matosinhos
Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira	Lagoa	Lagoa
Agrupamento de Escolas Paulo da Gama	Amora	Seixal
Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra	Montijo	Montijo
Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel	Coimbra	Coimbra
Agrupamento de Escolas Rio Tinto n.º 3	Rio Tinto	Gondomar
Agrupamento de Escolas São João da Pesqueira	São João da Pesqueira	São João da Pesqueira
Agrupamento de Escolas Templários	Tomar	Tomar
Agrupamento de Escolas Virgínia Moura	Moreira de Cónegos	Guimarães
Agrupamento Vertical Almeida Garrett	Amadora	Amadora
Escola do Comércio de Lisboa	Lisboa	Lisboa
Escola Luís Madureira	Amadora	Amadora
Escola Portuguesa de Dili	Timor	Dili
Escola Profissional de Aveiro	Aveiro	Aveiro
Escola Secundária Augusto Gomes	Matosinhos	Matosinhos
Escola Secundária C/ 3.º Ciclo D. Dinis	Coimbra	Coimbra

<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Concelho</b>	<b>Localidade</b>
Escola Secundária/3 de Amarante	Amarante	Amarante
Escola Secundária M.ª Amália Vaz de Carvalho	Lisboa	Lisboa
Escola Secundária Quinta das Palmeiras	Covilhã	Covilhã
Ginasiano Escola de Dança	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia

## Anexo IV

Quadro 1 - Novas Disciplinas Criadas em turmas Sem PCA

Novas Disciplinas criadas em turmas Sem PCA	
+Cidadão, no Tempo e no Espaço	GlobArtes&Literacias Digitais
A Magia das Palavras	HGPCidadania
À Roda do Saber	História com Letras
Ambientes Educativos Inovadores (carga horária 34%)	História e Cidadania
AnimArte	História e Geografia
Aprender a Aprender	História e Património
Aprender+Português	História&Geografia
Área de Projeto	Homem e Ambiente
Arte das Palavras	Infoarte
Arte dos Números	Informarte
Arte e Tecnologia Digital	Inovar e Praticar (IP)
Artes	Integração
Artes e Ofícios	InvestigArte
Artes Visuais e tecnológicas	Investigo e Aprendo
Ateliê das Artes	Laboratório de Cálculo
Ateliê das Letras	Laboratório de Campo
Ateliê de Expressões	Laboratório de Cidadania
Ateliê de Profissões	Laboratório de Ciências e Tecnologias (LCT)
Atividades Integradoras: Apoio ao estudo em modalidade de Informação e Comunicação	Laboratório de Expressões
Atividades Integradoras: Apoio ao estudo em modalidade de Laboratório de Matemática	Laboratório de Geometria
Atividades Integradoras: Complemento à Educação Artística	Laboratório de Línguas
Atividades Integradoras: Mecanismos e Robótica	Laboratório Digital
Atividades Integradoras: Informação e Comunicação	Laboratório Magalhães
CCC Curiosidade, conhecimento e capacitação – 1	Laboratório Som e Movimento
CCC Curiosidade, conhecimento e capacitação – 2	Laboratórios de Aprendizagem
CCH – Ciências e Tecnologia – Projeto de Trabalho Interdisciplinar (CT)	Literacia Científica e Tecnológica
CCH – Ciências Socioeconómicas – Projeto de Trabalho Interdisciplinar (CS)	Literacia, Comunicação e Pensamento 1
CCH – Línguas e Humanidades - Projeto de Trabalho Interdisciplinar (LH)	Literacia, Comunicação e Pensamento 2
CD@Digital	Literacias Digitais
CETMAC	Matemática Realista
CETMAC1	MatematiK
CETMAC2	Movimento é saúde
Cidadani@digital	MSA (Movimento, Som e Artes)

Novas Disciplinas criadas em turmas Sem PCA	
Cidadania Ambiental	Multiliter@cias
Cidadania Criativa	Mundo Visual e Tecnológico
Cidadania e Ambiente	Nice School
Cidadania e atualidade	O Teatro – encontrar o mundo a partir da escola - Interpretação
Cidadania e Desenvolvimento	O Teatro – encontrar o mundo a partir da escola - Movimento
Cidadania e Mundo Atual	O Teatro – encontrar o mundo a partir da escola - Voz
Cidadania e segurança	Oficina - Mexer com a Ciência
Cidadania e Sociedade	Oficina da Democracia
Cidadania e Tecnologia	Oficina da M@temática
Cidadão + Digital	Oficina da Saúde
Cidadão no Mundo	Oficina da Saúde e do Ambiente
Ciência Cidadania e Sustentabilidade	Oficina da Vida Ativa
Ciência VAtiva	Oficina das Artes
Ciência Viva	Oficina das Ciências Físico Naturais
Ciências Aplicadas	Oficina das Língu@s
Ciências da Computação: Informática e Robótica	Oficina de Ciências e Tecnologias
Ciências e Tecnologias	Oficina de Ciências Experimentais
Ciências Experimentais	Oficina de Educação Literária
Ciências Físico-Naturais	Oficina de Expressão Artística e Dramática
Ciências da Terra	Oficina de Jogos Matemáticos
Ciências do Ambiente	Oficina de Letras e Números
CiênciasMat	Oficina de Línguas
CompleArte	Oficina de Multimédia
Comunicação	Oficina de Projeto_ 1.º
Comunicação e Inovação	Oficina de Projetos_2.º
Comunicação Visual	Oficina Digital
Comunicar	Oficina do Ambiente
Comunicar com Arte	Oficina do Cidadão e do Digital
Comunicar em Ação	Oficina do Conhecimento
ComunicArte	Oficina do Saber
Conta-me...	Oficina Eu descubro...
Crescer Saudável	Oficina TEAM
Cri@rte	Oficinas do 5@bER Sem Fronteiras
Cri@rte2	Orquestra ORFF – aprender com a música - Coro
Criatividade e Inovação	Orquestra ORFF – aprender com a música - História da Música
Cultura, Património e Música	Orquestra ORFF – aprender com a música - Instrumento
Currículo Aplicado ao Contexto Local (CACL)	Orquestra ORFF – aprender com a música - Orquestra
D´Arte	PAD

Novas Disciplinas criadas em turmas Sem PCA	
Da Cozinha à Mesa	Perfil XXI
Descobrir e Experimentar	Português e o Ambiente
Descobrir História(s)	Português Intensivo
Desenvolvimento Físico e Artístico	PortuguêsInglês
DIZARTE	Program@rte
DPA - HGP	Programação e Robótica
EAT Educação Artística Tecnológica	ProjetARTE
Ecocriatividade	Projeto de Cidadania Criativa
Educação nos Valores Olímpicos - Jogos Olímpicos	Projeto de Cidadania Digital
Educação nos Valores Olímpicos - Legado Olímpico	Reforço do Português nos 1.º e 2.º anos
Educação Visual e Tecnológica	Rock School
English@Music	Rotas e Desafios
Escola Cidadã Aprendiz	Saúde e Cidadania
Escrevendo	Ser Português
Espaço à Matemática	Ser Responsável
Espaço de Autonomia	STEMLab
Estudos Sociais e Cidadania	Sustentabilidade, Saúde e Património 1
Eu no mundo	Sustentabilidade, Saúde e Património 2
Experimentar CN	TecniArt
Experimentar+	Tecno-Cidadania
Express'Art	Tecnomov@rte
Expressa_te.com	Teia de Saberes
Expressão Dramática	Tratamento Matemático de Informação Geográfica 1
ExpressArte	Tratamento Matemático de Informação Geográfica 2
Expressões Artísticas	TuArtes
Faz de Conta	Turma Ano Zero (gestão 72%)
Fun.Tic	Viver+
Geografia e Cidadania	Web Radio
Gestão e Modelação Matemática da Informação	

Quadro 2 - Dinâmicas Pedagógicas propostas em turmas sem PCA

<b>Dinâmicas Pedagógicas propostas em turmas sem PCA</b>	
Cenários de Aprendizagem	
Coadjuvação	
Execução de um Projeto Artístico	
Maiêutica Recíproca	
Metodologia ativas	
Metodologia de Projeto	
Metodologias ativas	
Organização semestral	
Par pedagógico	
Par Pedagógico e desdobramento	
Problem-Based Learning	
Roteiros de Aprendizagem	
Trabalho de Projeto	
Trabalho de projeto interdisciplinar	
trabalho experimental e trabalho de projeto	
Trabalho interdisciplinar	

Quadro 3 - Novas Disciplinas Criadas em turmas PCA

<b>Novas Disciplinas criadas em turmas com PCA</b>	
Ambiente e Sustentabilidade	MatemaTIC
Aprendizagens Transversais	Matemática e Ciências
Aprendo a ser e a conviver	Matemática e Línguas com TIC
Arte Cénica	Multimédia
Arte e Património	Mundo Atual
Artes e Sensibilidade Estética III	Mundo Natural
Artes Visuais	O Homem e a Terra
Atelier da Estratégia	OF1-Oficina Criativa
Bloco da Oralidade e Escrita	OF2 Oficina de TIC
CCC Curiosidade, conhecimento e capacitação – 3	OF3 Oficina de Cidadania
Cidadania Digital	Oficina Artística e Dramática
Cidadania, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Oficina D@rte
Ciência Viva	Oficina da Leitura e Escrita
Ciências do Mundo e da Vida	Oficina das Ciênci@s
Ciências Experimentais	Oficina das Língu@s
Ciências Físico-Naturais	Oficina de Aprendizagem
Ciências Naturais/Físico – Química	Oficina de Artes
Ciências Sociais e Humanas	Oficina de artes

Novas Disciplinas criadas em turmas com PCA	
Comunicação e Rádio Escolar	Oficina de Artes e Tecnologia
Comunicar em Inglês	Oficina de cidadania
Criatividade e Empreendedorismo	Oficina de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente
Descoberta Guiada	Oficina de Ciências
Desporto e Saúde	Oficina de ciências e ambiente
Desporto e Vida Saudável	Oficina de Ciências Sociais
Ecolab	Oficina de comunicação e imagem
Educação para a vida quotidiana	Oficina de Estudos Sociais
Eletrotecnia	Oficina de Imagem
Empreendedorismo e Mundo de Trabalho	Oficina de Leitura e Escrita
EPE Estudos e Projetos Europeus	Oficina de Leitura e Interpretação de Textos
Expressão Artística	Oficina de Letras
Expressão Plástica e Visual	Oficina de Letras e Números
Expressa-te.com	Oficina de Multimédia
Expressões	Oficina de Projeto
Expressões Artísticas – Música e Multimédia	Oficina de Trabalho Projeto
FI(z) MAT	Oficina do Conhecimento
História e Geografia	Oficina Tecnocultur@l
História e Património	Programação e Robótica
História/Geografia	Programação e Robótica
Laboratório Científico	Projeto
Laboratório de Artes e Multimédia	Projeto Artístico e Tecnológico
Laboratório de Ciência Viva	Projeto(s) multidisciplinar(es)
Laboratório de Ciências e Números	Robótica
Laboratório de Ciências Sociais e Humanas	Saúde e Desporto
Laboratório de Comunicação e Expressão	Saúde e Fenómenos Físicos
Laboratório de Desporto	Sons e Movimento III
Laboratório de Geolocalização	Tecnologia Mecânica
Laboratório de Línguas	Tecnologia Multimédia e Comunicação III
Laboratório de Línguas Estrangeiras	Tecnologias Digitais
Laboratório Experimental	Território Ambiente
Laboratório Multimédia	